



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Comunicação Social

Thayz Guimarães

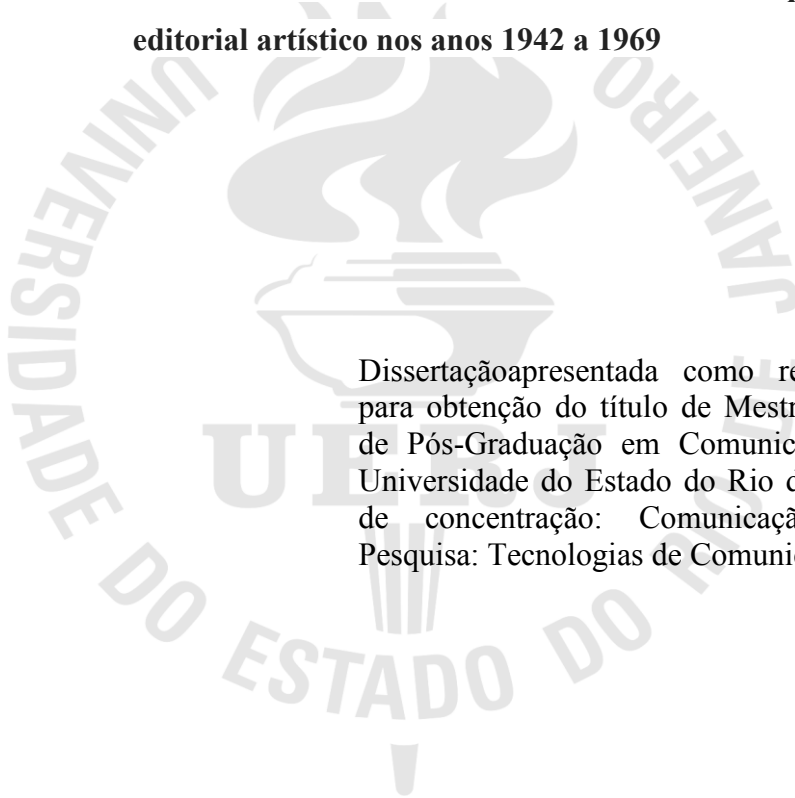
**A Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil e a Gráfica de Artes S.A.: Um
empreendimento editorial artístico nos anos 1942 a 1969**

Rio de Janeiro

2018

Thayz Guimarães

A Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil e a Gráfica de Artes: Um empreendimento editorial artístico nos anos 1942 a 1969



Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Comunicação. Linha de Pesquisa: Tecnologias de Comunicação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Souza Gonçalves

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

G936 Guimarães, Thayz.
 A Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil e a Gráfica de Artes S.A.: um
 empreendimento editorial artístico nos anos 1942 a 1969 / Thayz Guimarães. –
 2018.
 157 f.

 Orientador: Márcio Souza Gonçalves
 Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
 Faculdade de Comunicação Social.

 1. Comunicação Social – Teses. 2. Livros – Teses. 3. Bibliófilos – Teses. I.
 Gonçalves, Márcio Souza. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
 Faculdade de Comunicação Social. III. Título.

es CDU 316.77

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Thayz Guimarães

**A Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil e a Gráfica de Artes S.A.: um
empreendimento editorial artístico nos anos 1942 a 1969**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Comunicação. Linha de Pesquisa: Tecnologias de Comunicação e Cultura.

Aprovada em 28 de fevereiro de 2018

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Márcio Souza Gonçalves (orientador)
Faculdade de Comunicação Social – UERJ

Prof.^a Dra. Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof. Dr. Paulo Bernardo Ferreira Faz
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFMG

Rio de Janeiro

2018

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às minhas duas mães, que sei que gostariam de ter visto, cá do plano material, este trabalho finalizado.

AGRADECIMENTOS

A Márcio Gonçalves, orientador amigo, cuja presença segura e estimulante favoreceu meu desenvolvimento intelectual e elaboração deste trabalho.

À professora Tania Bessone, que me abriu o horizonte para a pesquisa em arquivo e fez surgir em mim o tema desta dissertação.

Ao Museu Castro Maya e, especialmente, à bibliotecária Denise Batista, que acompanhou todo o meu trabalho de pesquisa junto ao Acervo sem reclamar nenhuma vez dos meus horários ruins e dos pedidos feitos na véspera.

À equipe da D.A. Press Conteúdo, que administra o acervo do Jornal do Commercio e que me forneceu, por um valor simbólico, todas as páginas digitalizadas do periódico aqui reproduzidas.

A Bruna Rodrigues, por todos os conselhos e conversas jogadas fora, pela ajuda na tradução do francês e por ter revisado com todo o cuidado este trabalho.

A Cláudia Bianco, por todas as valiosíssimas trocas de informação e referências bibliográficas e também por ter me socorrido na reta final, ajudando com os pormenores da formatação do texto.

À minha irmã, que teve toda a paciência do mundo para me ajudar a entender os balancetes.

Aos amigos, que conviveram com a minha ausência frequente neste ano que passou.

À dona Palmira (*in memoriam*), que nunca me deixou desistir.

RESUMO

GUIMARÃES, Thayz. **A Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil e a Gráfica de Artes:** Um empreendimento editorial artístico nos anos 1942 a 1969. 2018. 157 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Este trabalho tem como objetivo reconstituir as condições históricas e materiais de existência da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil (1942-1969) e da Gráfica de Artes S.A. (1948-1969), dois empreendimentos editoriais de caráter exclusivista e artesanal criados (e mantidos na maior parte do tempo) pelo industrial e colecionador carioca Raymundo Ottoni de Castro Maya (1894-1978). A pesquisa envereda por uma vertente inédita ao tema, a econômica, tendo como base os estudos de Febvre & Martin (2017), McKenzie (2002) e Darnton (2010), além de vasto material publicado pela imprensa brasileira entre as décadas de 1940 e 1970, incluindo conteúdos afins, como encadernação e políticas de importação de papel e incentivo à produção nacional.

Palavras-chave: Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil. Gráfica de Artes S.A. Raymundo Ottoni de Castro Maya. Bibliofilia. Impressão artesanal.

ABSTRACT

GUIMARÃES, Thayz. **The Society of Hundred Bibliophiles of Brazil and the Graphic Arts S.A.:** an artistic publishing venture in the years 1942 to 1969. 2018.157 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

The objective of this work is to reconstruct the historical and material conditions of existence of the Society of Hundred Bibliophiles of Brazil (1942-1969) and the Graphic Arts S.A. (1948-1969), two publishing enterprises of an exclusivist and artisanal character created (and maintained in the most of the time) by the industrialist and Rio collector Raymundo Ottoni de Castro Maya (1894-1978). The research encompasses an unpublished economic theme, based on studies by Febvre & Martin (2017), McKenzie (2002) and Darnton (2010), as well as extensive material published by the Brazilian press between the 1940s and 1970s, including related content, such as binding and paper import policies and encouraging domestic production.

Keywords: Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil. Gráfica de Artes S.A. Raymundo Ottoni de Castro Maya. Bibliophilia. Handmade printing.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1:	Circuito de comunicação do livro impresso.....	17
Figura 2:	Ata da assembleia preliminar de constituição, realizada em 22 de outubro de 1948.....	30
Figura 3:	Ata da assembleia geral de constituição, realizada em 19 de novembro de 1948.....	32
Figura 4:	Encarte encontrado no Museu Castro Maya/IBRAM/MinC (Pasta 101, Doc. 8, folha 1/1), anunciando prensas especiais para a impressão em talho-doce de livros de luxo.....	37
Figura 5:	Parecer da justiça no caso Canudos.....	56
Figura 6:	Carta assinada por Cypriano Amoroso informando o pagamento da compra dos tipos gráficos à Castro Maya (Museu Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 19, folha 1/1).....	61
Figura 7:	Recibo de entrega de papel Westerprint (Museu Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 52, folha 1/1).....	62
Figura 8:	Pedido de lista por preços de fabricante (Museu Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 68, folha 1/1).....	63
Figura 9:	Darel pede que se encomende 40 folhas de papel Goatskin para a boneca do livro Bestiário (Museu Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 66, folha 1/1).....	64
Figura 10:	Guia de importação encontrada no Museu Castro Maya/IBRAM/MinC (Pasta 100, Doc. 65, folha 1/1).....	65
Figura 11:	Carta da Platzer & Cie para Castro Maya em 12 de dezembro de 1961 (Museu Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 103, Doc. 22, folha 1/1).....	67
Figura 12:	Carta da Platzer & Cie para Castro Maya em 17 de agosto de 1962 (Museu Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 103, Doc. 24, folha 1/1).....	68
Figura 13:	Carta de Castro Maya para a Fribourg & Fils em 12 de janeiro de 1966 (Museu Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 103, Doc. 31, pasta 1/1).....	69
Figura 14:	Boletim de adesão à Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil (Museu Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 10, folha 1/1).....	71
Figura 15:	Recibo de pagamento da 1ª prestação extra da edição de Memórias de um sargento de milícias (Museu Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 34, folha 1/1).....	73
Figura 16:	Balancete da Sociedade por ocasião da entrega do livro "Canudos" (Museu Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 50, folha 1/1).....	78
Figura 17:	Balancete da Sociedade por ocasião da entrega do livro "Macunaíma" (Museu Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 51, folha 1/1).....	80

Figura 18:	Balancete da Gráfica de Artes referente ao ano de 1949 (JORNAL DO COMMERCIO, p. 13, 18 mar. 1950).....	84
Figura 19:	Balancete da Gráfica de Artes referente ao ano de 1950 (JORNAL DO COMMERCIO, p. 13, 30 mar. 1951).....	85
Figura 20:	Balancete da Gráfica de Artes referente ao ano de 1951 (JORNAL DO COMMERCIO, p. 12, 10 e 11 mar. 1952).....	86
Figura 21:	Balancete da Gráfica de Artes referente ao ano de 1952 (JORNAL DO COMMERCIO, p. 11, 26 mar. 1953).....	87
Figura 22:	Balancete da Gráfica de Artes referente ao ano de 1953 (JORNAL DO COMMERCIO, p. 12, 16 mar. 1954).....	88
Figura 23:	Balancete da Gráfica de Artes referente ao ano de 1954 (JORNAL DO COMMERCIO, p. 14, 24 mar. 1955).....	89
Figura 24:	Balancete da Gráfica de Artes referente ao ano de 1958 (JORNAL DO COMMERCIO, p. 8, 26 mar. 1959).....	90
Figura 25:	Balancete da Gráfica de Artes referente ao ano de 1961 (JORNAL DO COMMERCIO, 2º caderno, p. 3, 19 e 20 mar. 1962).....	91
Figura 26:	Convite para o primeiro jantar dos Cem Bibliófilos do Brasil, por ocasião da distribuição das Memórias Posthumas de Braz Cubas (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 13, folha 1/1)	92
Figura 27:	Menu do jantar de lançamento da edição de Luzia-Homem, anexado à encadernação do exemplar de número 2, pertencente à Castro Maya (Reprodução Museus Castro Maya/IBRAM/MinC)	92
Figura 28:	Carta de Castro Maya à Platzer & Cie., de Paris, enviada em 28 de agosto de 1962 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 103, Doc. 25, folha 1/1)	97
Figura 29:	(a) e (b) Trabalho de encadernação de René Aussourd para o exemplar nº 2 de Canudos, publicado pelos Cem Bibliófilos e pertencente à Castro Maya (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC).....	98
Figura 30:	O "Sr. José Martins, chefe da Casa Vallelle" (VIDA DOMÉSTICA, ed. 48, sem página, 14 jul. 1923).	99
Figura 31:	As intalações da Casa Vallelle nos anos 1920 (VIDA DOMÉSTICA, ed. 51, p. 20, 4 ago. 1923).....	100
Figura 32:	Lombada da edição de Memórias posthumas de Braz Cubas encadernada pela Casa Vallelle (Reprodução Museus Castro Maya/IBRAM/MinC)	101
Figura 33:	Selo da Casa Vallelle afixado na contracapa de Memórias posthumas de Braz Cubas (Reprodução Museus Castro Maya/IBRAM/MinC).....	101
Figura 34:	Nota fiscal da Casa Vallelle referente ao serviço de encadernação encomendado por Raymundo Castro Maya (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 103, Doc. 35A, folha 1/1)	102

Figura 35:	Nota fiscal da Casa Vallette referente ao serviço de encadernação encomendado por Raymundo Castro Maya (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 103, Doc. 35B, folha 1/1).....	103
Figura 36:	(a) Encadernação da Casa Vallette para a "boneca" de Memórias posthumas; (b) assinatura da Casa Vallette nesta edição (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC).....	103
Figura 37:	Encadernações de Jean Duval para os exemplares da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil de Castro Maya (Reprodução Museus Castro Maya/IBRAM/MinC) (continua)	104
Figura 38:	Encadernações de Jean Duval para os exemplares da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil de Castro Maya (Reprodução Museus Castro Maya/IBRAM/MinC) (continuação).....	105
Figura 39:	Nota de débito enviada à Castro Maya pela Platzer & Cie. em 20/12/1960 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 23, Doc. 36, folha 1/1)	106
Figura 40:	Correspondência da Platzer & Cie. enviada para Castro Maya em 5 de dezembro de 1961 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 23, Doc. 38, folha 1/1)	107
Figura 41:	Correspondência enviada pela Platzer & Cie. a Castro Maya em 23 de fevereiro de 1962 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 23, Doc. 47, folha 1/1)	108
Figura 42:	Correspondência de Castro Maya enviada à Platzer & Cie. em 28/2/1962 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 23, Doc. 48, folha 1/1)	109
Figura 43:	Carta da Platzer & Cie. enviada a Castro Maya em 13/4/1962 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 23, Doc. 50, folha 1/1).....	110
Figura 44:	Correspondência de Castro Maya enviada à Platzer & Cie. em 11/5/1962 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 23, Doc. 53, folha 1/1)	111
Figura 45:	Correspondência da Platzer & Cie enviada a Castro Maya em 7 de junho de 1962 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 23, Doc. 54, folha 1/3)	112
Figura 46:	Nota fiscal da Platzer & Cie emitida em 7/6/1962 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 23, Doc. 54, folha 3/3)	113
Figura 47:	“Bernard Duval em sua antiga oficina na rue du Four” (Arts & Métiers du Livre, nº 197, maio de 1996) (Tradução nossa)	114
Figura 48:	Estatuto da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil (Arquivo Castro Maya, Pasta 100, Doc. 2, folha 1/4).	126
Figura 49:	Estatuto da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil (Arquivo Castro Maya, Pasta 100, Doc. 2, folha 2/4).	127
Figura 50:	Estatuto da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil (Arquivo Castro Maya, Pasta 100, Doc. 2, folha 3/4).	128
Figura 51:	Estatuto da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil (Arquivo Castro Maya, Pasta 100, Doc. 2, folha 4/4).	129

Figura 52:	Recibo de Darcy Vieira em 30 de junho de 1966 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 37, folha 1/1)	130
Figura 53:	Recibo de pagamento para Oswaldo Caetano, Darcy Vieira, Cleanthes Gravini em 30 de agosto de 1966 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 38, folha 1/1)	131
Figura 54:	Recibo de pagamento para Oswaldo Caetano, Darcy Vieira, Cleanthes Gravini em 30 de setembro de 1966 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 39, folha 1/1)	132
Figura 55:	Recibo de pagamento para Oswaldo Caetano, Darcy Vieira, Cleanthes Gravini em 28 de outubro de 1966 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 40, folha 1/1)	133
Figura 56:	Recibo de pagamento para Oswaldo Caetano, Darcy Vieira, Cleanthes Gravini em 29 de novembro de 1966 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 41, folha 1/1)	134
Figura 57:	Recibo de pagamento para Oswaldo Caetano, Darcy Vieira, Cleanthes Gravini em 29 de dezembro de 1966 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 42, folha 1/1)	135
Figura 58:	Recibo de pagamento para Oswaldo Caetano, Darcy Vieira, Cleanthes Gravini em 30 de janeiro de 1967 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 43, folha 1/1)	136
Figura 59:	Recibo de pagamento para Oswaldo Caetano, Darcy Vieira, Cleanthes Gravini em 27 de fevereiro de 1967 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 44, folha 1/1)	137
Figura 60:	Recibo de pagamento para Oswaldo Caetano, Darcy Vieira, Cleanthes Gravini em 30 de março de 1967 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 45, folha 1/1)	138
Figura 61:	Recibo de pagamento para Oswaldo Caetano, Darcy Vieira, Cleanthes Gravini em 28 de abril de 1967 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 46, folha 1/1).....	139
Figura 62:	Recibo de pagamento para Oswaldo Caetano, Darcy Vieira, Cleanthes Gravini em 30 de maio de 1967 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 47, folha 1/1).....	140
Figura 63:	Lista dos Cem Bibliófilos do Brasil datada de 18 de setembro de 1968 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 29, folha 1/7)	141
Figura 64:	Lista dos Cem Bibliófilos do Brasil datada de 18 de setembro de 1968 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 29, folha 2/7)	142
Figura 65:	Lista dos Cem Bibliófilos do Brasil datada de 18 de setembro de 1968 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 29, folha 3/7)	143
Figura 66:	Lista dos Cem Bibliófilos do Brasil datada de 18 de setembro de 1968 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 29, folha 4/7)	144

Figura 67:	Lista dos Cem Bibliófilos do Brasil datada de 18 de setembro de 1968 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 29, folha 5/7)	145
Figura 68:	Lista dos Cem Bibliófilos do Brasil datada de 18 de setembro de 1968 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 29, folha 6/7)	146
Figura 69:	Lista dos Cem Bibliófilos do Brasil datada de 18 de setembro de 1968 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 29, folha 7/7)	147
Figura 70:	Lista dos Cem Bibliófilos do Brasil datada de 23 de novembro de 1972 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 30, folha 1/7)	148
Figura 71:	Lista dos Cem Bibliófilos do Brasil datada de 23 de novembro de 1972 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 30, folha 2/7)	149
Figura 72:	Lista dos Cem Bibliófilos do Brasil datada de 23 de novembro de 1972 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 30, folha 3/7)	150
Figura 73:	Lista dos Cem Bibliófilos do Brasil datada de 23 de novembro de 1972 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 30, folha 4/7)	151
Figura 74:	Lista dos Cem Bibliófilos do Brasil datada de 23 de novembro de 1972 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 30, folha 5/7)	152
Figura 75:	Lista dos Cem Bibliófilos do Brasil datada de 23 de novembro de 1972 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 30, folha 6/7)	153
Figura 76:	Lista dos Cem Bibliófilos do Brasil datada de 23 de novembro de 1972 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 30, folha 7/7)	154
Figura 77:	Exemplares numerados em algarismos romanos, sem data (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 31, folha 1/2)	155
Figura 78:	Exemplares numerados em algarismos romanos, sem data (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 31, folha 2/2)	156
Figura 79:	Exemplares numerados em algarismos romanos, sem data (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 33, folha 1/1)	157

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Publicações da Sociedade dos Cem Bibliófilos organizadas por ano e autor.....	39
Tabela 2 – Comparativo nº de páginas x nº de ilustrações x tempo de impressão das edições	41
Tabela 3 – Publicações dos Cem Bibliófilos organizadas por ano e ilustrador.....	43
Tabela 4 – Matrizes preservadas da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil	51
Tabela 5– Lista dos encadernadores das edições da Sociedade pertencentes à Castro Maya ..	95

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	HISTÓRIA	24
1.1	A Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil	24
1.2	A Gráfica de Artes S.A.	28
2	AS EDIÇÕES	39
2.1	Os livros publicados pela Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil	39
2.1.1	<u>A polêmica de Canudos</u>	53
3	IMPRESSÃO	58
3.1	Tipos gráficos	60
3.2	<u>Papel</u>	62
4	FINANCIAMENTO	71
4.1	Balancetes da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil	73
4.2	Balancetes da Gráfica de Artes S.A.	82
5	DISTRIBUIÇÃO	92
5.1	Encadernação	95
5.1.1	<u>Casa Vallette</u>	98
5.1.2	<u>Jean Duval</u>	104
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
	REFERÊNCIAS	122
	ANEXO A – Estatuto da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil.....	126
	ANEXO B – Recibos de pagamento dos gráficos da Gráfica de Artes S.A.	130
	ANEXO C – Lista dos Cem Bibliófilos do Brasil (1968).....	141
	ANEXO D – Lista dos Cem Bibliófilos do Brasil (1972).....	148
	ANEXO E – Exemplares numerados em algarismos romanos.....	155

INTRODUÇÃO

Fundada em 1942 por Raymundo Ottoni de Castro Maya, a Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil pode ser considerada a mais proeminente associação bibliófila já existente no país. Dela fizeram parte nomes como o de Sua Alteza Imperial e Real Dom Pedro Gastão de Orleães e Bragança (1913-2007), bisneto de D. Pedro II, e tantas outras figuras de proa da alta sociedade (econômica e cultural) brasileira da época. No total, foram 23 edições publicadas até 1969, ano em que o grupo encerrou suas atividades, pois já não contava com o comando de seu criador e maior entusiasta, falecido pouco tempo antes.

Suas edições representavam um projeto isolado, personalizado, sem padrões rígidos de formato e projeto gráfico (MONTEIRO, 2008), ainda que não se tratassem de uma ideia totalmente original no campo literário, pois seguiam o modelo de coleções francesas contemporâneas, como o Les Cent Bibliophiles e o Les Amis Bibliophiles, às quais Castro Maya era associado (MONTEIRO, 2008).

Sua relevância para a história da produção editorial nacional há tempos é reconhecida e, justamente por isso, a Sociedade tem sido uma das associações bibliófilas mais exploradas por pesquisadores em nosso país. Entre as publicações que abordam o tema destacam-se aquelas dedicadas à forma e à descrição material das edições, a exemplo dos trabalhos de Knychala (1980), ElBanat (1996), Monteiro (2008) e, mais recentemente, Souza (2016). Outros estudos, como os de Alencar (2002) e Siqueira (2010), também se dedicaram à bibliofilia e ao colecionismo de Castro Maya.

Nosso objetivo aqui, no entanto, é outro. Poderíamos nos alongar por muitas páginas exaltando as inúmeras contribuições artísticas da Sociedade dos Cem Bibliófilos nas décadas de 1940 a 1960, como já o fizeram todos os trabalhos publicados antes deste, mas o que nos interessa de fato é o funcionamento prático da Sociedade e suas condições de existência material e histórica, o que está intrinsecamente relacionado à constituição e ao funcionamento da Gráfica de Artes S.A, oficina artesanal que durante quase toda a sua existência atendeu exclusivamente à demanda do grupo de Castro Maya e para a qual daremos grande destaque neste trabalho.

É de inestimável valia o estudo sobre tal empreendimento editorial, não apenas como mecanismo de compreensão da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil, mas, principalmente, tendo em vista um recorte do microcosmo da produção gráfica artesanal brasileira à época, o que pode nos fornecer pistas bastante interessantes para a reconstrução de

um capítulo da nossa História do Livro, assim como o fez McKenzie (2002) com os arquivos da Cambridge University Press.

Todavia, quase nada se escreveu até hoje sobre a Gráfica de Artes, sob a justificativa de que, entre os documentos que resistiram ao tempo e chegaram até nós, não há registros suficientes que dêem conta de explicá-la ou, ainda, que às fontes vivas já se perguntou tudo o que se podia. Neste trabalho, porém, veremos que isto não é uma verdade completa e que diversos materiais ainda se encontram inexplorados.

Prega a tradição do campo da Bibliografia que seu tema principal de análise é o livro – seja ele qual for – como um objeto físico, isto é, que deve ser estudado unicamente a partir de sua materialidade e/ou por meio de seus marcos cronológicos. Mas desde Lucien Febvre e Henri-Jean Martin e seu emblemático *O aparecimento do livro*, cuja primeira edição data de 1958, nós sabemos que é preciso quebrar tal paradigma e, assim como também o fizeram D.F. McKenzie, Roger Chartier, Robert Darnton e muitos outros décadas depois, partir para uma abordagem não ortodoxa, que dê conta de todo o circuito de comunicação (DARNTON, 2010), sem primar pelo livro em particular, isolado de um contexto material e econômico de produção.

E, ainda que seja praticamente impossível estabelecer um modelo geral para o estudo científico da História do Livro, é preciso lembrar o que escreveu McKenzie (2002), claramente inspirado nas ideias inovadoras de Febvre & Martin (2017), quando ele reafirma a necessidade de “nós começarmos a explorar não apenas os produtos em si, mas toda a dinâmica de sua produção e recepção dentro das relações humanas e institucionais” (MCKENZIE, 2002, p. 128).

O que não podemos facilmente fazer no momento, no entanto, é construir um modelo para mostrar toda a complexidade da produção de textos em qualquer momento. É simples o suficiente para analisar um único texto ou para documentar a sua metamorfose. Pode-se fazer o mesmo para um autor, um livreiro ou uma tipografia, repito, com relativa facilidade. A verdadeira dificuldade reside em relatar aqueles produtos e processos mais limitados dentro da rica diversidade das relações entre um e outro, para oferecer de forma sintética uma análise sincrônica, para não dizer coesiva. Quase todos os textos de qualquer procedência são produtos de interação concorrente de ideologias e instituições, de escritores, editores, impressores, agentes literários, atacadistas, viajantes, varejistas, bem como de fontes materiais (e seus fabricantes e distribuidores) de tipos, papel, fio e todos os apetrechos de uma casa de impressão (MCKENZIE, 2002, p. 127-28) (Tradução nossa).

Em *O que é a história dos livros?*¹, artigo publicado originalmente em 1982, o historiador Robert Darnton parte de um modelo muito semelhante ao utilizado por Febvre & Martin (2017) e retoma a tese de McKenzie (2002) ao tentar definir as bases da História do Livro como Ciência, esboçando o que seu mentor dizia ser improvável: um modelo geral para a análise do circuito de comunicação do livro.

Darnton (2010), entretanto, alerta para o caráter fluido e não redutor de tal modelo, que inclui cada uma das fases do processo (que vai do autor ao leitor, passando pelo editor, impressor, distribuidor e o livreiro) e o processo como um todo, “em todas as suas variações ao longo do espaço e do tempo e em todas as suas relações com outros sistemas – econômicos, sociais, políticos e culturais – no ambiente que o cerca” (DARNTON, 2010, p. 194). Darnton (2010) argumenta:

[...] Para manter suas pesquisas dentro de proporções controláveis, os historiadores do livro costumam recortar um segmento do circuito de comunicação e analisá-lo conforme os procedimentos de uma única disciplina (...). Mas as partes não adquirem seu significado integral a menos que relacionadas ao todo. Uma visão holística do livro como meio de comunicação se faz necessária se a história do livro quiser evitar a fragmentação em especializações esotéricas isoladas uma das outras por técnicas herméticas e incompreensões mútuas (DARNTON, 2010, p. 194).

O modelo de visualização do processo de comunicação apresentado por Darnton (2010) mostra como cada uma das fases representadas no circuito está interligada e se relaciona com “(1) outras atividades empreendidas por uma determinada pessoa num determinado ponto do circuito, (2) outras pessoas no mesmo ponto em outros circuitos, (3) outras pessoas em outros pontos do mesmo circuito e (4) outros elementos da sociedade” (p. 194).

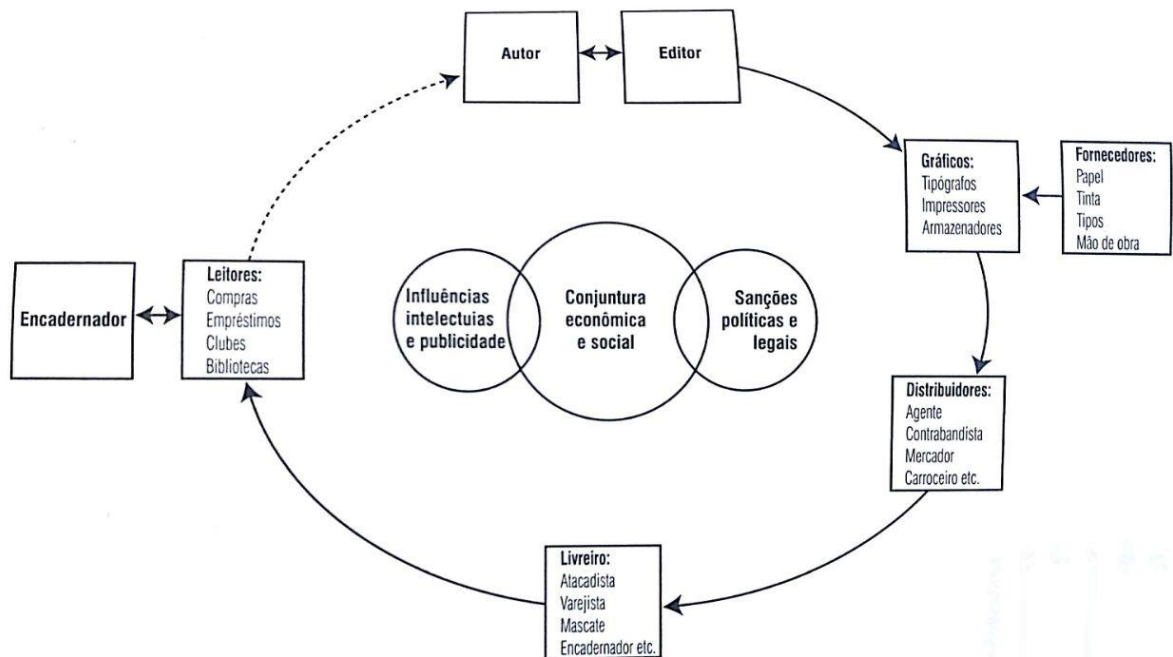
É apoiado neste argumento que o trabalho aqui presente tece suas linhas de investigação, as quais fogem à tradição do estudo do livro como objeto isolado, e em seu lugar filia-se à corrente historiográfica de McKenzie, Darnton, Chartier e tantos outros pesquisadores contemporâneos que têm suas bases fincadas em Febvre & Martin (2017), cujo discurso incorporou a vertente econômica à História do Livro seis décadas atrás.

Nesta perspectiva, o livro – e aqui estamos tratando especificamente dos 23 títulos editados pelos Cem Bibliófilos do Brasil – deixa seu pedestal de objeto destacado da sociedade e passa a ser analisado dentro de um contexto e sob um ponto de vista social: é

¹ Ver DARNTON, Robert. *O que é a história dos livros?* In: *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 109-131.

preciso que se entenda o processo de produção do livro e os agentes nele envolvidos (autor, editor, tipógrafo, ilustrador, impressor, encadernador etc.), e não pensar apenas o livro em si.

Figura 1: Circuito de comunicação do livro impresso



Fonte: DARNTON, 2010.

A priori, sem usar de investigação científica, seria bastante plausível, ainda que se baseie apenas no senso-comum, dizer que a Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil é um caso isolado dentro do contexto da produção editorial brasileira – ao lado, claro, de outras associações de mesmo tipo, porém menos célebres do que esta, como a Cattleya Alba e as Edições Condé –, já que era uma empreitada de luxo, restrita a um grupo de apenas cem pessoas, todas pertencentes à elite intelectual e/ou econômica do Brasil, e organizada em um período em que o mercado editorial brasileiro ainda ensaiava sua expansão e modernização (principalmente no que se refere à aparência dos livros). Isso era dificultado por leis nem sempre favoráveis, seja em termos de custo de importação do papel, seja na concorrência injusta com o preço muitas vezes inferior dos livros importados; e também pelo alto índice de analfabetismo da população, mesmo nos grandes centros – em 1940, este número chegava a

56,8% da população com 10 anos de idade ou mais (oscilando entre 34,1% no Rio de Janeiro e 80,5% no Centro-Oeste), o equivalente a 16,4 milhões de pessoas, segundo dados do IBGE². Mas, se Febvre & Martin (2017) estavam certos ao propor um método investigativo menos reducionista e mais holístico para os estudos do campo da História do Livro, muitas perguntas ainda precisam ser feitas à Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil e à Gráfica de Artes S.A.

É possível identificar padrões culturais da sociedade brasileira (ou de determinado estrato) daquele período por meio da produção da Sociedade e da Gráfica? Ou, visto de outro ângulo, é possível apontar desvios em relação aos padrões culturais vigentes da época? Pois, se, por um lado, a existência e, principalmente, o auge da Sociedade coincidem com o período de estabilidade do mercado editorial do Brasil e com o “embelezamento” de suas publicações, por outro, o livro, ainda que já ensaiasse sua popularização, continuava a ser um objeto cultural majoritariamente consumido pela elite letrada.

Se sim, de que forma a produção da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil reflete o momento histórico-material vivido pelo Brasil à época da publicação de suas edições? De que forma uma organização como esta, voltada para a produção de livros de luxo/artesanais/de arte, em seu tempo, se inseria na sociedade da qual fazia parte e com ela dialogava?

De que forma se dava o processo de produção dos livros? Qual era o custo operacional de cada edição? Como era feita a distribuição desses exemplares aos sócios da Sociedade dos Cem Bibliófilos? Pagava-se uma mensalidade a qual dava direito a um exemplar por ano; pagava-se um valor fixo por edição; pagava-se um valor variável por edição, dependendo do número de gravuras etc.; ou a cada anúncio de uma nova edição levantava-se um orçamento, do qual as despesas deveriam ser previamente repartidas entre os sócios, de forma a viabilizar a produção da obra?

Quanto tempo uma edição da Sociedade levava para ficar pronta? Qual era o principal tipo de papel utilizado nas impressões? De onde vinha esse papel? Quais eram os principais fornecedores? O papel era importado por ser mais barato ou por sua qualidade? Como esse papel chegava ao Brasil? Quem e como negociava o preço e a compra dos lotes? Castro Maya importava papel por conta própria ou por meio de atravessadores?

Onde os livros dos Cem Bibliófilos eram impressos e sob quais condições? Por que a Imprensa Nacional deixou de ser viável ou, ao menos, uma opção para o grupo? A Gráfica de Artes S.A., desde a sua fundação, em 1948, já tinha como finalidade atender às demandas da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil? Os tipos e as máquinas utilizados pela oficina

² Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1425.pdf>. Acessado em 29 de janeiro de 2017.

gráfica eram comprados na França? De quais fornecedores? E como estes artigos chegavam ao Rio de Janeiro? Os suplementos utilizados na oficina (tintas, chapas etc.) também eram comprados fora do país?

Como se dava a escolha dos títulos e dos ilustradores? Tais escolhas nunca geraram discordância entre os sócios? Quanto era pago pelo serviço dos ilustradores? E dos gráficos? Esses valores eram negociados caso a caso? De que forma?

É preciso lembrar também que as regras da Sociedade previam a destruição total das matrizes originais das gravuras, mas hoje já se sabe que nem todas foram realmente descartadas (ver Capítulo 2). Ora, se a intenção original era a de barrar novas impressões e assim continuar a garantir o status de exclusividade daquela edição, com que intenção foram mantidos alguns moldes e a pedido de quem, seria do próprio Castro Maya?

Dos 23 títulos publicados pela Sociedade e hoje pertencentes à coleção do Museu Castro Maya, apenas o primeiro (*Memórias posthumas de Braz Cubas*) e o último (*O compadre de Ogum*) foram encadernados no Brasil, sendo outros 15 finalizados com capa em Paris – do restante não se sabe a procedência. Por que Castro Maya teria tomado esta decisão? Seria o trabalho dos encadernadores brasileiros ainda muito insípido naquela época, apesar de estar em curso, desde a década de 40, um processo de modernização dos projetos gráficos das grandes editoras? Qual era o padrão de encadernação comercial do Brasil à época? Entre os profissionais especializados nesta arte, quais eram os que se destacavam por aqui?

Ainda sobre a encadernação, etapa da produção garantida individualmente por cada um dos sócios, também é preciso saber como ela se dava. No caso de Castro Maya, como as páginas de cada edição foram enviadas a Paris? Como se deu a escolha do encadernador e a negociação de preços? Após quanto tempo e de que forma se deu o retorno do livro já encadernado ao Rio de Janeiro? Não havia o receio de que estas páginas fossem extraviadas? Será que Castro Maya levava suas edições pessoalmente até o encadernador francês durante suas viagens internacionais?

Os contextos político e econômico, da mesma forma, não devem ser postos de lado. A Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil existiu durante 27 anos, de 1942 a 1969, isto é, do final do segundo Governo Vargas aos primeiros anos do Regime Militar. Oito figuras estiveram à frente da presidência do Brasil no período, a saber: Getúlio Vargas (1930-1945), Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), novamente Getúlio Vargas (1951-1954), Café Filho (1954-1955), Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961), João Goulart (1961-1964) e os marechais Humberto Castelo Branco (1964-1967) e Artur da Costa e Silva (1967-1969).

O que dizia, em linhas gerais, a política de censura de cada um destes governos sobre a impressão de livros em território nacional? O que dizia, em linhas gerais, a política de incentivo ao mercado editorial nacional e a política de importação de papel destes governos? Quais foram os livros publicados pela Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil em cada um destes períodos presidenciais? É possível que a escolha da obra tenha se dado por influência política? É possível que o governo tenha exercido algum tipo de pressão sobre a Sociedade, suas atividades e publicações? Ou, ainda, por ser uma sociedade nitidamente ligada à elite nacional e de quórum associativo bastante restrito, estaria ela imune a possíveis fiscalizações e censura política?

Como se pode notar, são muitas as questões e as lacunas em torno da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil – e em especial no que diz respeito à Gráfica de Artes S.A. –, principalmente por se tratar de uma associação que já não existe, criada há mais de 75 anos e da qual restam vivos raríssimos subscritores. O caminho para se chegar às respostas necessárias (e que não estão registradas em livros) começa por alternativas bastante óbvias, como a pesquisa em arquivos públicos, particulares e também em hemerotecas, que neste trabalho se mostraram uma fonte de informação essencial, sem a qual não teríamos alcançado o caminho das pedras.

No intuito de preencher o maior número possível de brechas na história de ambos os grupos, nosso primeiro passo foi consultar o acervo da Biblioteca Castro Maya, localizada no Museu Parque das Ruínas, no bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro, e onde estão reunidos diversos documentos sobre os Bibliófilos do Brasil e a Gráfica de Artes. Por se tratar de um acervo antigo, que não deve ser constantemente manipulado, e devido às restrições de agenda dos autores em relação aos horários disponibilizados pela casa, foram feitas cinco visitas ao museu, nos dias 18 e 27 de abril de 2017, e nos dias 17, 18 e 19 de janeiro de 2018, em que optou-se pelo registro fotográfico de todos os arquivos, mediante autorização dos coordenadores do setor.

Além dos mais de 200 documentos contidos nas pastas 100 (que guarda registros gerais sobre a Sociedade, incluindo estatuto, atas de reuniões, comprovantes de pagamento dos associados, balancetes, entre outros), 101 (dedicada à Gráfica de Artes), 102 (associações bibliófilas francesas das quais Castro Maya fazia parte), 103 (correspondências de Castro Maya referentes aos Cem Bibliófilos) e 104 (Companhia des Bibliophiles de L'Amérique Latine), também fotografamos a capa, a página de rosto e o colofão de cada uma das edições, pois ali se encontram informações imprescindíveis para a nossa pesquisa, como título da obra, autor, ano de publicação, data de início e término da produção, nome do ilustrador, técnica de

ilustração utilizada, diretor da publicação, compositores, impressores, tiragem, tipos utilizados, tipo do papel, número do exemplar, local de impressão e encadernador. Arquivos da Pasta 23, na qual se encontram correspondências variadas de Castro Maya, também nos foram essenciais.

Em um segundo momento, recorreremos à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, na qual utilizamos as palavras-chave “Raymundo Castro Maya”, “Raimundo Castro Maya”, “Cem Bibliófilos”, “Bibliófilos do Brasil” e “Gráfica de Artes” para conduzirmos a pesquisa inicial junto aos periódicos publicados na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1942 e 1969. O primeiro termo resultou em 330 ocorrências de 1940 a 1949, 287 de 1950 a 1959, e 112 de 1960 a 1969; o segundo, 77, 73 e 59, respectivamente; o terceiro, 52, 86 e 75; o quarto, 31, 42 e 58; e o quinto, 12, 53 e 29, nesta ordem. Todas as 1.376 ocorrências foram analisadas pelos autores, que selecionaram apenas as que faziam menção às atividades da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil e/ou da Gráfica de Artes, num total de apenas 41 páginas.

O imenso acervo de periódicos digitalizados pela Biblioteca Nacional também nos forneceu vasto material sobre as políticas de importação de papel e incentivo à produção nacional, que serão apresentadas no Capítulo 3, bem como informações sobre a Casa Vallette, uma das encadernadoras utilizadas por Raymundo Castro Maya (ver Capítulo 5).

No entanto, diante da insuficiência destas fontes para suprir as demandas de um trabalho mais amplo – que visa a reconstituir as condições históricas e materiais de produção das 23 edições publicadas pelo grupo de Castro Maya, ou ao menos de algumas delas –, seria preciso apelar também para fontes não catalogadas. Se, como sublinha Jean-Dominique Mellot, “(...) o objeto livro permanece a fonte fundamental e deve constituir o ponto de partida de toda busca histórica, a compreensão dos mecanismos de circulação dos impressos exige levar em consideração uma documentação geralmente conservada fora das bibliotecas” (apud JURATIC, 2011, p. 82).

Assim, buscamos os principais fornecedores de papel da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil, as empresas Arches, Rives e Marais, todas de origem francesa e com grande atuação, desde sua origem, no universo editorial bibliófilo mundial. Também buscamos como fontes primárias os atuais representantes do Atelier Duval de Paris, que, sob o comando de Jean Duval até os anos 1960, atuou como um dos principais encadernadores dos exemplares da Sociedade pertencentes à coleção pessoal de Castro Maya.

Uma entrevista com o artista plástico Darel Valença Lins, diretor técnico da Gráfica de Artes entre 1953 e 1966, também foi negociada durante meses com o Escritório Arte, de Oto

Reifschneider, responsável pela administração do acervo de Darel. Contudo, o artista veio a falecer no final de dezembro de 2017, antes de nos ter cedido seu depoimento.

Com base neste roteiro, o trabalho será apresentado em cinco capítulos, inspirados nas diferentes etapas do modelo de comunicação proposto por Darnton (2010), visto que “O circuito de comunicação, em sua versão mais esquemática elaborada por Robert Darnton, não só nos ajuda a evidenciar quais são os componentes nos jogos de intercâmbio cultural ou simbólico, mas também nos econômicos e, inclusive, tecnológicos” (SANDOVAL, 2015, p. 33).

O Capítulo 1 (História), como o próprio título sugere, se dedica à parte histórica da pesquisa, debruçando-se sobre a criação da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil e, principalmente, da Gráfica de Artes S.A, não escapando a uma breve biografia do fundador e maior entusiasta de ambos os grupos, Raymundo Ottoni de Castro Maya.

No Capítulo 2 (As edições) serão apresentadas – com mais ou menos detalhes, de acordo com o material disponível – cada uma das 23 edições publicadas pelos Bibliófilos do Brasil entre 1943 e 1969, destacando-se aí a história por trás da escolha dos títulos e sua apresentação gráfica, além de um pequeno trecho acerca da definição dos ilustradores e do trabalho dos gráficos, figuras praticamente desconhecidas.

Ainda no Capítulo 2 poderá ser encontrado vasto material de imprensa sobre a polêmica entre membros da Sociedade dos Cem Bibliófilos e os herdeiros do escritor Euclides da Cunha, quando da publicação de *Canudos*, em 1956, pelos primeiros.

Já o Capítulo 3 (Impressão) se ocupa das decisões gráficas da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil, as quais estavam diretamente ligadas à Gráfica de Artes S.A., pequena oficina de caráter artesanal que durante a maior parte de sua existência atendeu quase que exclusivamente a demanda da associação comandada por Castro Maya.

O terceiro capítulo, além de tratar das escolhas gráficas da Sociedade, também discutirá mais a fundo o fornecimento de um insumo básico para a gráfica do grupo de bibliófilos: o papel. O principal país fornecedor sempre foi a França, mas os caminhos de importação precisaram ser modificados diversas vezes ao longo dos anos, devido à rigidez da Alfândega e à flutuação do câmbio, em geral bastante desfavorável para a moeda brasileira.

As questões financeiras do grupo serão tema do Capítulo 4 (Financiamento). Nele, discutiremos uma série de balancetes, alguns publicados pela Gráfica de Artes no *Jornal do Commercio* e outros, dos Cem Bibliófilos, preservados pelo Museu Castro Maya, no Parque das Ruínas, e que provam a situação deficitária de ambas as entidades – na prática sustentadas pelo dinheiro e o entusiasmo de Castro Maya.

O Capítulo 5 (Distribuição) traz um breve panorama social dos Cem Bibliófilos do Brasil no que se refere à participação e à vivência de seus membros nas atividades previstas pelo grupo. Neste capítulo, veremos como era baixa a adesão aos jantares de lançamento das edições, o que tornava frequente as reclamações de Castro Maya e da Comissão Executiva. Neste sentido, o Capítulo 5 também estabelece estreito diálogo com as planilhas econômicas apresentadas no capítulo anterior.

Ainda no quinto capítulo, o subitem “Encadernação” dedica-se à única etapa desvinculada dos protocolos da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil, uma vez que o acabamento final dos exemplares cabia a cada um dos sócios. Para este trabalho foram analisadas as edições originalmente pertencentes à Castro Maya (exemplar número 2) e seus respectivos encadernadores, a brasileira Casa Vallelle e os franceses René Aussourd e Jean Duval.

As Considerações Finais se ocupam de arrematar todo o material aqui apresentado – um estudo de caso da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil e suas edições impressas pela Gráfica de Artes S.A. –, sob um ponto de vista inédito ao tema, a vertente econômica, isto é, valendo-se de uma angulação das condições históricas e materiais de produção da coleção.

1 HISTÓRIA

1.1 A Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil

A Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil foi fundada em 1942 pelo multifacetado Raymundo Ottoni de Castro Maya (1894-1968), que se inspirou nos moldes das sociedades francesas para criar a sua própria. Nascido em Paris, Castro Maya, além de proeminente empresário do ramo industrial e comercial – eram dele a Companhia Carioca Industrial e a Companhia Nacional de Óleos Vegetais, entre outros –, também era advogado por formação e colecionador³ e mecenas por vocação – herdada de seus pais, o engenheiro Raymundo de Castro Maya (1856-1935) e Theodosia Ottoni de Castro Maya (1866-1953), descendente de uma família tradicional de liberais mineiros. A esta vasta lista pode-se adicionar ainda o título de humanista, já que entre 1943 e 1947, ele também esteve à frente da comissão responsável por remodelar o Parque Nacional da Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal⁴.

Desde sua origem, os Cem Bibliófilos tinham como objetivo principal a publicação limitada de edições de luxo de obras de autores brasileiros ou livros sobre o Brasil (KNYCHALA, 1980; HALLEWELL, 2012), como pode ser lido abaixo no trecho reproduzido do estatuto do grupo⁵:

Artigo I

A Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil é uma sociedade de bibliófilos e de caráter estritamente cultural, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tendo como finalidade publicar obras primas de autores brasileiros, ou livros sobre o Brasil, em tiragens limitadas impressas em papel de luxo e ilustradas (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, doc. 2, folha 1/4).

³Seu acervo hoje pode ser visto, em exposição permanente, no Museu Chácara do Céu e no Museu do Açude, ambos no Rio de Janeiro e abertos ao público, instalados em propriedades que pertenceram à família Castro Maya.

⁴ Mais sobre o assunto em: MAYA, Raymundo Ottoni de Castro. **A Floresta da Tijuca**. Rio de Janeiro: Editora Bloch, 1967.

⁵A reprodução completa das páginas do Estatuto da Sociedade está disponível no Anexo A.

Reza o estatuto dos Cem Bibliófilos (Artigo II), que a Sociedade deveria editar, sempre que possível, um livro por ano, com tiragem limitada a 120 exemplares⁶, dos quais cem seriam numerados e conteriam os nomes dos sócios a quem pertencessem e os demais enviados às principais bibliotecas do Brasil, dos Estados Unidos e da Europa.

Dentre os restantes, marcados com letras, 15 (quinze) destinam-se respectivamente ao Presidente da República, à Biblioteca Nacional, à Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores, à Academia Brasileira de Letras, ao Museu Imperial, ao Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, à Biblioteca Municipal de São Paulo, à Biblioteca do Estado da Bahia, à Biblioteca do Estado de Pernambuco, à Biblioteca Nacional de Lisboa, à Biliothèque Nationale de Paris, ao British Museum, à Library of Congress de Washington, à própria Sociedade e ao artista ilustrador. Os 5 (cinco) exemplares restantes pertencerão à Sociedade, que deles disporá a critério do seu Conselho Deliberativo (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 2, folha 1/4)⁷.

Vide a importância da criação de uma associação como essa, em 17 de janeiro de 1943, o *Correio da Manhã*, um dos principais veículos de imprensa do Brasil à época, dedicou parte de sua capa para a inauguração da Sociedade, saudando com enorme alegria o novo grupo de bibliófilos: “Conta a nossa terra com mais um importante empreendimento editorial, que ademais é original para o nosso meio: a Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil. [...] A Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil é algo excepcional em nosso meio cultural (...)” (p. 1).

A Sociedade era dirigida por um Conselho Deliberativo com mandato de cinco anos, o qual era composto por nove membros, que deveriam escolher entre si a Comissão Executiva. Era dever da Comissão Executiva, entre outros aspectos: “Administrar a Sociedade e executar as deliberações tomadas” (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 2, folha 1/4) e “Promover as edições, escolhendo o texto, o artista ilustrador, o gênero de ilustração, o papel, o formato e, de modo geral, tomar todas as resoluções necessárias” (ibidem).

Entre os membros do grupo, em geral relações pessoais de Castro Maya (BARAÇAL apud ALENCAR, 2002), constavam nomes de “figuras significativas do cenário cultural e social brasileiro” (SOUZA, 2016, p. 19), como os de Sua Alteza Imperial e Real Dom Pedro Gastão de Orleães e Bragança (1913-2007), bisneto de D. Pedro II e a quem o exemplar de número um era dedicado; o médico, político e escritor Afrânio Peixoto (1876-1947); o

⁶ A tiragem passa a ser de 120 exemplares em 1957, quando à lista foi adicionado um exemplar para o Museu de Arte Moderna do Rio. A divergência em relação ao valor informado no estatuto se deve ao fato de o único documento deste tipo preservado pelos Museus Castro Maya/IBRAM/MinC ser datado de 1966, não constando nas pastas o estatuto original.

⁷ Ver Anexo E.

advogado Cypriano Amoroso Costa; e Max Fischer, diretor da gráfica Americ-Edit, os quais ajudaram Castro Maya a criar a Sociedade⁸.

Os Cem Bibliófilos abriram lista em 1943, com a publicação de *Memórias posthumas de Braz Cubas*, de Machado de Assis, com ilustrações de Portinari. Ao longo de sua vida ainda seriam publicadas outras 22 edições de luxo, a maioria composta por obras essenciais da literatura brasileira, a exemplo de *Canudos*, relato de guerra escrito por Euclides da Cunha e que deu origem a *Os sertões*, ilustrado por Poty Lazzarotto, em 1956; e *Macunaíma*, de Mário de Andrade, em 1957, ilustrado por Hector Carybé.

Com a morte de Castro Maya em 1968, os rumos da Sociedade tornaram-se incertos e, apesar de algumas tentativas de levar o grupo adiante, suas atividades foram encerradas depois de 27 anos de existência e 23 obras publicadas – a última, *Compadre de Ogum*, de Jorge Amado, cuja edição já havia sido planejada por Castro Maya, saiu apenas em 1969 (KNYCHALA, 1980). “Após a morte de Castro Maya foi criada uma comissão para definir os rumos da Sociedade. A Gráfica Gomes de Sousa, segundo Plínio Doyle, havia demonstrado interesse em levar adiante o empreendimento, mas não prosseguiu em seu propósito e a Sociedade se dissolveu” (KNYCHALA, 1980, p. 137).

Segundo Mindlin (apud ALENCAR, 2002), não havia condições de a Sociedade sobreviver sem Castro Maya, “pois não se podia substituir esse homem singular – um dos poucos aristocratas autênticos de nossa época que, além de bibliófilo e amorador das artes plásticas, souber cultivar, como poucos, a arte de bem viver” (MINDLIN apud ALENCAR, 2002, p. 15).

“De viés elitista, com edições primorosamente ilustradas e número limitado de associados” (SANDOVAL, 2015, p. 33), os Cem Bibliófilos foram a mais importante e uma das maiores sociedades bibliófilas já existentes no país até hoje, embora não tenha sido um caso isolado durante o século XX – entre as mais conhecidas estão a Confraria de Bibliófilos Brasileiros Cattleya Alba, cuja diretoria era formada por Álvaro Franco, Álvaro Moreira, Aníbal M. Machado, Augusto Manoel de Abreu, Manoelito de Ornellas, Nilo Ruschel, Ricardo Xavier da Silveira, Rodrigo Octávio Filho e Maria Ramos de Franco, muitos deles também integrantes dos Cem Bibliófilos; e as Edições Condé, que em 1945 deu início à publicação de uma série de livros de arte sob o comando de João Condé (KNYCHALA, 1980).

⁸ A lista completa dos Cem Bibliófilos o Brasil está disponível nos Anexos C e D.

Os Cem Bibliófilos tampouco foram o primeiro clube do livro do Brasil, como explica Hallewell (2012, p. 548):

No ano anterior, Mário de Andrade, Cândido Portinari e Aníbal Machado haviam constituído um pequeno clube do livro de poesia, que se iniciou com edições de *Metamorfoses*, do poeta Murilo Mendes (com ilustrações de Portinari), de *Girassol da Madrugada*, de Domingos de Carvalho da Silva, e do *Cancioneiro do Ausente*, de Ribeiro Couto, todos com tiragem de 350 exemplares. A esses seguiu-se em janeiro de 1943, o „Clube do Livro“ mais democrático, de Mário Gracioti, baseado em três princípios: „texto limpo e anotado, preço barato, entrega em domicílio“. [...] Outros clubes do livro da década de 1940 foram o Livro do Mês e o Círculo Literário.

A Sociedade também serviu de inspiração para iniciativas contemporâneas do gênero, como a Confraria dos Bibliófilos, idealizada em 1995 (e inaugurada em 1996) pelo engenheiro José Salles Neto, dono da maior biblioteca de Brasília, com 12 mil livros e três mil revistas (HALLEWELL, 2012). Trata-se de uma associação sem fins lucrativos, com cerca de trezentos sócios, “que apreciem livros elaborados com processo gráfico e de acabamento não convencionais e em tiragens limitadas” (HALLEWELL, 2012, p. 690).

Fora do Brasil, a popularização do movimento bibliófilo data do século XIX, concentrado na Inglaterra e na França. Lá, segundo Baraçal et al (2000, apud SOUZA, 2016, p. 36), associações deste tipo surgiram como resposta “aristocrática” ao que foi percebido como “decadência” do impresso, isto é, sua democratização, sua transformação em objeto vulgar de consumo. “O livro „democratizado“ se tornou um objeto vulgar de consumo. Em reação contra o que foi percebido como decadência do impresso, é que se formaram as primeiras associações bibliófilas, reação „aristocrática“ à tendência ambiente da produção de massa. (BARAÇAL et al, 2000, apud SOUZA, 2016, p. 36).

Entre os grupos mais famosos estava o francês Les Cent Bibliophiles, do qual Castro Maya e seu pai haviam feito parte (seus recibos de cotização remontam a 1945) e no qual ele se inspirou para criar a Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil (SOUZA, 2016). Castro Maya também chegou a participar de outras associações, a exemplo da Les Amis Bibliophiles (1959) e Cie. des Bibliophiles du Livre d’Art et de l’Amérique Latina (1964) (BARAÇAL apud ALENCAR, 2002).

1.2 A Gráfica de Artes S.A.

Quando a Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil foi fundada, em 1942, Loi Portinari se tornou o responsável pela impressão das edições, que eram realizadas em *off-set*. Os dois primeiros livros, *Memórias posthumas de Braz Cubas* (1943) e *Espumas fluctuantes* (1944-1945), levam o carimbo da Imprensa Nacional, sob orientação da Americ-Edit Ltda, como mostram os colofões. Já o terceiro livro, *Pelo sertão* (1946), teve sua capa e títulos impressos pelas Oficinas Conrado e o texto, pela S.A. Indústrias Graphics – F. Lanzara (BARAÇAL apud ALENCAR, 2002).

A partir de 1949, a recém fundada Gráfica de Artes S.A. assume todas as publicações da Sociedade. Muito pouco ou quase nada se escreveu até hoje sobre ela, com a justificativa de que não há muitas informações disponíveis, como afirma Baraçal (apud ALENCAR, 2002) e Reifshneider (2012). No entanto, verificou-se que, quando se trata deste empreendimento editorial, apenas os dez documentos reunidos na Pasta 101 do Museu Castro Maya⁹ e entrevistas com fontes vivas¹⁰ foram explorados, deixando-se de lado importantes fontes históricas como jornais e revistas impressos da época.

Nas páginas do *Jornal do Commercio*¹¹, por exemplo, encontra-se material riquíssimo acerca da fundação e do funcionamento da Gráfica de Artes. A primeira ocorrência da oficina gráfica no periódico carioca data de 20 de novembro de 1948, referente à publicação da “Ata da assembleia preliminar de constituição, realizada em 22 de outubro de 1948”. Nela, ficamos sabendo que a Gráfica de Artes é mais um dos empreendimentos editoriais de Raymundo de Castro Maya e que seu capital social é de Cr\$ 400.000,00, divididos em 400 ações de Cr\$ 1.000,00. Cada ação dava direito a um voto nas deliberações das assembleias.

Segundo o estatuto da Gráfica publicado nesta ata, a companhia era administrada por dois membros, sendo um diretor-presidente e um diretor-gerente, acionistas ou não, residentes no país. A diretoria era eleita para um período de três anos, com possibilidade de reeleição, e seus honorários deveriam ser fixados pela assembleia geral. Ao diretor-presidente cabia supervisionar os assuntos de interesse da Companhia, organizar relatórios, executar e fazer

⁹ Ver trabalho de ALENCAR (2002).

¹⁰ Ver trabalho de REIFSCHNEIDER (2012).

¹¹ Jornal de circulação nacional, com sede no Rio de Janeiro, o *Jornal do Commercio* (1827-2016) tinha como foco as notícias econômicas. Seu acervo completo já se encontra digitalizado pela Biblioteca Nacional e pode ser acessado através do site da Hemeroteca Digital (<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>).

cumprir as resoluções das assembleias. Já o diretor-gerente deveria administrar os serviços gerais das oficinas e escritórios, admitir e dispensar empregados etc.

A Gráfica também contava com um conselho fiscal, composto de três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não, residentes no país, e eleitos a cada ano pela assembleia geral. Da mesma forma, era a assembleia geral que definia os honorários do conselho fiscal bem como suas atribuições. O estatuto também previa que no fim de cada ano fossem realizados o levantamento do inventário e o balanço geral da empresa¹².

O quadro de acionistas da Gráfica de Artes quando de sua criação, em 1948, assim se desenhava:

Cr\$ 400.000,00 divididos em 400 ações de Cr\$ 1.000,00 cada uma. – Número – Acionista – Residência – Estado Civil – Profissão – Ações subscritas (quantidade e valor) – Entrada de 10% - No. 1 – Raimundo O. de Castro Maia. Praia do Flamengo número 194, solteiro, industrial, 356 ações, Cr\$ 356.000,00, Cr\$ 35.000,00. 2 – José Willensens Junior, Avenida Eptácio Pessoa n. 116, casado, Corretor de Fundos Públicos, 5 ações, Cr\$ 5.000,00, Cr\$ 500,00. 3 – Cypriano Amoroso Costa, Av. Rio Branco n. 138, casado, advogado, 1 ação. Cr\$ 1.000,00, Cr\$ 100,00. 4 – Manuel Machado de Araujo, Rua Lins de Vasconcelos n. 136, casado, industriário, 2 ações. Cr\$3.000,00, Cr\$ 200,00. 5 – Alberto Proença de Faria, rua Real Grandeza n. 319, casado, advogado, 5 ações. Cr\$ 5.000,00, Cr\$ 500,00. 6 – Valter Ribeiro Guerra, Rua Azevedo Lima número 121, casado, do comércio, 1 ação, Cr\$ 1.000,00. Cr\$ 100,00. 7 – Raul Rocha Lisboa, rua Sebastião Lacerda n. 14, casado, industrial, 5 ações, Cr\$ 5.000,00, Cr\$ 500,00. 8 – Olavo P. da Fonseca Guimarães. Avenida Eptácio Pessoa n. 2.004, casado, industrial, 5 ações, Cr\$ 5.000,00, Cr\$ 500,00. 9 – José Piquet Carneiro, rua 18 de Outubro n. 18, casado, do comércio, 5 ações Cr\$ 5.000,00, Cr\$ 500,00. 10 – Evandro Solano Martins, Rua Buarque de Macedo n. 43, solteiro, industriário, 5 ações, Cr\$ 5.000,00, Cr\$ 500,00. 11 – Bernardo Piquet Carneiro Filho. Rua Pucurui n. 11, casado, industrial, 5 ações, Cr\$ 5.000,00, Cr\$ 500,00. 12 – Luis Portinari. Rua Cosme Velho número 103, casado, do comércio, 5 ações. Cr\$ 5.000,00, Cr\$ 500,00, todos brasileiros e residentes neste país (JORNAL DO COMMERCIO, p. 12, 20 nov. 1948).

Nota-se aí que, assim como na Sociedade dos Cem Bibliófilos, o quadro de acionistas da Gráfica de Artes também era composto por nomes importantes da elite cultural e econômica do país, a maioria deles pessoas do círculo de convivência e amizade de Castro Maya. Na lista apresentada acima também é importante ressaltar a presença massiva de Bibliófilos do Brasil, entre eles Cypriano Amoroso, integrante do Conselho Executivo da Sociedade desde a fundação até 1962, ano de sua morte.

Outro aspecto que vale menção é a figura de Castro Maya como acionista majoritário da Gráfica, da qual possuía 89%, seja por protecionismo, seja pela dificuldade de encontrar um número maior de interessados em participar de uma empresa editorial de pequeno porte, voltada à produção artesanal e com baixíssimas chances reais de lucro.

¹² Ver balancetes no Capítulo 4.

Figura 2: Ata da assembleia preliminar de constituição, realizada em 22 de outubro de 1948

JORNAL DO COMMERCIO — Rio de Janeiro — SÁBADO, 20 DE NOVEMBRO DE 1948

GRÁFICA DE ARTES S. A.

ATA DA ASSEMBLÉIA PRELIMINAR DE CONSTITUIÇÃO, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 1948

Aos 22 dias do mês de Outubro de 1948, reuniram-se no escritório do fundador Dr. Raimundo Ottoni de Castro Maya, à rua 1.º de Março n. 6. 10.º andar, os subscritores do Capital da Gráfica de Artes S. A., assumindo a presidência da mesa o fundador Dr. Raimundo Ottoni de Castro Maya, que convidou para Secretários os Srs. José Piquet Carneiro e Manuel Machado de Araujo, os quais ocupam os seus lugares sob aprovação geral.

Dando início nos trabalhos, o Senhor Presidente pede ao Sr. Secretário para proceder à leitura do anúncio de convocação publicado no Jornal do Commercio e "Diário Oficial" de 18, 19 e 22 de Outubro, o que foi feito nos seguintes termos:

"Gráfica de Artes S. A. (Em organização). Contidam-se os Srs. subscritores do capital social da Gráfica de Artes S. A. a se reunirem em Assembléia Geral de Constituição, no escritório do incorporador à rua 1.º de Março n. 6. 10.º andar, no próximo dia 22, às 15 horas, a fim de deliberarem em definitivo sobre a organização da Empresa. Ilo de Janeiro, 12 de Outubro de 1948. — R. O. de Castro Maya, Incorporador".

Em seguida o Sr. Presidente declara que tem em mãos o projeto dos Estatutos e a lista dos subscritores de todo o capital da Gráfica de Artes S. A. e pede ao Sr. Secretário para proceder à leitura desses documentos, o que foi feito como adiante se transcreve:

"Estatutos da Gráfica de Artes S. A. Capítulo I — Denominação, fins, sede e duração. Artigo 1.º — Sob a denominação de Gráfica de Artes S. A. fica constituída uma Sociedade Anônima que será regida pelos presentes estatutos e disposições que lhe forem applicáveis. Art. 2.º — O objeto da Sociedade é a Indústria de artes gráficas em geral. Artigo 3.º — A sede da Sociedade é na Cidade do Rio de Janeiro, e o seu prazo de duração é indeterminado. Capítulo II — Capital e Ações. Artigo 4.º — O Capital social é de Cr\$ 400.000,00 dividido em 400 ações de Cr\$ 1.000,00 cada uma, podendo ser aumentado ou diminuído por deliberação da assembleia geral. § 1.º — As ações depois de integralizadas poderão ser nominativas ou ao portador, a vontade do acionista que as poderá converter de uma forma em outra. § 2.º — Cada ação dá direito a um voto nas deliberações das assembleias. Capítulo III — Diretoria e Conselho Fiscal. Artigo 5.º — A Companhia será administrada por uma diretoria composta de dois membros, sendo um Diretor-Presidente e um Diretor-Gerente, acionistas ou não, mas residentes no país. Artigo 6.º — A Diretoria será eleita pelo período de 3 anos, com possibilidade de reeleição e seus honorários serão fixados pela assembleia geral. § 1.º — Cada Diretor eleito garantirá sua gestão mediante uma caução de duas ações feitas no escritório da Companhia e fica investido de suas funções no ato de prestar a referida caução. § 2.º — No caso de Diretor eleito não ser acionista a caução estatutária poderá ser prestada por um acionista da Companhia. Artigo 7.º — A Diretoria se responsabiliza por todos os atos de sua gestão para o que fica investida de plenos poderes, devendo ser ouvido o Conselho Fiscal sempre que houver divergências e nos casos em que a lei determinar. § 1.º — Além das atribuições em conjunto, cabe individualmente ao Diretor-Presidente: Supervisionar os assuntos de interesse da Companhia, organizar relatórios, executar e fazer cumprir as resoluções das assembleias. Ao Diretor-Gerente: Administrar os serviços gerais das oficinas e escritórios, admitir e dispensar empregados, etc. § 2.º — Todos os documentos que importem em responsabilidade para a Companhia, só terão valor quando assinados pelos dois diretores. § 3.º — Na falta ou impedimento temporário de um Diretor, será indicado pelo Diretor-Presidente um acionista para substituí-lo. Se esse impedimento for definitivo, proceder-se-á a nova eleição para o período que faltar ao cumprimento do mandato do Diretor impedido. Artigo 8.º — O Conselho Fiscal será composto de 3 membros efetivos e 3 suplentes acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pela assembleia geral ordinária, podendo ser reeleitos. § 1.º — A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela assembleia geral que os eleger e as atribuições e os poderes são os que a lei lhes confere. Capítulo IV — Assembleias Gerais. Artigo 9.º — A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente em Março de cada ano e extraordinariamente sempre que houver necessidade do pronunciamento dos acionistas. Artigo 10 — As Assembleias gerais serão presididas por um acionista escolhido na ocasião, que indicará dois outros para secretários. Capítulo V — Exercício Social. Artigo 11 — O ano social coincidirá com o ano civil. Artigo 12 — No fim de cada exercício social, proceder-se-á ao levantamento do inventário e do Balanço Geral, com observância das prescrições legais e o livro Haverido verificado após as deduções legais, será apurado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária, Rio de Janeiro, 22 de Outubro de 1948 (assinado). — Raimundo O. de Castro Maya. — Alberto Proença de Faria. — Manoel Machado de Araujo. — Evandro Solano Martins. — José Piquet Carneiro. — Raul Rocha Lisboa. — Walter Ribeiro Guerra. — Cláudio F. de Fonseca Guimarães. — Bernardo Piquet Carneiro Filho. — José Willenssens Junior. — Luis Fortinari. — Cypriano Amoroso Costa".

"Lista dos Subscritores do Capital da Gráfica de Artes S. A. Capital: Cr\$ 400.000,00 dividido em 400 ações de Cr\$ 1.000,00 cada uma. — Número — Ação — Residência — Estado Civil — Profissão. Ações subscritas (Quantidade e Valor) — Estado de 10% — Sr. 1 — Raimundo O. de Castro Maya, Praia de Fia-

mengo número 194, solteiro, industrial, 256 ações, Cr\$ 256.000,00, Cr\$ 35.000,00. 2 — José Willenssens Junior, Avenida Epitácio Pessoa n. 116, casado, Corretor de Fundos Públicos, 5 ações. ... Cr\$ 5.000,00, Cr\$ 500,00. 3 — Cipriano Amoroso Costa, Av. Rio Branco n. 128, casado, advogado, 1 ação, Cr\$ 1.000,00, Cr\$ 100,00. 4 — Manoel Machado de Araujo, Rua Lina de Vasconcelos n. 156, casado, industrial, 2 ações, Cr\$ 2.000,00, Cr\$ 200,00. 5 — Alberto Proença de Faria, rua Real Grandeza n. 319, casado, advogado, 5 ações, Cr\$ 5.000,00, Cr\$ 500,00. 6 — Walter Ribeiro Guerra, Rua Azevedo Lima número 121, casado, do comércio, 1 ação, Cr\$ 1.000,00, Cr\$ 100,00. 7 — Raul Rocha Lisboa, rua Sebastião Lacerda n. 14, casado, industrial, 5 ações, Cr\$ 5.000,00, Cr\$ 500,00. 8 — Cláudio F. de Fonseca Guimarães, Avenida Epitácio Pessoa n. 2.004, casado, industrial, 5 ações, Cr\$ 5.000,00, Cr\$ 500,00. 9 — José Piquet Carneiro, rua 18 de Outubro n. 18, casado, do comércio, 5 ações, Cr\$ 5.000,00, Cr\$ 500,00. 10 — Evandro Solano Martins, Rua Buarque de Macedo n. 43, solteiro, industrial, 5 ações, Cr\$ 5.000,00, Cr\$ 500,00. 11 — Bernardo Piquet Carneiro Filho, rua Pucuruí n. 11, casado, industrial, 5 ações. ... Cr\$ 5.000,00, Cr\$ 500,00. 12 — Luis Fortinari, Rua Cosme Velho número 108, casado, do comércio, 5 ações, Cr\$ 5.000,00, Cr\$ 500,00, todos brasileiros e residentes neste país.

Finda essa leitura, o Sr. Presidente pede aos presentes que emitam sua opinião sob a redação dos Estatutos. Não havendo quem se manifestasse, foi o mesmo submetido à votação, sendo unanimemente aprovado.

O Sr. Presidente usando da palavra dá por terminados os trabalhos da presente reunião e avisa aos presentes que será convocada nova Assembleia conforme anúncio que será publicado pela imprensa, quando então serão apresentados os recibos do depósito legal feito em um Banco, e o pagamento do selo por verba sobre o capital e proceder-se-á a eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, para o primeiro mandato.

Em seguida suspendeu a sessão pelo tempo necessário a fim de ser lavrada a presente ata. Reaberta, foi a presente ata lida e posta em discussão, sendo unanimemente aprovada e assinada por todos os presentes. E eu, José Piquet Carneiro, servindo de 1.º Secretário, mandei lavar a presente ata que subcrevo. — José Piquet Carneiro. — Raimundo O. de Castro Maya. — Manoel Machado de Araujo. — Alberto Proença de Faria. — Walter Ribeiro Guerra. — Cypriano Amoroso Costa. — Raul Rocha Lisboa. — Cláudio F. de Fonseca Guimarães. — Bernardo Piquet Carneiro Filho. — Luis Fortinari. — José Willenssens Junior.

Em 25 de novembro de 1948, a Gráfica de Artes volta a publicar no *Jornal do Commercio*, agora para anunciar a oficialização da empresa. Na “Ata da assembleia geral de constituição realizada em 19 de novembro de 1948” consta que o Sr. Presidente Raymundo Ottoni de Castro Maya apresentou aos sócios da empresa os recibos do Banco Português do Brasil S.A e da Recebedoria do Distrito Federal, referentes à caução e ao pagamento do selo por verba sobre o capital. Os valores do Banco Português do Brasil foram assim discriminados:

Banco Português do Brasil, Sociedade Anônima – Cr\$ 40.000,00 – Recebemos do Dr. Raymundo O. de Castro Maya, como incorporador da Gráfica de Artes S.A. em organização, a quantia de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros), correspondente a 10% de Cr\$ 400.000,00, valor do capital social com que vai constituir-se, de acordo com a legislação em vigor (JORNAL DO COMMERCIO, p. 12, 25 nov. 1948).

E os da Recebedoria do Distrito Federal: “Ministério da Fazenda – Recebedoria do Distrito Federal – Selo por verba – n. 114.025 – Cr\$ 2.000,00. No livro de Receita à folha... fica debitado o tesoureiro pela quantia de dois mil cruzeiros, recebida do Sr. Gráfica de Artes S.A. proveniente alt. cont. social, conforme verba n. 425” (ibdem).

Na ocasião, registrada em ata, também foram eleitos os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal para o primeiro mandato. A votação, presencial, foi realizada por meio de cédulas. Ao final, apurou-se o seguinte resultado:

Para Diretor-Presidente: Dr. Cypriano Amoroso Costa, brasileiro, advogado, casado, residente nesta cidade, à Avenida Atlântica n. 802. Para Diretor-Gerente: Sr. Luiz Portinari, brasileiro, comércio, casado, residente nesta cidade, à rua Cosme Velho n. 103. Para membros efetivos do Conselho Fiscal: José Piquet Carneiro, brasileiro, casado, industriário, residente nesta cidade, à rua 18 de Outubro n. 18; Raul Rocha Lisbôa, brasileiro, casado, industrial, residente nesta cidade, à rua Sebastião Lacerda n. 14, e Alberto Proença de Faria, brasileiro, casado, advogado, residente à Rua Real Grandeza n. 219. Para suplentes: Dr. Olavo P. da Fonseca Guimarães, brasileiro, casado, engenheiro, residente nesta cidade, à Avenida Atlântica n. 762, e Evandro Solano Martins, brasileiro, solteiro, industriário, residente nesta cidade, à rua Buarque de Macedo n. 43 (JORNAL DO COMMERCIO, p. 12, 25 nov. 1948).

Após discussão da assembleia geral, e por sugestão do acionista Evandro Solano Martins, os honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal ficaram assim definidos: “Diretor-Presidente, Cr\$ 1.000,00 por mês; Diretor-Gerente, Cr\$ 3.000,00 por mês e para cada membro do Conselho Fiscal fosse paga a quantia de Cr\$ 50,00 por sessão em que tomarem parte” (JORNAL DO COMMERCIO, p. 12, 25 nov. 1948). A proposta foi unanimemente aprovada.

Figura 3: Ata da assembleia geral de constituição, realizada em 19 de novembro de 1948



Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, p. 12, 25 nov. 1948

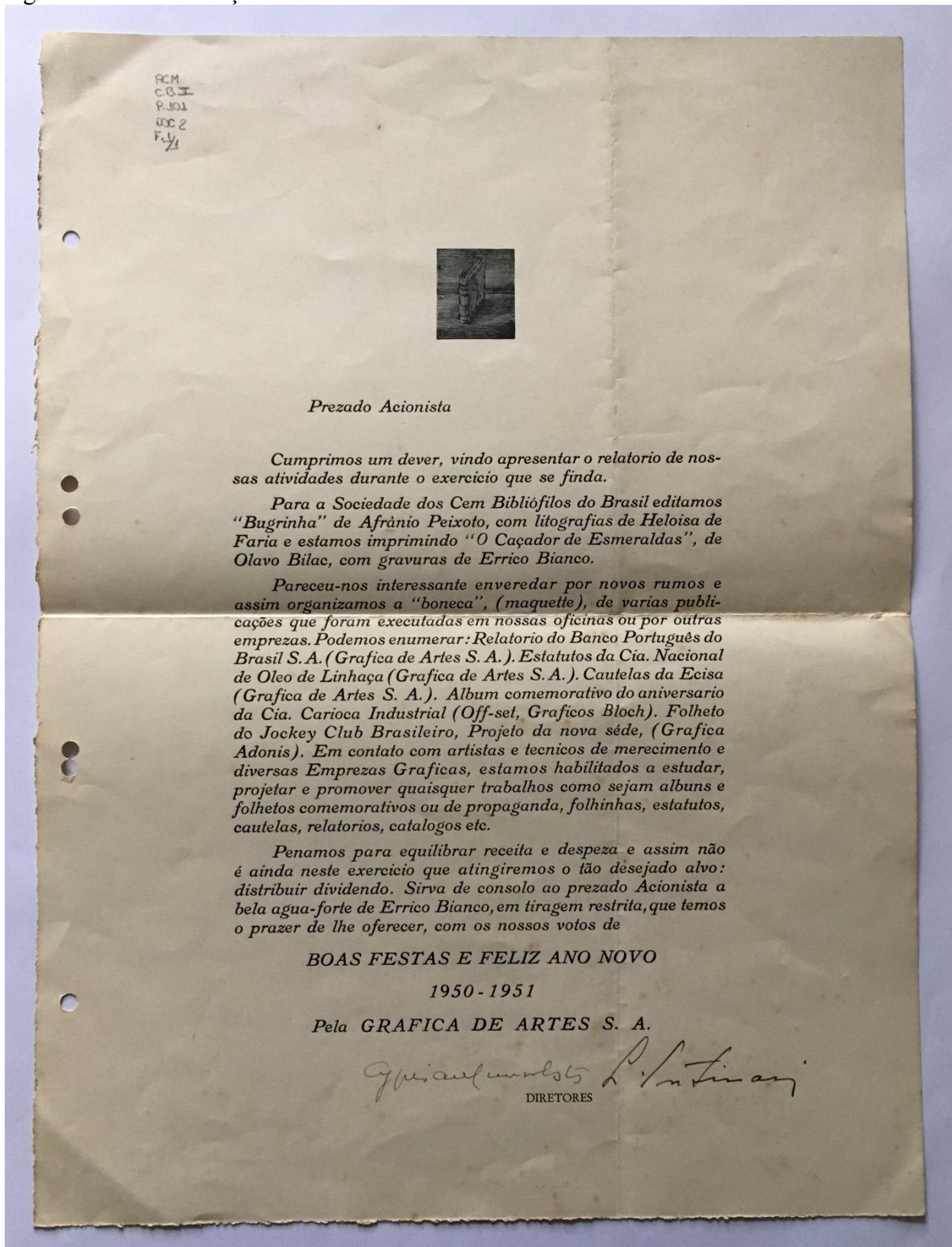
Curiosamente, a data oficial da constituição da Gráfica de Artes (19 de novembro de 1948) não corresponde à do Alvará de licença para localização (22 de novembro de 1953), o que nos leva a questionar se a Gráfica de Artes funcionou de forma ilegal, sem autorização formal, durante esses cinco anos, nos quais publicou quatro livros da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil¹³ e uma série de outros documentos, incluindo um relatório do Banco Português do Brasil S.A., estatutos da Cia. Nacional de Oleo de Linhaça, cautelas da Ecisa, folheto do Jockey Club Brasileiro e projeto da nova sede (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 101, Doc. 2, folha 1/1).

E, apesar de constar no alvará de licença para localização concedido à Gráfica de Artes o endereço Rua Primeiro de Março, nº 6, 9º andar, sala 4¹⁴ (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 101, Doc. 4, folha 1/1), segundo Baraçal (apud ALENCAR, 2002), a empresa, "Até por volta de 1955, funcionava na rua Faro, depois mudou-se para casa de vila perto do Largo dos Leões" (p. 60).

¹³ A saber: *Luzia-Homem*, em 1949; *Bugrinha*, em 1950; *O caçador de esmeraldas*, em 1951; e *O rebelde*, em 1952. Não houve publicação em 1953.

¹⁴ O escritório de Castro Maya funcionava no mesmo endereço, no 10º andar.


Figura 4: Carta endereçada aos sócios da Gráfica de Artes ao final de 1950



Fonte: Museu Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 101, Doc. 2, folha 1/1

Figura 5: Alvará de localização concedido à Gráfica de Artes S.A.

RCH
C.B. II
P. 10 1
Doc. 4
F. 1/1



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
7 DE NOVEMBRO DE 1889

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL

**ALVARÁ DE LICENÇA
PARA LOCALIZAÇÃO
CONCEDIDO**

A **GRÁFICA DE ARTES S.A.** -

PARA SE ESTABELECE RUA PRIMEIRO DE MARÇO, 6 9º ANDAR
SALA 4. -

COM A SEGUINTE ATIVIDADE PRINCIPAL ESCRITORIO DE ARTES
GRÁFICAS. -

**ENQUANTO SATISFIZER AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO EM
VIGOR. RESTRIÇÕES:** SEM ESTOQUE. -

<p><i>cl 6218</i></p> <p>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</p> <p style="text-align: center;">3752</p>	<p>HORÁRIO</p> <p style="text-align: center;">DE ACORDO COM AS LEIS EM VIGOR</p>	<p>CODIGO DE TAXAÇÃO</p> <p style="text-align: center;">100</p>
--	--	---

EMITIDO EM 22 DE SETEMBRO DE 1953

Paulo Pereira
OFICIAL ADMINISTRATIVO

CONFERIDO EM 22 DE SETEMBRO DE 1953

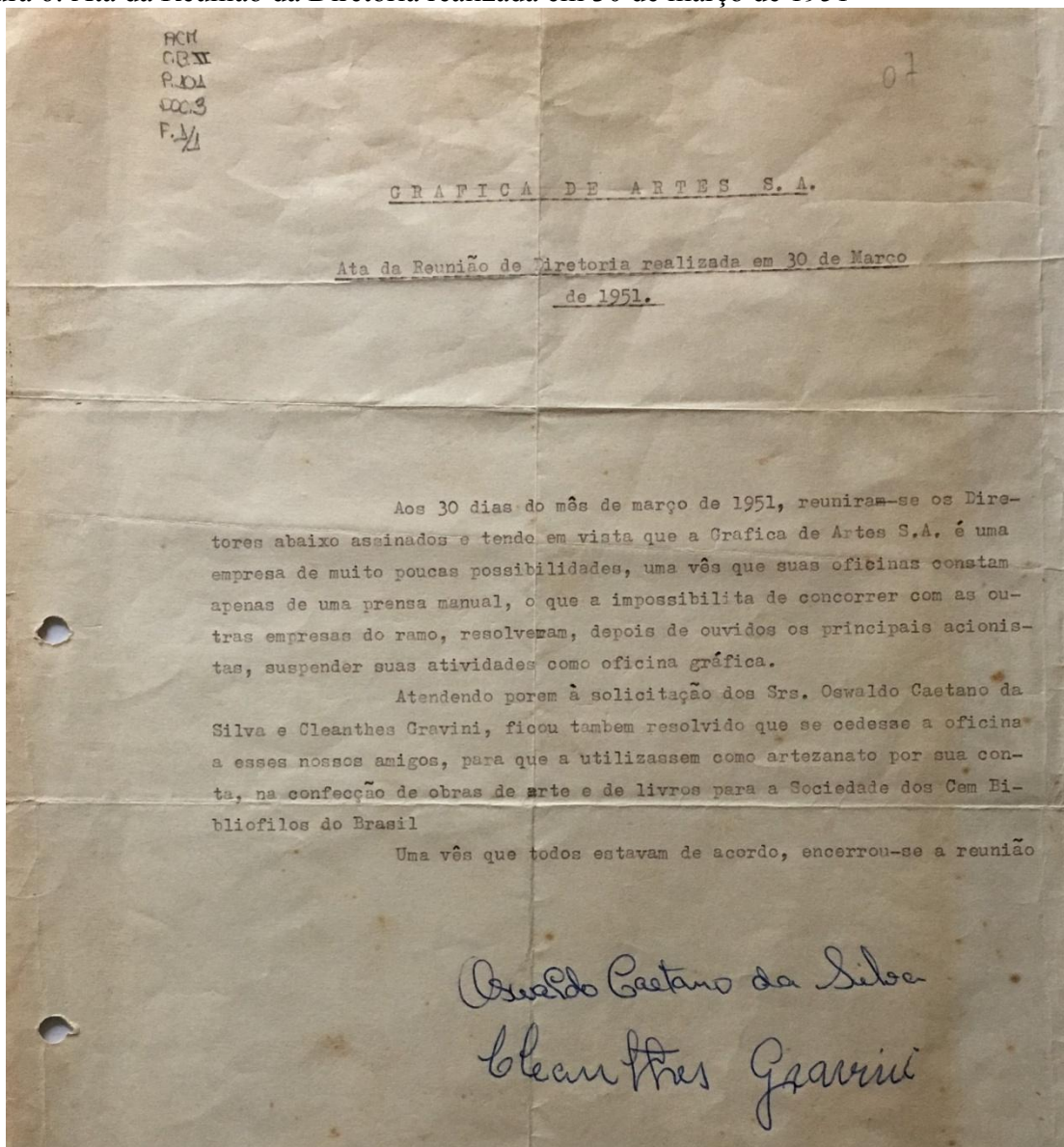
Paulo Pereira
CHEFE DO SERV. DE CONTROLE FISCAL

Paulo Pereira
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA RENDA DE LICENÇAS

Fonte: Museu Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 101, Doc. 4, folha 1/1

Em 30 de março de 1951, apenas três anos depois de se lançar no mercado (e antes mesmo da emissão do alvará de licença), a Gráfica de Artes decide suspender suas atividades como oficina gráfica, visto se tratar de “uma oficina de poucas possibilidades, com apenas uma prensa manual – o que entravava a concorrência com outras empresas” (BARAÇAL apud ALENCAR, 2002, p. 60). Entretanto, de acordo com a “Ata da Reunião da Diretoria realizada em 30 de março de 1951” (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 101, Doc. 3, folha 1/1), a pedido dos gráficos Oswaldo Caetano da Silva e Cleanthes Gravini, a oficina foi cedida à confecção de obras de artes e livros para a Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil.

Figura 6: Ata da Reunião da Diretoria realizada em 30 de março de 1951



Fonte: Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 101, Doc. 3, folha 1/1

Mas, mesmo com o desmanche da sociedade gráfica, Castro Maya não mediu esforços para tornar a oficina cada vez melhor e mais adequada às suas ambições frente às publicações dos Cem Bibliófilos, mandando buscar em Paris, em 1953, “prensas manuais – para os tipos e duas outras para gravura em metal e litografia – e famílias de letras, manipuladas por Oswaldo, compositor de tipos” (BARANÇAL apud ALENCAR, 2002, p. 60).

No mesmo ano, 1953, Darel Valença Lins (1924-2017) assume a direção da Gráfica de Artes e, portanto, as publicações da Sociedade dos Cem Bibliófilos. É a partir de Darel que as edições assumem caráter bibliófilo, “pelas características essencialmente artesanais, como no modelo francês, cuidando de todos os aspectos plásticos, desde a orientação dos profissionais gráficos, à composição de páginas e, principalmente, das ilustrações com gravuras artísticas” (BARAÇAL, apud ALENCAR, 2002).

Artista plástico nascido em Palmares, ele tinha apenas 29 anos quando foi convidado para o posto de diretor técnico da oficina, onde permaneceu por 16 anos. Em entrevista cedida a Reifschneider (2012), Darel conta que quem lhe arrumou este emprego foi o irmão de Candido Portinari (1903-1962), Loi Portinari, que, segundo ele, “não entendia nada de gravura”, enquanto ele, Darel, “já era um *enfant gâté*, já conhecia bem gravura, já era considerado um bom gravador de metal” (REIFSHNEIDER, 2012, p. 81).

O convite surgiu durante um jantar no bar chamado O vermelhinho, ponto de encontro dos artistas na década de 1950, localizado na rua Araújo Porto Alegre, no Centro do Rio de Janeiro. “Ele disse: „Darel, tenho um emprego pra você“. [...] Ele me ofereceu o emprego como diretor técnico da Gráfica de Artes dos Cem Bibliófilos. Eu digo: „Opa, que maravilha! Estou sem emprego...“ não ganhava dinheiro, vivia mal de dinheiro, então ótimo” (REIFSHNEIDER, 2012, p. 81).

O que Darel não sabia naquele momento é que o emprego oferecido não era lá muito formal e que nem de longe resolveria seus problemas financeiros. À Reifshneider (2012), o artista declarou:

A Gráfica de Artes foi uma das maiores sacanagens que Raimundo de Castro Maya fez (...). Raimundo de Castro Maya excluiu meu nome de 16 livros que eu fiz, dei orientação técnica. Ele não me queria como empregado, ele tinha que me pagar carteira assinada, os deveres sociais (p. 83).

Mais adiante, Darel segue dizendo que “Ele me enrolava, me levava pra casa... ele me fazia crer que era colega dele” (REIFSHNEIDER, 2012, p. 83), em acusação à falta de idoneidade do diretor da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil e acionista majoritário da

Gráfica de Artes, Castro Maya. De acordo com Darel, Castro Maya não se esquivava de encontrar subterfúgios que facilitassem as contas da casa:

Figura 4: Encarte encontrado no Museu Castro Maya anunciando prensas especiais para a impressão em talho-doce de livros de luxo

ACH
C.B. II
P. 208
000.8
F. 2/2

PRESSES A IMPRIMER EN TAILLE-DOUCE

Nous construisons des presses à imprimer en taille douce de toutes dimensions et pour tous les travaux :

1° Les petites (cliché de droite) sont destinées à l'impression des cartes de visite et autres travaux de ville : faire-part, menus, christmas, etc...

2° Les presses en taille-douce moyennes (cliché de gauche) sont destinées à l'impression des livres de luxe et des petites estampes. Ces machines sont dites à « croisées directes », lorsqu'elles n'ont pas d'engrenages, elles sont dites « à noix » lorsqu'elles possèdent des engrenages démultiplicateurs ; dans ce deuxième cas elles sont susceptibles d'une plus forte pression ; le travail est alors plus artistique et se fait avec un

moindre effort.

3° Les grandes presses en taille-douce à volant dites « à mécanique », possèdent deux trains d'engrenages, elles sont utilisées pour l'impression des grandes estampes, des eaux-fortes, des cartes géographiques et hydrographiques.





Tel. GOB. 15-04

J. et J. Ledeuil
34 Rue Poliveau - Paris 5^e

Fonte: Museu Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 101, Doc. 8, folha 1/1

Castro Maya se aproveitou de mim, me tirou da justificação de tiragem, mas fala nos dois estampadores. Os dois estampadores eram pessoas que eu pegava na rua, desempregados, e ensinava a fazer estampa. Fiz deles estampadores. Esses aí, o Castro Maya botava o nome deles, mas não dizia que eu tinha feito projeto, senão ele teria que assinar minha carteira, pagar INPS! (REIFSHNEIDER, 2012, p. 83).

Apesar das divergências financeiras existentes entre Darel e Castro Maya, Reifshneider (2012) chama a atenção para o fato de que, mesmo sem medir duras palavras, Darel em nenhum momento deixa de reconhecer a importância de Castro Maya para a sua vida profissional, já que foi este “quem o colocou naquela posição privilegiada. Mesmo que seu trabalho não tenha sido devidamente remunerado, o artista terá sempre o reconhecimento pelo trabalho que na Sociedade exerceu” (p. 84).

O autor fala também da importância de Darel para Castro Maya, que tinha nele um braço direito na hora das decisões artísticas, incluindo a negociação de honorários dos ilustradores. Reifshneider (2012) cita Bandeira (apud ALENCAR, 2002):

O bibliófilo recorria a Darel quanto a pedidos de sugestão de nomes de artistas para ilustração dos livros. Na verdade, Darel fazia as propostas e escolhia os artistas ilustradores. Orientava a edição, cabendo-lhe escolher a tipografia, programar as páginas e abrir as matrizes para os artistas que não sabiam gravar, como Djanira, Di Cavalcanti e Portinari (p. 84).

O último registro da Gráfica de Artes na imprensa carioca foi o balanço geral de 1961, publicado em março de 1962, no *Jornal do Commercio*. A partir de 1967, o nome da oficina também deixa de constar nos colofões das edições da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil, embora ainda figurem os nomes dos técnicos Oswaldo Caetano da Silva, Cleanthes Gravini e Darcy Vieira. Não se sabe as razões que levaram a tais atitudes nem o destino do maquinário e do estoque da oficina com o fim da Sociedade em 1969.

2 AS EDIÇÕES

2.1 Os livros publicados pela Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil

Em seus 27 anos de existência, a Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil editou 23 títulos, os quais incluem grandes nomes da literatura nacional, como Machado de Assis (que figurou duas vezes na lista dos bibliófilos), Mário de Andrade, Manuel Bandeira, entre outros, além de importantes trabalhos sobre o território nacional, a exemplo do *Bestiário*¹⁵ do empresário português Gabriel Soares de Souza (1540-1591), extraído do *Tratado descritivo do Brasil em 1587*.

Em geral, seguindo-se a tradição das sociedades bibliófilas da França, eram publicados apenas autores já mortos, menos por questões legais do que por denotar maior importância para as obras. Mas, em 1950, Castro Maya avança a possibilidade de criar uma sociedade paralela, Os Amigos do Livro, dedicada à publicação de autores ainda vivos.

A ideia não teve muitos apoiadores, então, diante da dificuldade de encontrar um número suficiente de interessados que viabilizasse o projeto, ele decide anexar esta ideia aos Cem Bibliófilos, publicando em 1960 “a obra de seu primeiro autor vivo: *Pasárgada*, de Manuel Bandeira (...)” (MONTEIRO, 2008, p. 90). Esta seria apenas a primeira exceção, como pode ser visto na tabela abaixo, que apresenta a lista completa das publicações dos Cem Bibliófilos organizadas por ano de lançamento e autor (em negrito estão destacados os nomes dos autores que ainda eram vivos quando do lançamento da edição).

Tabela 1 – Publicações da Sociedade dos Cem Bibliófilos organizadas por ano e autor

Nº	Ano	Obra	Autor
1	1943	Memórias posthumas de Braz Cubas	Machado de Assis (1839-1908)
2	1945	Espumas fluctuantes	Castro Alves (1847-1871)
3	1948	Pelo sertão	Affonso Arinos de Mello Franco (1868-1916)
4	1949	Luzia-Homem	Domingo Olympio (1851-1906)

¹⁵ Bestiário é um tipo de literatura descritiva, em geral sobre o mundo animal (as bestas), que foi muito comum entre as classes monásticas na Idade Média.

5	1950	Bugrinha	Afrânio Peixoto (1876-1947)
6	1951	O caçador de esmeraldas	Olavo Bilac (1865-1918)
7	1952	O rebelde	Inglês de Souza (1853-1918)
8	1954	Memórias de um sargento de milícias	Manoel Antônio de Almeida (1831-1861)
9	1955	Três contos	Lima Barreto (1881-1922)
10	1956	Canudos	Euclides da Cunha (1866-1909)
11	1957	Macunaíma	Mário de Andrade (1893-1945)
12	1958	Bestiário	Gabriel Soares de Souza (1540-1591)
13	1959	Menino de engenho	José Lins do Rego (1901-1957)
14	1960*	Pasárgada	Manuel Bandeira (1886-1968)
15	1961	Poranduba amazonense	Barbosa Rodrigues (1842-1909)
16	1962*	Cadernos de João	Aníbal Monteiro Machado (1894-1964)
17	1963	A morte e a morte de Quincas Berro D'Água	Jorge Amado (1912-2001)
18	1964*	Campo geral	Guimarães Rosa (1908-1967)
19	1965	Quatro contos	Machado de Assis (1839-1908)
20	1966	As aparições	Jorge de Lima (1893-1953)
21	1967	Ciclo da Moura	Augusto Frederico Schmidt (1906-1965)
22	1968	Hino Nacional Brasileiro	Osório Duque-Estrada (1870-1927)
23	1969*	O compadre de Ogum	Jorge Amado (1912-2001)

FONTE: Museu Castro Maya/IBRAM/MinC

Publicadas sempre com tiragem limitada – a 119 exemplares até 1956 e a 120 exemplares a partir desta data¹⁶ –, as edições da Sociedade visavam “combinar texto e

¹⁶ A única exceção foi a 22ª edição, referente ao *Hino nacional*, que saiu com tiragem excepcional de 140 exemplares, segundo consta em seu colofão, mas não sabemos o motivo desta mudança de padrão e nem a quem se dirigiram os 20 exemplares sobressalentes.

ilustrações em nível de alto valor artístico e literário, qualidade peculiar às edições dos Cem Bibliófilos, mas que nem sempre se encontra em edições similares estrangeiras” (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 5, folha 1/1).

Por se tratarem de projetos bastante complexos, de extremo requinte, além de produzidos, impressos e ilustrados de forma artesanal – ao menos a partir de 1949, quando a Gráfica de Artes assume as publicações da Sociedade –, por vezes, apenas uma obra tomava vários anos para sua total execução. Baraçal (apud ALENCAR 2002) explica: “Fossem as produções dos originais das ilustrações pelos artistas, fosse a fixidez das impressões das imagens nas provas, fosse o fornecimento dos papéis especiais, tudo demandava cuidado, sob o olhar exigente de Castro Maya” (p. 57).

Para *Memórias de um sargento de milícias*, por exemplo, o projeto mais grandioso dos 23 livros da Sociedade, foram gastos mais de três anos, de 1951 a 1954, dos quais oito meses e meio dedicados exclusivamente à impressão do miolo e das gravuras. Isso porque as mais de 7 mil gravuras que Darel tirou para a edição foram aquareladas à mão, uma a uma, como conta Baraçal (apud ALENCAR, 2002): “Darel vira um livro ilustrado por Duffy, em litografia em cores. Por não saber fazê-la, decide colorir cada prova” (p. 57).

As primeiras publicações dos Cem Bibliófilos levaram em média de nove a dez meses nos prelos da Gráfica de Artes. Com o passar do tempo, e também com o aperfeiçoamento técnico dos gráficos envolvidos no trabalho, este prazo caiu para cerca de seis meses, com algumas poucas exceções, como *Macunaíma* (1957), outro projeto de grande porte, que levou 11 meses para ser impresso, *Campo geral* (1964), 14 meses, e *As aparições* (1966) e *O compadre de Ogum* (1969), 13 meses. O comparativo dos títulos por número de páginas, quantidade de ilustrações e tempo de impressão pode ser conferido na tabela a seguir:

Tabela 2 – Comparativo nº de páginas x nº de ilustrações x tempo de impressão das edições

Nº	Obra	Nº de páginas	Nº de ilustrações	Tempo de impressão (meses)
1	Memórias posthumas de Braz Cubas	316	7	não informado
2	Espumas fluctuantes	204	42 + 25 vinhetas	não informado
3	Pelo sertão	161	27	não informado
4	Luzia-Homem	333	29	10
5	Bugrinha	248	25	10

6	O caçador de esmeraldas	119	51	9
7	O rebelde	121	29	10
8	Memórias de um sargento de milícias	311	69	6
9	Três contos	92	35	6
10	Canudos	99	32	8
11	Macunaíma	213	43	11
12	Bestiário	138	36	8
13	Menino de engenho	203	30	7
14	Pasárgada	74	39	7
15	Poranduba amazonense	53	23	6
16	Cadernos de João	76	24	6
17	A morte e a morte de Quincas Berro D'Água	59	6	6
18	Campo geral	142	32	14
19	Quatro contos	85	12	5
20	As aparições	75	12	13
21	Ciclo da Moura	87	12	7
22	Hino Nacional Brasileiro	42	7	4
23	O compadre de Ogum	131	10	13

FONTE: Museu Castro Maya/IBRAM/MinC

Os ilustradores das edições da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil, como pode ser visto na tabela a seguir, eram todos representantes das mais altas patentes artísticas do país naquele tempo, incluindo nomes renomados como os de Portinari (1902-1963), Di Cavalcanti (1897-1976) e Djanira da Motta e Silva (1914-1979). Talvez por isso, nas mais de 400

páginas do livro *A history of book illustration*¹⁷, de David Bland, com exceção do trabalho em xilogravura típico do cordel nordestino, o único tipo de ilustração do Brasil que mereceu menção do autor foram as produções de luxo dos Cem Bibliófilos do Brasil (HALLEWELL, 2012, p. 720)¹⁸.

Tabela 3 – Publicações dos Cem Bibliófilos organizadas por ano e ilustrador

Nº	Ano	Obra	Artista plástico
1	1943	Memórias posthumas de Braz Cubas	Cândido Portinari
2	1945	Espumas fluctuantes	Santa Rosa
3	1948	Pelo sertão	Livio Abramo
4	1949	Luzia-Homem	Clóvis Graciano
5	1950	Bugrinha	Heloísa de Faria
6	1951	O caçador de esmeraldas	Enrico Bianco
7	1952	O rebelde	Iberê Carmargo
8	1954	Memórias de um sargento de milícias	Darel Lins
9	1955	Três contos	Cláudio Corrêa e Castro
10	1956	Canudos	Poty Lazzarotto
11	1957	Macunaíma	Hector Carybé
12	1958	Bestiário	Marcello Grassmann
13	1959	Menino de engenho	Cândido Portinari
14	1960	Pasárgada	Aldemir Martins
15	1961	Poranduba amazonense	Darel Lins
16	1962	Cadernos de João	Maciej Babinsky

¹⁷ 2ª edição, Londres, Faber, 1969.

¹⁸ Para informações mais detalhadas sobre as ilustrações e os ilustradores das edições publicadas pela Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil ver El Banat (1996).

17	1963	A morte e a morte de Quincas Berro D'Água	Di Cavalcanti
18	1964	Campo geral	Djanira Silva
19	1965	Quatro contos	Poty Lazzarotto
20	1966	As aparições	Eduardo Sued
21	1967	Ciclo da Moura	Cícero Dias
22	1968	Hino Nacional Brasileiro	Isabel Pons
23	1969	O compadre de Ogum	Mario Cravo

FONTE: Museu Castro Maya/IBRAM/MinC

Peça também importante na engrenagem de funcionamento da Gráfica de Artes, os gráficos, ao contrário dos ilustradores, não eram nomes consagrados ou de destaque em outras produções do gênero (MONTEIRO, 2008, p. 153), como afirmou Darel (REIFSCHNEIDER, 2012). Oswaldo Caetano, Darcy Vieira e Cleanthes Gravini, o trio responsável pelas publicações da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil, eram operários assalariados, cada um recebia em média Cr\$ 110 mil por mês – pouco mais do que os Cr\$ 84 mil referentes ao salário mínimo de 1966 –, podendo aumentar a renda em até 40% quando faziam hora extra (MONTEIRO, 2008, p. 154).

Era de nosso interesse incluir aqui uma minibiografia de cada um dos gráficos e falar de seu trabalho junto à Gráfica de Artes, mas, infelizmente, não encontramos na literatura, nem mesmo nos jornais da época, informações adicionais ou pistas que pudessem nos ajudar. Os únicos documentos encontrados sobre eles foram os recibos de pagamento referentes aos meses de junho de 1966 e agosto de 1966 a maio de 1967, cujas reproduções estão disponíveis no Anexo B.

Abaixo apresentaremos a ficha catalográfica de cada uma das edições, de modo que, na impossibilidade de reproduzir aqui todas as páginas dos livros da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil, ainda sim se tenha uma visão mais clara do projeto de cada uma dessas publicações. Inspiramos-nos livremente em Monteiro (2008) para produzirmos o nosso modelo catalográfico, que utiliza como fonte de informação o próprio trabalho de Monteiro (2008) e o material fotografado no Museu Castro Maya, especialmente os colofões das edições.

Nossas fichas descritivas, ao contrário de Monteiro (2008), que tinha como objetivo principal “descrever o livro com detalhes técnicos não mencionados em catalogações bibliotecárias” (p. 27), visam a reconstruir a situação histórica e material dos Cem Bibliófilos ao longo dos anos. Este assunto se estenderá pelo Capítulo 3 (Impressão), ao tratarmos do funcionamento prático da Gráfica de Artes, principal responsável pelas publicações da Sociedade, e será arrematado no Capítulo 4 (Financiamento), com a apresentação de balancetes, custos de produção e faturamento das publicações.

Antes de expor as fichas descritivas, porém, é importante observar que a data de publicação informada nos colofões dos livros da Sociedade não corresponde ao ano real de finalização da obra, que é sempre posterior ao primeiro. De forma a tornarmos o texto mais claro, optou-se por usar nas fichas catalográficas a data oficial informada nos colofões, e no Capítulo 4, que trata da parte financeira da Sociedade e da Gráfica, o ano real de lançamento dos livros.

Toda a coleção aqui analisada corresponde ao exemplar de nº 2, pertencente à Raymundo Ottoni de Castro Maya, com exceção da última publicação, *O compadre de Ogum*, finalizada em 1969, após sua morte. Esta edição foi adquirida posteriormente pelo Museu Castro Maya, quando o exemplar de nº 81, pertencente a Cesar de Mello e Cunha, foi posto à venda, em 2001.

O modelo catalográfico então ficou assim desenhado: Autor (ano nasc.). **Título**. Ano. Ilustração: número de gravuras, nome do ilustrador (ano nasc.), técnica utilizada, comentário técnicos. Número de páginas. Formato. Composição e impressão: fonte do tipo, local de impressão, responsáveis pela impressão. Papel utilizado. Período de impressão. Tiragem.

1ª edição:

ASSIS, Machado (1839-1908). *Memórias posthumas de Braz Cubas*. 1943. 7 águas-fortes de Cândido Portinari (1903-1962) tiradas pelo próprio artista com o auxílio de Loy Portinari e 80 desenhos a nanquim reproduzidos em clichês. As placas que serviram para a ilustração foram inutilizadas. 316 p. Formato 280mmx380mm¹⁹. Texto em fonte do tipo (não cita no colofão) e desenhos impressos na Imprensa Nacional, sob a orientação da Americ-Edit Ltda, Rio de Janeiro. Papel Registro Brasil para o miolo e papel Sunray para as águas fortes. Acabado de imprimir em 6/7/1944. Tiragem limitada a 119 exemplares.

2ª edição:

¹⁹ Todas as informações referentes ao formado das edições remetem a Monteiro (2008).

ALVES, Castro (1847-1871). *Espumas fluctuantes*. 1944-1945. 4 águas-fortes de Tomás Santa Rosa (1909-1956) tiradas em prensa manual com colaboração de Luis Portinari e 38 desenhos e 25 vinhetas. As placas que serviram para a ilustração foram inutilizadas. 204 p. Formato 240x315mm (*in 8º*). Texto e desenhos impressos na Imprensa Nacional, em fonte do tipo (não cita no colofão). Papel Japão White Plate Finish para o miolo. Acabado de imprimir em 19/4/1947. Tiragem limitada a 119 exemplares.

3ª edição:

FRANCO, Affonso Arinos de Melo (1868-1916). *Pelo sertão*. 1946. 27 gravuras sobre madeira de Lívio Abramo (1903-1993) tiradas pelo artista coadjuvado por Marcello Grasmann. As placas que serviram para a ilustração foram inutilizadas. 161 p. Formato 240x327mm (*in 8º*). Texto e desenhos impressos na S.A. Industrias “Graphicars – F. Lanzara”, em fonte do tipo (não cita no colofão). Papel Goatskin Parchment para o miolo e papel Japão para as xilogravuras. Acabado de imprimir em 12/6/1948. Tiragem limitada a 119 exemplares.

4ª edição:

OLYMPIO, Domingos (1851-1906). *Luzia-Homem*. 1947. 29 águas-fortes de Clóvis Graciano (1907-1988) tiradas em prensas especiais na oficina da Gráfica de Artes S.A. do Rio de Janeiro. As placas de cobre que serviram para a ilustração foram inutilizadas. 333 p. Formato 250x330mm (*in folio*). Texto composto à mão em Caslon Elzevir Romano, corpo 20, e impresso em prensas manuais da Gráfica de Artes S.A., sob a direção de Luiz Portinari, por Oswaldo Caetano da Silva e Cleanthes Gravini. Papel Vélín d’Arches para a impressão do miolo. Impressão iniciada em 11/2/1949 e terminada em 30/11/1949. Tiragem limitada a 119 exemplares.

5ª edição:

PEIXOTO, Afrânio (1876-1947). *Bugrinha*. 1948. 25 desenhos de Heloisa de Faria litografados por Ennio Marques Ferreira e tirados em prensas especiais na oficina da Gráfica de Artes S.A. do Rio de Janeiro. As pedras depois de servirem para a ilustração foram granitadas. 248 p. Formato 253x327mm (*in folio*). Texto composto à mão e impresso em prelos manuais, em Velho Romano Corpo 16, na Gráfica de Artes, sob a direção de Luiz Portinari, por Oswaldo Caetano da Silva e Cleanthes Gravini. Papel Rives para a impressão do miolo. Impressão iniciada em 2/12/1949 e terminada em 15/10/1959. Tiragem limitada a 119 exemplares.

6ª edição:

BILAC, Olavo (1965-1918). *O caçador de esmeraldas*. 1949. 51 gravuras em buril sobre cobre de Enrico Bianco (1918-2013). As placas de cobre que serviram para a ilustração foram inutilizadas. 119 páginas. Formato 250x330mm (*in folio*). Texto composto à mão em Caslon Romano corpo 20 e impresso em prelos manuais da Gráfica de Artes S.A. do Rio de Janeiro, sob a direção de Luiz Portinari, por Oswaldo Caetano da Silva e Cleanthes Gravini. Papel Vélin d'Arches para a impressão do miolo. A impressão foi iniciada em 2/11/1949 e terminada em 18/8/1951. Tiragem limitada a 119 exemplares.

7ª edição:

SOUZA, Herculano Inglês de (1853-1918). *O rebelde*. 1950. 29 aquatintas originais de Iberê Camargo (1914-1994). As placas de cobre que serviram para a ilustração foram inutilizadas. 121 p. Formato 250x327mm (*in folio*). Texto composto à mão em Caslon Romano, corpo 20, e impresso em prelos manuais nas oficinas da Gráfica de Artes S.A. do Rio de Janeiro, sob direção de Luiz Portinari e Darel Valença Lins, por Oswaldo Caetano e Cleanthes Gravini. Papel Marais para a impressão do miolo. A impressão foi iniciada em 10/10/1951 e terminada em 9/8/1952. Tiragem limitada a 119 exemplares.

8ª edição:

ALMEIDA, Manoel Antônio de (1831-1861). *Memórias de um sargento de milícias*. 1951. 69 águas-fortes originais de Darel Valença Lins coloridas à mão pelo artista. As placas que serviram para a ilustração foram inutilizadas. 311 p. Formato 233x297mm (*in 4º*). Texto composto à mão em Elzevir século XVII e impresso em prelos manuais nas oficinas da Gráfica de Artes S.A. do Rio de Janeiro, sob a direção de Darel Valença Lins, por Oswaldo Caetano da Silva e Cleanthes Gravini. Papel Rives para a impressão do miolo. Impressão iniciada em 9/2/1953 e terminada em 30/10/1954. Tiragem limitada a 119 exemplares.

9ª edição:

BARRETO, Lima (1881-1922). *Três contos*. 1952. 35 águas-fortes originais de Claudio Corrêa e Castro (1928-2005). As placas que serviram para a ilustração foram inutilizadas. 92 p. Formato 225x280mm (*in folio*). Texto revisto por Francisco de Assis Barbosa, composto à mão em Elzevir século XVII e impresso em prelos manuais da Gráfica de Artes S.A. do Rio de Janeiro, por Oswaldo Caetano da Silva e Cleanthes Gravini. Papel Vélin d'Arches para impressão do miolo. Impressão iniciada em 13/12/1954 e terminada em 30/6/1955. Tiragem limitada a 119 exemplares.

10ª edição:

CUNHA, Euclides da (1866-1909). **Canudos**. (Não cita). 32 águas fortes originais de Poty Lazzarotto (1924-1998). As placas que serviram para a ilustração foram inutilizadas. 99 p. Formato 327x427mm (*in folio*). Texto composto à mão em Caslon Romano e impresso em prelos manuais nas oficinas da Gráfica de Artes S.A. do Rio de Janeiro, por Oswaldo Caetano da Silva e Cleanthes Gravini. Papel Rives e Arches para a impressão do miolo. Impressão iniciada em 1/8/1955 e terminada em 26/3/1956. Tiragem limitada e 119 exemplares.

11ª edição:

ANDRADE, Mário de (1893-1945). **Macunaíma**. (Não cita). 43 águas-fortes de Carybé (1911-1997) a partir de desenhos de 1945-1946, quando ainda era vivo Mário de Andrade. As placas utilizadas para a ilustração foram inutilizadas. 213 p. Formato 285x380mm (*in 4º*). Texto composto à mão em Caslon Elzevir Romano e impresso em prelos manuais, nas oficinas da Gráfica de Artes S.A. por Oswaldo Caetano da Silva, Cleanthes Gravini e Darcy Vieira. Papel Vélin d'Arches para a impressão do miolo. Impressão iniciada em 8/11/1956 e terminada em 23/10/1957. Tiragem limitada a 120 exemplares.

12ª edição:

SOUZA, Gabriel Soares de (1540-1591). **Bestiário** (texto extraído do *Tratado descritivo do Brasil em 1587*). (Não cita). 36 gravuras sobre madeira de Marcelo Grassman. As placas que serviram para a ilustração foram destruídas. 138 p. Formato 250x325mm (*in folio*). Texto composto à mão em Caslon Romano e impresso em prelos manuais nas oficinas da Gráfica de Artes S.A. do Rio de Janeiro, sob a direção de Poty Lazzarotto, por Oswaldo Caetano da Silva, Cleanthes Gravini e Darcy Vieira. Papel Marais para a impressão do miolo. Impressão iniciada em 2/2/1958 e terminada em 16/10/1958. Tiragem limitada a 120 exemplares.

13ª edição:

REGO, José Lins do (1901-1957). **Menino de engenho**. (Não cita). 30 águas-fortes de Candido Portinari (1903-1962) tiradas na Gráfica de Artes do Rio de Janeiro. As placas que serviram para a ilustração foram inutilizadas. 203 p. Formato 280x360mm (*in folio*). Texto composto à mão em caracteres Elzevir Romano e impresso em prelos manuais da Gráfica de Artes S.A. do Rio de Janeiro por Oswaldo Caetano da Silva, Cleanthes Gravini e Darcy Vieira. Papel Vélinarches para a impressão do miolo. Impressão iniciada em 13/1/1959 e terminada em 31/8/1959. Tiragem limitada a 120 exemplares.

14ª edição:

Bandeira, Manuel (1886-1968). **Pasárgada**. (Não cita). 39 gravuras de Aldemir Martins (1922-2006) tiradas na oficina da Gráfica de Artes do Rio de Janeiro. As placas que

serviram para a ilustração foram inutilizadas. 74 p. Formato 225x280mm (*in 4º*). Texto composto à mão em caracteres Grotasca Reforma Magra e impresso em prelos manuais da Gráfica de Artes do Rio de Janeiro por Oswaldo Caetano da Silva, Cleanthes Gravini e Darcy Vieira. Papel Vélin d'Arches para impressão do miolo. Impressão iniciada em 25/1/1960 e terminada em 30/8/1960. Tiragem limitada a 120 exemplares.

15ª publicação:

RODRIGUES, João Barbosa (1842-1909). *Poranduba amazonense*. (Não cita). 23 águas-fortes com buril de Darel Valença Lins²⁰ estampadas na Gráfica de Artes S.A. do Rio de Janeiro. As placas que serviram a ilustração foram inutilizadas. 53 p. Formato 280x350mm (*in folio*). Texto composto à mão em tipos Caslon Elzevir Romano e impresso em prelos manuais da Gráfica de Artes S.A. do Rio de Janeiro por Oswaldo Caetano da Silva, Cleanthes Gravini e Darcy Vieira. Papel Vélin d'Arches para a impressão do miolo. A impressão foi iniciada em 25/1/1961 e terminada em 31/7/1961. Tiragem limitada a 120 exemplares.

16ª edição

MACHADO, Aníbal Monteiro (1894-1964). *Cadernos de João*. (Não cita). 24 águas-fortes de Maciej Babinski (1931-) tiradas na Gráfica de Artes S.A. do Rio de Janeiro. As placas que serviram para a ilustração foram inutilizadas. 76 p. Formato 225x285mm (*in 4º*). Texto composto à mão em caracteres Elzevir Século XVII e impresso em prelos manuais da Gráfica de Artes S.A. do Rio de Janeiro por Oswaldo Caetano da Silva, Cleanthes Gravini e Darcy Vieira. Papel Vélin d'Arches para a impressão do miolo. Impressão iniciada em 10/10/1961 e terminada em 30/4/1962. Tiragem limitada a 120 exemplares.

17ª edição:

AMADO, Jorge (1912-2001). *A Morte e a morte de Quincas Berro D'Água*. (Não cita). 6 gravuras sobre madeira de Di Cavalcanti (1897-1976) tiradas na Gráfica de Artes S.A. do Rio de Janeiro, sob orientação de Darel Valença Lins. As matrizes que serviram para a ilustração foram inutilizadas. 59 p. Formato 405x455mm (*in plano*). Texto composto à mão em caracteres Grotasca Reforma Magra e impresso em prelos manuais da Gráfica de Artes S.A. do Rio de Janeiro por Oswaldo Caetano da Silva, Cleanthes Gravini e Darcy Vieira. Papel Vélin d'Arches para impressão do miolo. Impressão iniciada em 23/7/1962 e terminada em 31/1/1963. Tiragem limitada a 120 exemplares.

18ª edição:

²⁰ Deveria ser ilustrado por Oswaldo Goeldi (1895-1961). O falecimento prematuro do artista não permitiu a realização do intento.

ROSA, João Guimarães (1908-1967). *Campo geral* (novela extraída do livro *Corpo de baile*). (Não cita). 32 desenhos coloridos de Djanira da Motta e Silva (1914-1979) gravados por Darel Valença Lins em cobre, e as cores, em linóleo, tirados na oficina da Gráfica de Artes S.A. do Rio de Janeiro. As matrizes que serviram para a ilustração foram inutilizadas. 142 p. Formato 280x285mm (*in folio*). Texto composto à mão em caracteres Elzevir Século XVII e impresso em prelos manuais da Gráfica de Artes S.A. do Rio de Janeiro por Oswaldo Caetano da Silva, Cleanthes Gravini e Darcy Vieira. Papel Vélin d'Arches para impressão do miolo. Impressão iniciada em 23/6/1963 e terminada em 10/8/1964. Tiragem limitada a 120 exemplares.

19ª publicação:

ASSIS, Machado de (1839-1908). *4 contos*. (Não cita). 12 gravuras em ponta seca e água-forte de Poty Lazzarotto (1924-1998) tiradas na oficina da Gráfica de Artes S.A. do Rio de Janeiro. As placas que serviram para as ilustrações foram inutilizadas. 85 p. Formato 250x325mm (*in folio*). Texto composto à mão em Grotasca Reforma Magra e impresso em prelos manuais da Gráfica de Artes S.A. do Rio de Janeiro por Oswaldo Caetano da Silva, Cleanthes Gravini e Darcy Vieira. Papel Vélin d'Arches para a impressão do miolo. Impressão iniciada em 9/4/1965 e terminada em 15/9/1965. Tiragem limitada a 120 exemplares.

20ª edição:

LIMA, Jorge de (1893-1953). *As aparições*. (Não cita). 12 gravuras em água-forte e água-tinta de Eduardo Sued (1925-) tiradas na oficina da Gráfica de Artes S.A. do Rio de Janeiro. As placas que serviram para as ilustrações foram inutilizadas. 75 p. Formato 225x285mm (*in 4º*). Texto composto à mão em Grotasca Reforma Magra e impresso em prelos manuais da Gráfica de Artes S.A. do Rio de Janeiro por Oswaldo Caetano da Silva, Cleanthes Gravini e Darcy Vieira. Papel Vélin d'Arches para a impressão do miolo. Impressão iniciada em 10/1/1965 e terminada em 25/4/1966. Tiragem limitada a 120 exemplares.

21ª edição:

SCHMIDT, Augusto Frederico (1906-1965). *Ciclo da Moura* (poemas inéditos, cedidos pela Sociedade dos Amigos de Augusto Frederico Schmidt, em cópias datilografadas). (Não cita). 12 águas-fortes e águas-tinta de Cícero Dias (1907-2003) tiradas na oficina da Gráfica de Arte S.A. do Rio de Janeiro. As placas que serviram para as ilustrações foram inutilizadas. 87 p. Formato 250x325mm (*in 4º*). Texto composto à mão em Grotasca Reforma Magra e impresso em prelos manuais da Gráfica de Artes S.A. do Rio de

Janeiro por Oswaldo Caetano da Silva, Cleanthes Gravini e Darcy Vieira. Papel Vélín d'Arches para a impressão do miolo. Impressão iniciada em 20/10/1966 e terminada em 31/5/1967. Tiragem limitada a 120 exemplares.

22ª edição²¹:

DUQUE-ESTRADA, Osório (1870-1927). *Hino nacional*. (Não cita). 7 gravuras em água-forte e água tinta de Isabel Pons (1912-2002) tiradas na (não cita a oficina). As placas que serviram para as ilustrações foram inutilizadas. 42 p. Formato 320x454mm. Texto composto à mão em Caslon Elzevir Romano e impresso por Oswaldo Caetano da Silva, Cleanthes Gravini e Darcy Vieira (não cita a oficina). Papel Vélín d'Arches para a impressão do miolo. Impressão iniciada em 20/11/1967 e terminada em 28/3/1968. Tiragem excepcional de 140 exemplares.

23ª edição:

AMADO, Jorge (1912-2001). *O compadre de Ogum* (conto do livro *Os pastores da noite*). (Não cita). 10 gravuras em água-forte e água-tinta de Mario Cravo (1923-) tiradas na (não cita a oficina). As placas que serviram para as ilustrações foram inutilizadas. 131 p. Formato 240x330mm. Texto composto à mão em Caslon Elzevir Romano e impresso por Oswaldo Caetano da Silva, Cleanthes Gravini e Darcy Vieira (não cita a oficina). Papel Westerprint para a impressão do miolo. Impressão iniciada em 2/5/1968 e terminada em 18/6/1969. Tiragem limitada a 120 exemplares.

E aqui, uma curiosidade: apesar de constar no colofão de todas as 23 edições dos Cem Bibliófilos do Brasil que as matrizes utilizadas para as ilustrações foram destruídas, inutilizadas ou granitadas, como previa o estatuto do grupo, um levantamento feito junto ao Acervo Digital dos Museus Castro Maya revelou a existência de nada menos que 154 matrizes, as quais estão guardadas no Museu da Chácara do Céu. Desse total, 54 pertencem apenas à edição de *Memórias de um sargento de milícias* (1954), como pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 4 – Matrizes preservadas da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil

Nº	Ano	Obra	Nº de matrizes
1	1943	Memórias posthumas de Braz Cubas	7
2	1945	Espumas fluctuantes	3

²¹ Consta como 24ª no colofão da publicação.

3	1948	Pelo sertão	7
4	1949	Luzia-Homem	0
5	1950	Bugrinha	0
6	1951	O caçador de esmeraldas	0
7	1952	O rebelde	0
8	1954	Memórias de um sargento de milícias	54
9	1955	Três contos	24
10	1956	Canudos	8
11	1957	Macunaíma	6
12	1958	Bestiário	10
13	1959	Menino de engenho	2
14	1960	Pasárgada	0
15	1961	Poranduba amazonense	0
16	1962	Cadernos de João	0
17	1963	A morte e a morte de Quincas Berro D'Água	14
18	1964	Campo geral	15
19	1965	Quatro contos	0
20	1966	As aparições	4
21	1967	Ciclo da Moura	0
22	1968	Hino Nacional Brasileiro	0
23	1969	O compadre de Ogum	0

FONTE: Museu Castro Maya/IBRAM/MinC

2.1.1 A polêmica de Canudos

De todas as publicações da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil, uma delas merece destaque, não por sua grandiosidade, projeto gráfico arrojado ou custos de produção acima da média, mas porque foi o epicentro de uma grande polêmica envolvendo os bibliófilos e os herdeiros de seu autor: *Canudos* (1956), correspondência de guerra escrita por Euclides da Cunha (1866-1909) e que deu origem ao clássico *Os sertões* (1902).

Em 4 de março de 1958, o *Diário de Notícias* publicava a seguinte nota:

Os netos do saudoso escritor Euclides da Cunha solicitaram, ontem, ao juiz Murtinho Pinheiro, da 13ª Vara Cível, a imediata apreensão dos exemplares de <<Canudos>>, reimpressos pela Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil, sem a devida permissão dos herdeiros do autor da obra, titulares dos respectivos direitos autorais (p. 15).

Na edição de 4 de março de 1958, o *Jornal do Brasil* também anunciava, sob o título de “Canudos: bibliófilos não tinham licença”:

Euclides da Cunha Neto e outros netos do escritor Euclides da Cunha requereram, ontem, no Juízo da 13ª Vara Cível, uma ação ordinária contra a Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil, pedindo busca e apreensão dos exemplares de “Canudos”, por haver a ré, sem autorização dos autores da ação, publicado a referida obra em março de 1956. Os impetrantes pedem que a Sociedade seja condenada nas perdas e danos (p. 10).

O caso se arrastou durante anos e ganhou destaque na imprensa em diversas publicações. No *Correio da Manhã* de 25 de junho de 1961, o jornal informa que fora marcada a data de divulgação da decisão:

Está marcada para depois de amanhã, às 14 horas, na 13ª Vara Cível, no edifício do Forum, a decisão de pendência judicial que envolve uma questão de direitos autorais, e que está correndo há quase quatro anos. Trata-se da ação movida pelos netos e herdeiros de Euclides da Cunha contra a Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil, que lançou em luxuosa edição de apenas cem exemplares a obra “Canudos”, correspondência de guerra que deu origem a “Os Sertões” (p. 2).

Naquela mesma semana, no dia 29 de junho, o *Diário Carioca* também informa que os herdeiros de Euclides da Cunha exigiam a condenação da diretoria da Sociedade, a qual deveria “,,pagar perdas e danos além de juros de mora, honorários de advogado” e ainda a verem apreendidos os exemplares da edição de „Canudos” feita sem autorização” (p. 3). Mais

abaixo, ainda denuncia o caráter informal da sociedade bibliófila composta por Castro Maya e seus companheiros:

NÃO EXISTE

A Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil, não está legalmente constituída, pelo que figuram como réus os componentes do seu Conselho Executivo, entre os quais o príncipe.

Tomado o depoimento pessoal do sr. Raimundo de Castro Maia, o mesmo confessou haver feito mera consulta por telefone à sra. Ana de Assis, viúva de Euclides da Cunha e do assassino deste, general Dilermano de Assis, e não ter obtido dos herdeiros de Euclides uma declaração por escrito. Alegou que a edição se destina apenas aos sócios e às bibliotecas, sendo feita na gráfica de Arte, de sua propriedade e de outros membros da Sociedade dos Cem (p. 3).

A decisão, porém, foi adiada, segundo o jornal *A Noite* de 20 de junho de 1961:

Foi designado o dia 7 de julho próximo para a leitura da sentença na ação ordinária que Euclides da Cunha Netto e outros descentes do autor de “Sertões” movem, na 13ª Vara Civil, contra a Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil. Alegam os autores que a Sociedade, sem a devida autorização, publicou em 1956, a obra sobre “Canudos” pelo que lhes deve pagar por perdas e danos, além de terem a edição apreendida (p. 6).

Em 1962, a decisão foi dada em favor dos herdeiros de Euclides da Cunha, condenando a Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil nas figuras de Dom Pedro de Orléans e Bragança, Raymundo de Castro Maia, Cypriano Amoroso Costa, Ricardo Xavier da Silveira e Roberto Marinho, membros da Comissão Executiva. O grupo de bibliófilos, no entanto, recorreu da sentença, como mostra a matéria publicada pelo *Correio da Manhã* em 1º de setembro de 1962:

Como foi noticiado há alguns meses atrás, os herdeiros de Euclides da Cunha ganharam a ação judicial que moviam desde 1958 contra a Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil. A causa defendida era o pagamento de direitos autorais devidos em virtude do lançamento da obra “Canudos” em edição limitada de aprimorada apresentação gráfica.

Tendo a Sociedade editora apelado da sentença, o caso subiu a julgamento na segunda instância. Agora sabe-se que os herdeiros do grande autor de “Os Sertões” venceram novamente por unanimidade de votos o recurso para o Tribunal de Justiça da Guanabara. A ação foi conduzida pelo advogado Dirceu de Oliveira e Silva, constando do processo um parecer que, por indicação judicial, emitiu sobre a questão o escritor Olímpio de Souza Andrade, autor de “História e Interpretação de OS SERTÕES” (p. 3).

Só em 1964 seria encerrado o caso, com ganho de causa para os herdeiros de Euclides da Cunha e imposição de multa no valor de Cr\$ 476.000,00²² para os membros da Comissão Executiva da Sociedade dos Cem Bibliófilos, segundo publicação do *Correio da Manhã* de 21 de junho de 1964. O jornal publicou na íntegra o parecer do juiz e nós o transcrevemos abaixo:

Foi do seguinte teor o voto do ministro Luiz Galotti, do Supremo Tribunal Federal, nos autos de ação movida pelos herdeiros de Euclides da Cunha contra cem bibliófilos da Guanabara que editaram, sem autorização, 119 exemplares da obra “Os Sertões”:

Euclides da Cunha Neto e outros, netos de Euclides da Cunha, moveram no Rio, ação contra a Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil, citando os membros da sua Comissão Executiva: Dom Pedro de Orleans e Bragança, Raimundo de Castro Maia, Cypriano Amoroso Costa, Ricardo Xavier da Silveira e Roberto Marinho.

Pedem a apreensão dos exemplares da obras “Canudos”, de Euclides, editada pela Sociedade, além de perdas e danos. Alegam que Euclides faleceu a 15 de agosto de 1909 e, assim, só em 1969 cairá sua obra no domínio comum.

Com exceção de Roberto Marinho, os citados contestaram a ação.

E o juiz a julgou procedente, porque foi feita, sem autorização dos herdeiros de Euclides, uma tiragem de 119 exemplares da obra “Canudos” e, pelo menos, um foi posto à venda na Livraria “Kosmos”, pouco importando que não haja logrado comprador. Não tendo havido apreensão dos exemplares, condenou a Sociedade ao pagamento do respectivo valor (Cr\$ 476.000,00).

A sentença foi confirmada pelo Tribunal de Justiça da Guanabara.

Dom Pedro e dr. Raimundo de Castro Maia interpuseram recurso extraordinário para o Supremo Tribunal, dizendo que houvera autorização verbal da viúva de Euclides, D. Ana de Assis, novamente casada, e que os descendentes do escritor foram procurados, mas não encontrados. Além disso, invocam o art. 666 n° VI do Código Civil.

O recurso foi indeferido, donde o agravo, a que o Supremo Tribunal, unanimemente, negou provimento, de acordo com o seguinte voto do relator, ministro Luiz Gallotti: Na verdade, o art. 666 n° VI do Cód. Civil não considera ofensa aos direitos de autor a cópia, feita a mão, de obra qualquer, contanto que não se destine à venda.”

Mesmo tendo como atendido este segundo requisito, porque os recorrentes dizem que não cabe à Sociedade nem à sua diretoria a menor responsabilidade pelo fato de ter sido exposto um exemplar na Livraria “Kosmos”, ao primeiro requisito (tratar-se de cópia feita à mão), pois os agravantes reconhecem que as cópias não foram feitas à mão, como diz a lei, e sim em *prelos manuais*. Pretendem, portanto, que ao preceito legal se dê aplicação ampliativa, por analogia, aliás forçada.

Carvalho Santos (Código Civil, vol. 8°), comentando o n° VI do art. 666, acentua ser pacífica a doutrina no sentido de que ele visa à reprodução *manuscrita*, perfeitamente lícita quando feita para uso pessoal do copista. E acrescenta que o mesmo se poderá dizer da hipótese de reprodução *datilografada*.

Quanto a esta hipótese, que não é a dos autos, nem se trataria propriamente de interpretação por analogia, mas apenas de exegese por força de compreensão, visto que a datilografia se desenvolveu, para substituir amplamente a escrita a mão, após a promulgação do Código Civil, que é de 1916.

Bem diverso é o caso dos *prelos manuais*.

Do exposto resultado claro que não cabe o pretendido recurso extraordinário, só interposto com invocação da alínea *a* do art. 101 n° III da Constituição. É que exige essa alínea, para autorizar o apelo constitucional à Côrte Suprema, tenha sido

²² O decreto n° 53.578, de fevereiro de 1964, estipulava o valor do salário mínimo de Cr\$ 42.000,00, o que significa que a Sociedade foi multada em mais de dez salários mínimos devido à publicação de *Canudos*. Infelizmente, não foi encontrado o balancete anual do período.

contrariada *a letra da lei*. E, no caso, não é com a letra da lei, que argumentam os recorrentes, mas sim procuram apoio numa forçada interpretação analógica do mandamento legal.

Bem decidiu o presidente do Tribunal de Justiça indeferindo o recurso extraordinário.

Sou liberal em provar o agravo e mandar subir o recurso extraordinário para melhor exame, quando há dúvida. Mas fazê-lo, num caso claro como este, seria acarretar às partes ônus inútil, tão manifesta é a improcedência do alegado.

Nego provimento" (CORREIO DA MANHÃ, p. 2, 21 jun. 1964).

Figura 5: Parecer da justiça no caso Canudos

GALLOTTI FOI CONTRA TESE DA ANALOGIA

Foi do seguinte teor o voto do ministro Luiz Galotti, do Supremo Tribunal Federal, nos autos de ação movida pelos herdeiros de Euclides da Cunha contra cem bibliófilos da Guanabara que editaram, sem autorização, 119 exemplares da obra "Os Sertões":

Euclides da Cunha Neto e outros, netos de Euclides da Cunha, moveram, no Rio, ação contra a Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil, citando os membros da sua Comissão Executiva: Dom Pedro de Orleans e Bragança, Raimundo de Castro Maia, Cipriano Amoroso Costa, Ricardo Xavier da Silveira e Roberto Marinho.

Pedem a apreensão dos exemplares da obra "Canudos", de Euclides, editada pela Sociedade, além de perdas e danos. Alegam que Euclides faleceu a 15 de agosto de 1909 e, assim, só em 1969 cairá sua obra no domínio comum.

Com exceção de Roberto Marinho, os citados contestaram a ação.

E o juiz a julgou procedente, porque foi feita, sem autorização dos herdeiros de Euclides, uma tiragem de 119 exemplares da obra "Canudos" e, pelo menos, um foi pôsto à venda na Livraria "Kosmos", pouco importando que não haja logrado comprador. Não tendo havido apreensão dos exemplares, condenou a Sociedade ao pagamento do respectivo valor (Cr\$ 476.000,00).

A sentença foi confirmada pelo Tribunal de Justiça da Guanabara.

Dom Pedro e o dr. Raimundo de Castro Maia interpuseram recurso extraordinário para o Supremo Tribunal, dizendo que houvera autori-

zação verbal da viuva de Euclides, D. Ana de Assis, novamente casada, e que os descendentes do escritor foram procurados, mas não encontrados. Além disso, invocam o art. 666 n.º VI do Código Civil.

O recurso foi indeferido, donde o agravo, a que o Supremo Tribunal, unânime, negou provimento, de acordo com o seguinte voto do relator, ministro Luiz Galotti:

Na verdade, o art. 666 n.º VI do Cód. Civil não considera ofensa aos direitos de autor a cópia, feita a mão, de obra qualquer, contanto que se não destine à venda."

Mesmo tendo como atendido este segundo requisito, porque os recorrentes dizem que não cabe à Sociedade nem à sua diretoria a menor responsabilidade pelo fato de ter sido exposto um exemplar na Livraria "Kosmos", a dúvida seria maior quanto ao primeiro requisito (tratar-se de cópia feita à mão), pois os agravantes reconhecem que as cópias não foram feitas à mão, como diz a lei, e sim em prelos manuais. Pretendem, portanto, que ao preceito legal se dê aplicação ampliada, por analogia, allás forçada.

Carvalho Santos (Código Civil, vol. 8.º), comentando o n.º VI do art. 666, acentua ser pacífica a doutrina no sentido de que éle visa à reprodução *manuscrita*, perfeitamente lícita quando feita para uso pessoal do copista. E acrescenta que o mesmo se poderá dizer na hipótese de reprodução *dactilografada*.

Quanto a esta hipótese, que não é a dos autos, nem se trataria propriamente de interpretação por analogia, mas apenas de exegese por força de compreensão, visto que a dactilografia se desenvolveu, para substituir amplamente a escrita a mão, após a promulgação do Código Civil, que é de 1916.

Bem diverso é o caso dos prelos manuais.

Do exposto resulta claro que não cabe o pretendido recurso extraordinário, só interposto com invocação da alínea *a* do art. 101 n.º III da Constituição. É que exige essa alínea, para autorizar o apelo constitucional à Corte Suprema, tenha sido contrariada *a letra da lei*. E, no caso, não é com a letra da lei que argumentam os recorrentes, mas sim procuram apoio numa forçada interpretação analógica do mandamento legal.

Bem decidiu o presidente do Tribunal de Justiça indeferindo o recurso extraordinário.

Sou liberal em provar o agravo e mandar subir o recurso extraordinário para melhor exame, quando há dúvida. Mas fazê-lo, num caso claro como este, seria acarretar às partes ônus inútil, tão manifesta é a improcedência do alegado.

Nego provimento."

Apesar de todo o embate jurídico arrastado por anos entre os herdeiros de Euclides da Cunha e os Cem Bibliófilos, um capítulo importante desta história foi ignorado por ambas as partes e também pela Justiça: devido a dificuldades financeiras, o próprio autor de *Os sertões* havia vendido os direitos de sua obra-prima à editora Lammert & Cia. muitos anos antes, em 1905, e estes teriam sido repassados para Francisco Alves em 1909, por ocasião da compra da Laemmert, ou seja, aos netos do escritor fluminense já não caberia mais nenhuma ingerência sobre o lucro da obra. Hallewell (2012) explica com detalhes a venda de *Os sertões*:

Laemmert, assim como a José Olímpio e várias outras editoras de hoje, mantinha uma biblioteca com um exemplar de cada edição produzida pela firma. Infelizmente, esse arquivo único foi destruído no grande incêndio que sofreu em 1909, após o qual a livraria nunca mais foi reaberta. Os direitos autorais de sua propriedade, a clientela e a reputação foram vendidos a Francisco Alves, cuja empresa adquiriu, assim o mais famoso de seus títulos, *Os sertões*, de Euclides da Cunha, sobre a guerra de Canudos (p. 273).

A edição de *Canudos* da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil voltaria às páginas dos jornais em 1966, mas desta vez por um motivo mais nobre, o centenário de Euclides da Cunha, como atesta publicação da *Tribuna da Imprensa* do dia 5 de julho:

Foi inaugurada ontem no saguão da Biblioteca Nacional a mostra comemorativa do Centenário de Euclides da Cunha promovida pela seção de exposições daquela instituição. Ao ato, compareceram o ministro Moniz de Aragão, o acadêmico Adonias Filhos e o diretor do Museu Histórico Nacional, sr. Josué Montello. Um grande acervo de livros, caricaturas, retratos e manuscritos do autor de “*Os Sertões*” foi reunido pelos organizadores, que quiseram dar uma visão global do homem e do escritor. Entre as várias raridades expostas, inclui-se a edição de “*Canudos*”, publicada pela Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil, em edição limitada para seus assinantes, com ilustrações de Poty (p. 7).

A partir de 1956, depois do lançamento de *Canudos*, a tiragem dos Cem Bibliófilos passou para 120 exemplares, sendo um deles destinado ao Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 4, folha 1/1).

3 IMPRESSÃO

Com o advento da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e da conseqüente crise de abastecimento, principalmente, dos itens de origem europeia, um novo cenário começou a se desenhar no Brasil, que aos poucos deixava para trás sua posição de país semifeudal e passava a investir também na indústria, processo este que se acelerou ainda mais após a Crise de 1929 (BASTOS, 1940).

Na década seguinte, a produção de celulose e papel já recebia certa atenção do governo, mas o setor ainda lutava para se firmar como relevante para a economia nacional, uma vez que precisava enfrentar a concorrência quase sempre injusta do produto importado, de maior qualidade e preço mais acessível (BASTOS, 1940).

Nem mesmo o aumento da taxaço de impostos sobre o papel estrangeiro contribuiu em grande medida para a consolidação desse braço da indústria brasileira: em 1933, o país importou 43.842 toneladas de papel, passando para 67.664 em 1937 e 53.611, em 1939 (BASTOS, 1940, p. 80).

O jornalista Humberto Bastos, na edição 57 de 1940 da revista *O Observador Economico e Financeiro*, denuncia a inexistência da indústria do papel no Brasil: “(...) continuamos a crer numa indústria nacional do papel, quando rigorosamente ela não existe, do contrário não se justificariam as medidas sérias do governo no sentido de instalá-la definitivamente” (BASTOS, 1940, p. 82).

Na mesma publicação, “o sr. Valdemar da Silva Amaral, que trabalha há 28 anos como chefe de secção da Imprensa Nacional” (BASTOS, 1940, p. 83), reclama da baixa qualidade do papel brasileiro. “E é uma luta para se trabalhar com o material nacional. Trabalhamos porque recebemos diretamente da Comissão Central de Compras” (ibdem).

À época havia “em funcionamento 32 fábricas em todo o território nacional, com a produção anual de 130.000 toneladas” (BASTOS, 1940, p. 83), mas para as quais ainda era preciso importar toneladas de matéria-prima, além de outros itens caros à produção industrial do papel. “De nacional, aliás, não existe no papel brasileiro nem a cola, que (...) é de breu...” (BASTOS, 1940, p. 82).

A conflagração de 1914-1918 veio incentivar a indústria do papel, que existia rudimentarmente desde fins do século passado; de 1918 para cá continuou o seu desenvolvimento, atendendo a uma parte das necessidades nacionais, vivendo porém na dependência da matéria prima estrangeira, pela falta das instalações capazes de extrataram-na de fibras nacionais. Uma indústria incompleta. Sem a celulose não

podíamos falar de uma indústria nacional do papel (O OBSERVADOR ECONOMICO E FINANCEIRO, edição 65, p. 40, 1941).

Entre os maiores fornecedores de celulose do Brasil à época estavam os Estados Unidos e a Suécia, e dos de papel, a França. Por aqui, em 1940, São Paulo concentrava 60% do volume de produção da indústria do papel (BASTOS, 1940), fornecidos por 16 fábricas, de um total de 38 em funcionamento no Brasil (O OBSERVADOR ECONOMICO E FINANCEIRO, edição 81, p. 43, 1942).

São Paulo também possuía mais de 400 estabelecimentos tipográficos, sendo 368 tipografias, 33 litografias e 26 *clicheries* (O OBSERVADOR ECONOMICO E FINANCEIRO, edição 81, p. 43, 1942), o que fez com que o estado se estabelecesse como um centro editorial importante para o país, ao passo que “grande número de casas editoras estabelecidas no Rio de Janeiro e em outras capitais” (*ibidem*) faziam uso de seus serviços de tipografia, mandando lá imprimir seus livros, não só devido aos preços mais baixos, como também “porque o trabalho por elas apresentados é de padrão superior ao produzido pelos estabelecimentos congêneres dos outros Estados” (*ibidem*).

Entretanto, o baque provocado pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945) mudaria completamente os rumos da produção gráfica do país, que aos poucos vinha prosperando com nomes como o de Monteiro Lobato e seu projeto de popularização do livro nacional, mas ainda dependia “quase inteiramente da importação de máquinas, matérias primas e produtos manufaturados” (O OBSERVADOR ECONOMICO E FINANCEIRO, edição 81, p. 44, 1942).

No seu início e até pouco antes da segunda guerra mundial a indústria brasileira de papel consumia, como matéria-prima, além da celulose importada, um volume aproximado de 600.000 mil toneladas de trapos e papel velho o que importava num valor da ordem de 20 milhões de cruzeiros (ALEGRE, 1952, p. 72).

A essa altura, a demanda por papel no Brasil já alcançava números inéditos e o que se viu por aqui com essa nova crise de abastecimento e a alta dos importados foi, mais uma vez, a elevação dos custos do produto nacional, que, desta vez, ainda veio acompanhada da piora de sua qualidade. “Infelizmente os fabricantes de papel, alegando a falta de celulose, estão fornecendo à indústria gráfica papel com uma mistura cada vez maior de „pasta mecânica“, por preço mais de três vezes superior aos que vigoravam em 1939” (O OBSERVADOR ECONOMICO E FINANCEIRO, edição 81, p. 46, 1942).

Grupos editoriais começaram então a pressionar o governo, ameaçando suspender a atividade editorial no país, devido ao encarecimento progressivo do papel nacional, que, em 1941, já havia mais do que dobrado de preço (JORNAL DO COMMERCIO, p. 8, 30 ago. 1941). Assim ficou prevista na Constituição Federal de 1946 a isenção de impostos para a importação de papel, o que, por um lado resolvia a questão do abastecimento de matéria-prima para a impressão de livros, por exemplo, mas, por outro, gerava uma série de novos problemas de ordem técnica para o mercado interno, entre eles a desvalorização da mão de obra (O OBSERVADOR ECONOMICO E FINANCEIRO, edição 148, p. 11, 1948).

No triênio de 1946 a 1948 ainda foram importadas 250 mil toneladas de papel, equivalentes a mais de Cr\$ 1 bilhão. Desse total, o papel para impressão correspondia a cerca de 70%, tanto no valor quanto na quantidade (SILVA, 1950). Mas, pouco tempo depois, em 1952, a estimativa era de que a produção nacional já atendesse “a 80% do consumo interno, concorrendo São Paulo com mais de 50% do papel fabricado no país, seguido do Paraná com 30%” (ALEGRE, 1952, p. 72).

É nesse contexto de avanços e recuos da indústria gráfica nacional, muitas vezes refém da insipiente produção interna de papel, que nascem a Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil e a Gráfica de Artes S.A., pautadas, porém, como infere o nome dos grupos, na impressão de luxuosas edições, o que por si só já descartaria de antemão a utilização dos insumos brasileiros.

Dessa forma, itens básicos para a manutenção e o funcionamento pleno da oficina, os tipos gráficos e, principalmente, o papel, eram geralmente importados da França. Maquinários²³ e outros insumos, como placas para gravura e tintas, também deveriam obedecer ao mesmo padrão de qualidade, para que fosse respeitado o caráter único e de alto padrão dos livros. Neste capítulo, devido à falta de material mais vasto, nos dedicaremos apenas à escolha dos dois primeiros materiais, os tipos gráficos e o papel.

3.1 Tipos gráficos

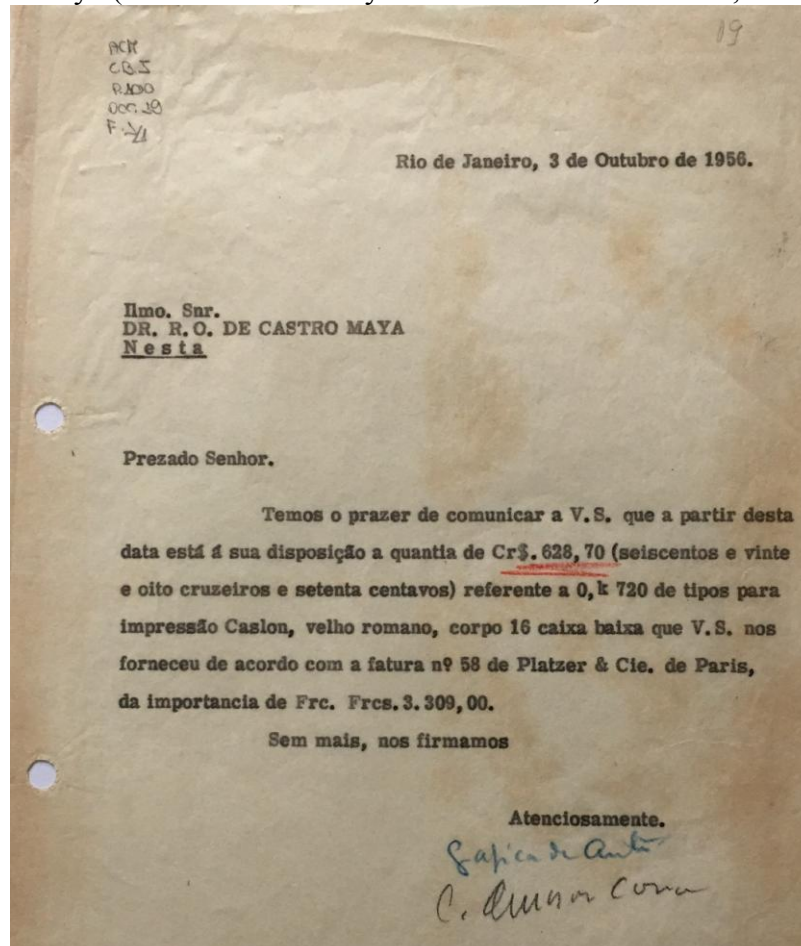
Por meio da análise de documentos da Pasta 100 do Museu Castro Maya e segundo informações contidas nos colofões dos livros, sabe-se que quatro tipos de fonte foram

²³ Sobre a importação de prensas especiais por Castro Maya ver Capítulo 1, subitem 1.2 “A Gráfica de Artes S.A.”.

utilizados pela Gráfica de Artes para as publicações da Sociedade dos Cem Bibliófilos: Caslon Elzevir Romano corpo 20, que aparece já na primeira publicação, *Luzia-Homem*, em 1949; Velho Romano corpo 16, utilizado pela primeira vez com *Bugrinha*, em 1950; Elzevir Século XVII, inaugurado em *Memórias de um sargento de milícias*, em 1954; e Grottesca Reforma Magra, a partir de *Pasárgada*, edição de 1960.

Pelo que sugerem os documentos encontrados, os tipos gráficos – bem como todos os insumos da oficina –, eram comprados por Castro Maya em Paris e ele apenas repassava as despesas para a Gráfica de Artes, como pode ser lido em carta de 3 de outubro de 1956, assinada por Cypriano Amoroso: “(...) a partir desta data está à sua disposição a quantia de Cr\$ 628,70 (seiscentos e vinte e oito cruzeiros e setenta centavos) referente a 0,720 de tipos para a impressão Caslon, velho romano, corpo 16 caixa baixa” (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 19, folha 1/1), fornecidos por Castro Maya à Gráfica de Artes, “de acordo com a fatura nº 58 de Platzer & Cie. de Paris, da importância de Frc. Frcs. 3.309,00” (ibidem).

Figura 6: Carta assinada por Cypriano Amoroso informando o pagamento da compra dos tipos gráficos à Castro Maya (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 19, folha 1/1)

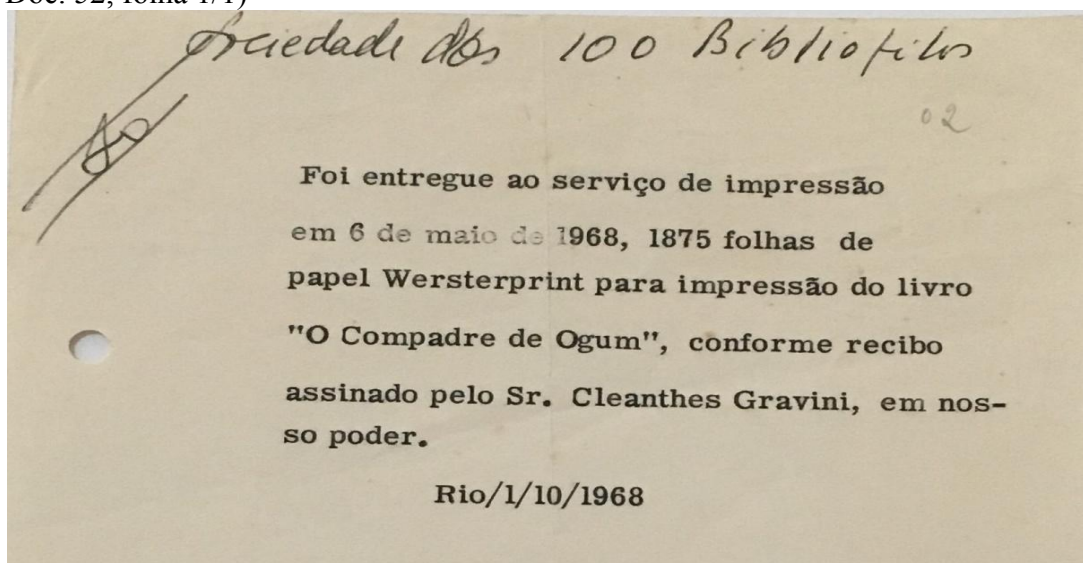


A compra dos tipos Caslon Velho Romano Corpo 20 são informadas no balancete de 1950, publicado no *Jornal do Commercio* a 23 de março de 1951; e a compra dos tipos Elzevir Século XVII (corpo não informado), no balancete de 1952, publicado em 26 de março de 1953²⁴. A compra dos tipos Grottesca Reforma Magra deveria ser apontada no balancete de 1960, contudo, este não foi encontrado pelos autores. Por outro lado, ainda que não haja documentos suficientes que comprovem tal afirmativa, um acréscimo no valor referente aos bens materiais da empresa no balancete de 1953 pode sugerir que essa família tipográfica tenha sido comprada naquele ano, mas só utilizada posteriormente, já que não houve publicação da Sociedade em 1953 (ver Capítulo 4).

3.2 Papel

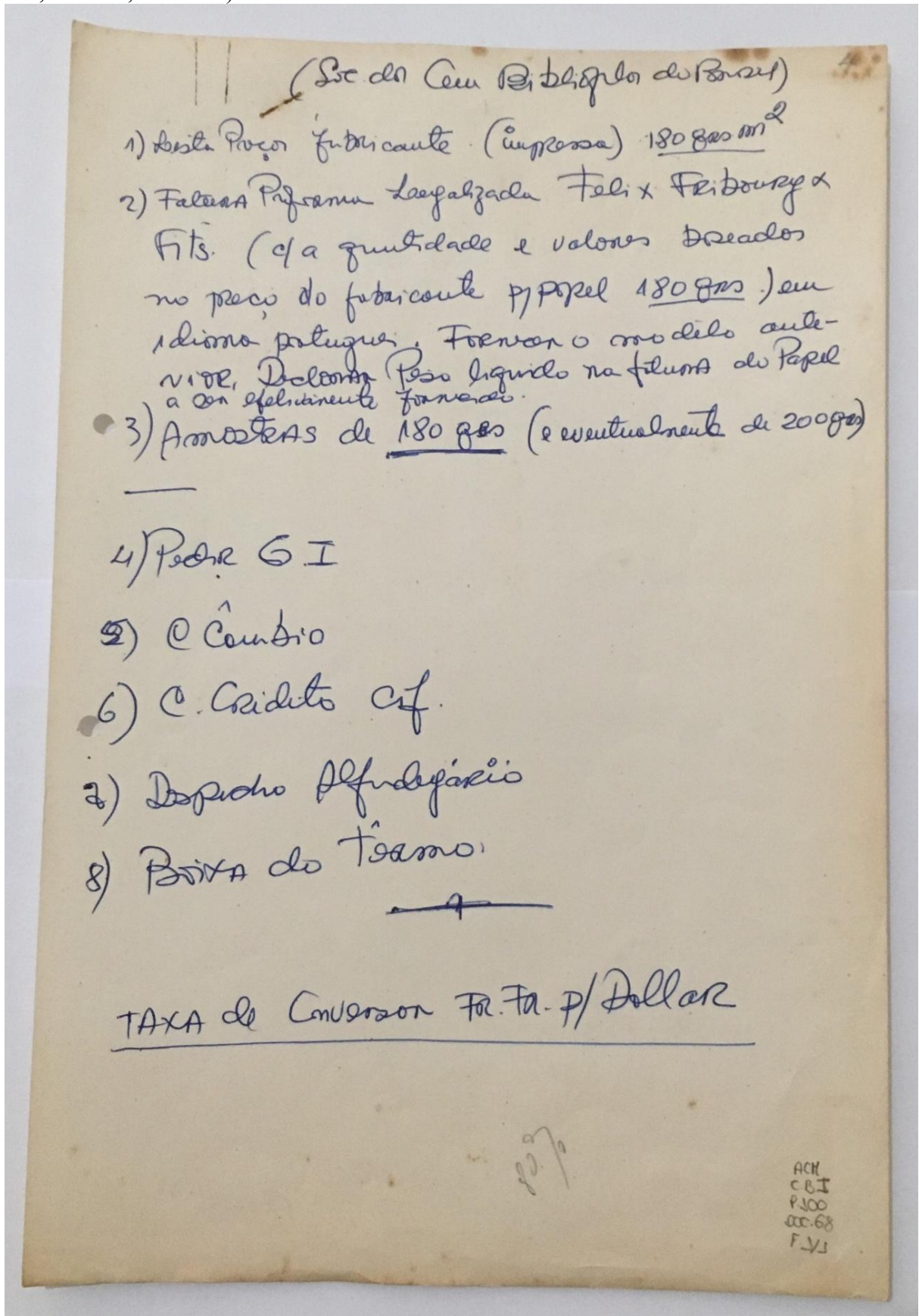
Talvez o item de maior importância para a produção gráfica da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil, o papel precisava ser importado de países como a França, Estados Unidos ou Canadá, como fica claro nos documentos 52 e 68 da Pasta 100 do Museu Castro Maya. O primeiro, com data de 1º de outubro de 1968, informa a entrega de 1.875 folhas de papel Westerprint para a impressão do livro *O compadre de Ogum*, e o segundo sugere que se faça uma lista por preço de fabricantes de papel, levando-se em consideração o câmbio e as despesas alfandegárias, e que se peça amostras de 180g e, eventualmente, de 200g.

Figura 7: Recibo de entrega de papel Westerprint (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 52, folha 1/1)



²⁴ Os balancetes estão disponíveis no Capítulo 4.

Figura 8: Pedido de lista por preços de fabricante (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 68, folha 1/1)



O papel mais utilizado pelos Cem Bibliófilos era o do tipo vélin, ou pergaminho, com toque suave e elevada gramatura, muito comum em obras de arte. O papel era importado por Castro Maya de Paris e vinha de fabricantes como Arches, Rives e Marais, os mesmos que vendiam para as famosas sociedades bibliófilas francesas, entre elas a Les Cent Bibliophiles, que inspirou a criação da Sociedade brasileira.

Contudo, na impossibilidade de se conseguir o velinho francês, Castro Maya recorria a outros mercados, como explica Baraçal (apud ALENCAR, 2002):

Quando a Sociedade iniciou suas atividades, em 1943, a França, habitual celeiro de materiais para a produção artística, estava impossibilitada de fornecer os papéis de impressão. Castro Maya, após a primeira tentativa com o papel Sunray, recorre ao Canadá para o papel Imperial Japão White Plate Finish, em 1944/1945. Com o restabelecimento da paz na Europa, voltam a figurar os papéis tradicionais, como o do Japão, Goatskin Parchment, Rives Marais e, predominantemente, o Vêlinarches (p. 60).

Figura 9: Darel pede que se encomende 40 folhas de papel Goatskin para a boneca do livro Bestiário (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 66, folha 1/1)

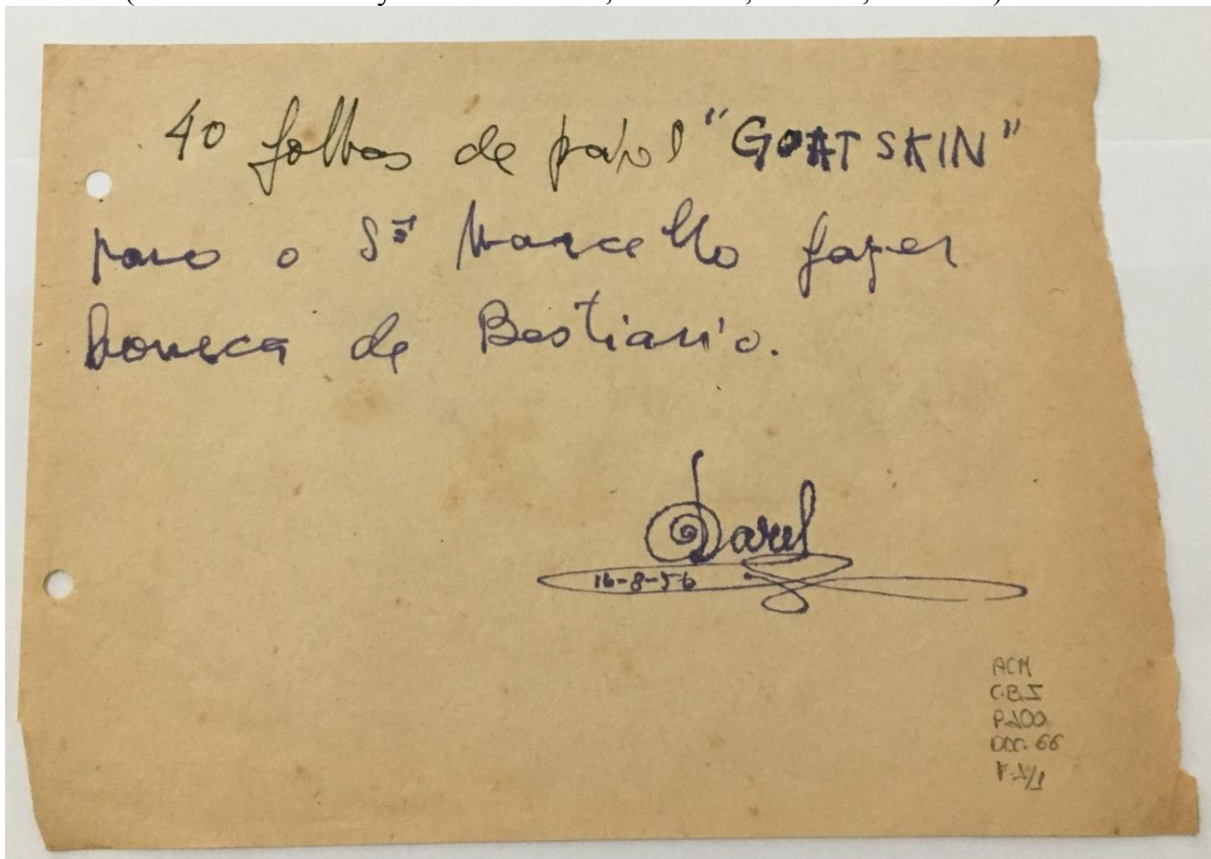


Figura 10: Guia de importação encontrada no Museu Castro Maya/IBRAM/MinC (Pasta 100, Doc. 65, folha 1/1)

5

BANCO DO BRASIL S. A.
CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR

GUIA DE IMPORTAÇÃO N.º

ACH
C.B.S
P.100
20.65
F 1/1

Para preenchimento pela CADEX	
	Emitida em (data)
	Válida p/ embarque até

IMPORTADOR			
ENDEREÇO		FONE	
CONSIGNATÁRIO			
ENDEREÇO			
APLICAÇÃO DA MERCADORIA			
PAÍS DE ORIGEM	PAÍS DE PROCEDÊNCIA	PÔRTO DE DESCARGA	Equivalente em Cr\$ (CIF/C&F)

MERCADORIA				Preço FOB em moeda estrangeira	
Item da tarifa	Peso líquido em kg	Quantidade	DISCRIMINAÇÃO	Unitário	Total
Despesas diversas.....					
Fabricante :				VALOR TOTAL FOB	
Enderêço :				VALOR ESTIMADO DO FRETE E SEGURO	
Exportador :				VALOR CIF / C&F ESTIMADO	
Enderêço :					

<p style="text-align: center; font-size: small;">RESERVADO PARA USO DA CADEX</p> <p>OBSERVAÇÕES:</p>	<p>INFORMAÇÕES A QUE SE REFERE O ART. 5.º DO DECRETO n.º 43.713, de 17.5.58 — Salvo expressa indicação em contrário, no verso, o valor FOB acima entender-se-á válido para fins de cobertura cambial e de valor externo das mercadorias aqui descritas.</p>
--	---

De acôrdo com a Resolução n.º 35, de 17.9.66, do Banco Central da República do Brasil, emitimos a presente GUIA DE IMPORTAÇÃO para as mercadorias acima, da categoria GERAL, no valor.....de.....

BANCO DO BRASIL S. A.
CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR

Mod. 34/18 - IV - Para o Importador

Tamanho era o custo da compra de papel importado que, para aliviar um pouco o orçamento da Gráfica de Artes e, conseqüentemente, da Sociedade dos Cem Bibliófilos, um dos mecanismos utilizados pelo grupo de Castro Maya era leiloar os desenhos originais de cada uma das edições, como explica Darel Valença Lins em entrevista a Monteiro (2008): “(...) este leilão revertia em dinheiro para ele [*Castro Maya*] comprar papeis na França” (p. 19).

Não é sabido ao certo de que forma Castro Maya conseguia as folhas de papel para a Gráfica de Artes, se por conta própria, por meio de atravessadores em Paris ou através de casas importadoras do Rio de Janeiro. No entanto, uma carta enviada à Castro Maya, em 3 de novembro de 1953, por Cypriano Amoroso, em nome da Gráfica de Artes S. A., talvez nos dê uma dica: “Comunicamos a V. S. que nesta data creditamos em sua Conta Corrente, a quantia de Cr\$ 28.336,80, referente ao pagamento que V. S. fêz ao Snr. José da Silva Santos por nossa conta, pela compra de papel para a impressão” (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 17, folha 1/1).

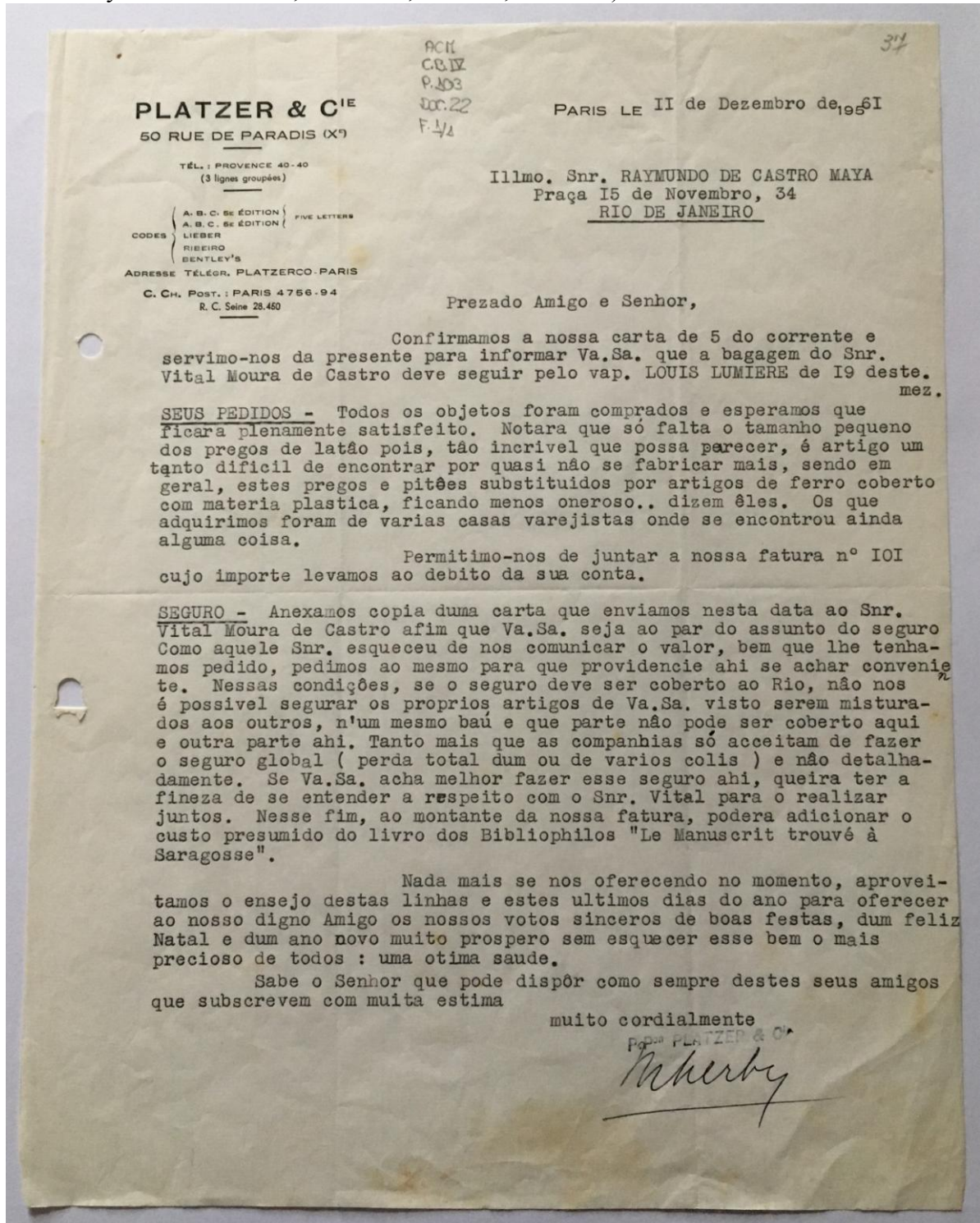
Por se tratar de uma correspondência datada de novembro de 1953, pressupõe-se que o lote de papel tinha como destino a impressão de *Memórias de um sargento de milícias*, que entrou no prelo em 9 de fevereiro de 1953, com miolo impresso em papel Rives. Entretanto, apenas a referência a José da Silva Santos, de forma isolada, sem constar um nome de loja ou escritório, não é suficiente para chegarmos à fonte de Castro Maya, visto tratar-se de um nome e sobrenomes muito comuns no Brasil.

Documentos da Pasta 103 do Museu Castro Maya nos fornecem indícios mais claros de ao menos um dos mecanismos de importação de papel para a Gráfica de Artes. Em carta de 12 de dezembro de 1961, endereçada por um funcionário da Platzer & Cie (50, rue de Paradis, Paris – França) a Castro Maya é informado que “(...) a bagagem do Snr. Vital Moura de Castro deve seguir pelo vap. LUIS LUMIERE de 19 deste mez” (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 103, Doc. 22, folha 1/1), e que “Todos os objetos foram comprados e esperamos que ficara plenamente satisfeito. Notara que só falta o tamanho pequeno dos pregos de latão, pois tão incrível que possa parecer, é artigo um tanto difícil de encontrar (...)” (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 103, Doc. 22, folha 1/1).

O mesmo funcionário da Platzer & Cie volta a escrever para Castro Maya em 17 de agosto de 1962. Nesta carta, ele explica: “Snr. L. DE NITTEY – Já entendemo-nos com este Senhor que deve partir daqui pelo avião de 9 de setembro e de quem expediremos a bagagem pelo vapor “CHARLES TELLIER” de 18/9, incluindo os objetos pedidos por Va. Sa. e de

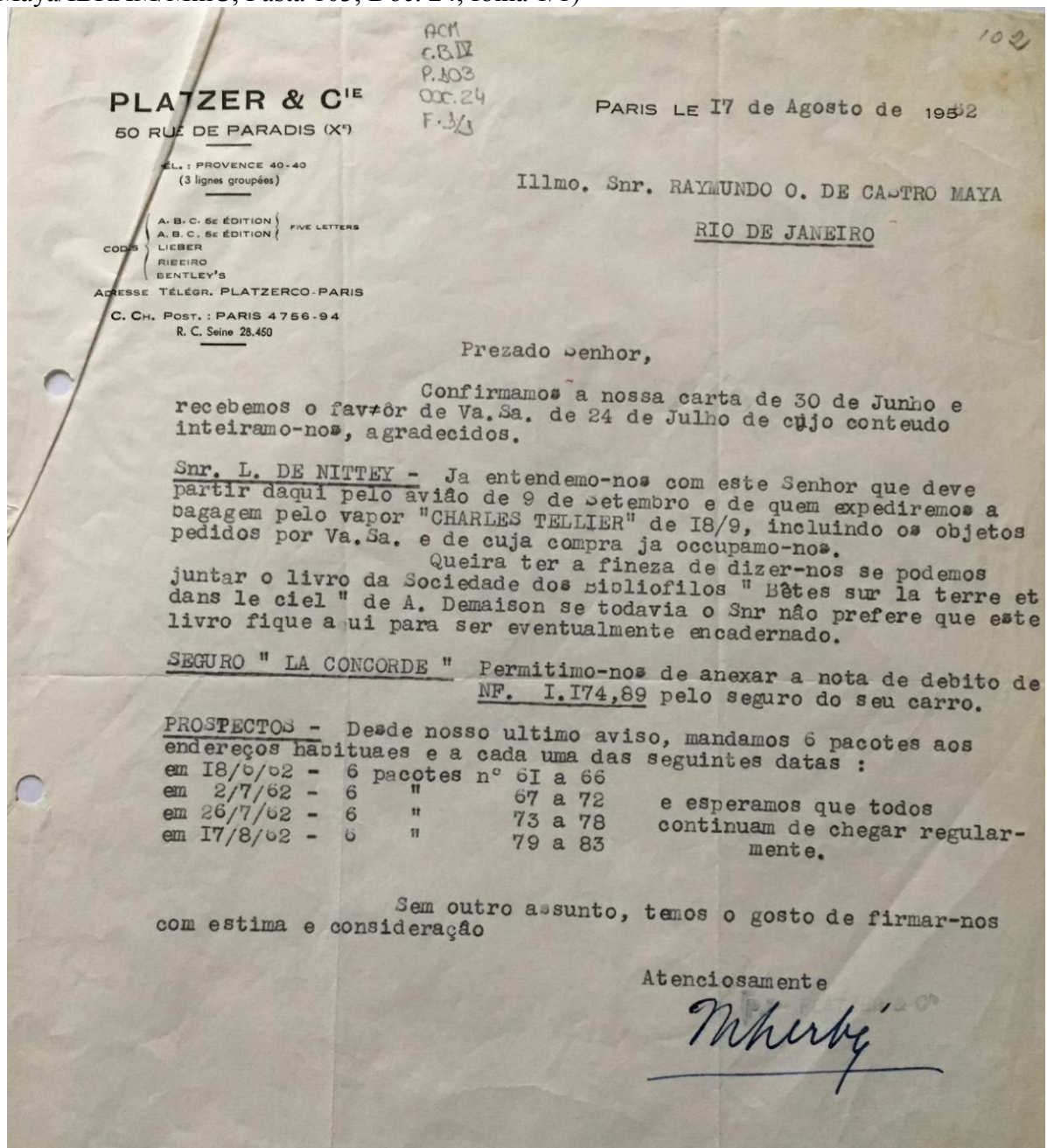
cuja compra já ocupamo-nos” (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 103, Doc. 24, folha 1/1).

Figura 11: Carta da Platzer & Cie para Castro Maya em 12 de dezembro de 1961 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 103, Doc. 22, folha 1/1)



Em ambas as missivas, o funcionário da Platzer & Cie faz referência a publicações de sociedades bibliófilas da França, o que nos faz acreditar que as tais encomendas de Castro Maya à Platzer & Cie incluíam itens para a Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil.

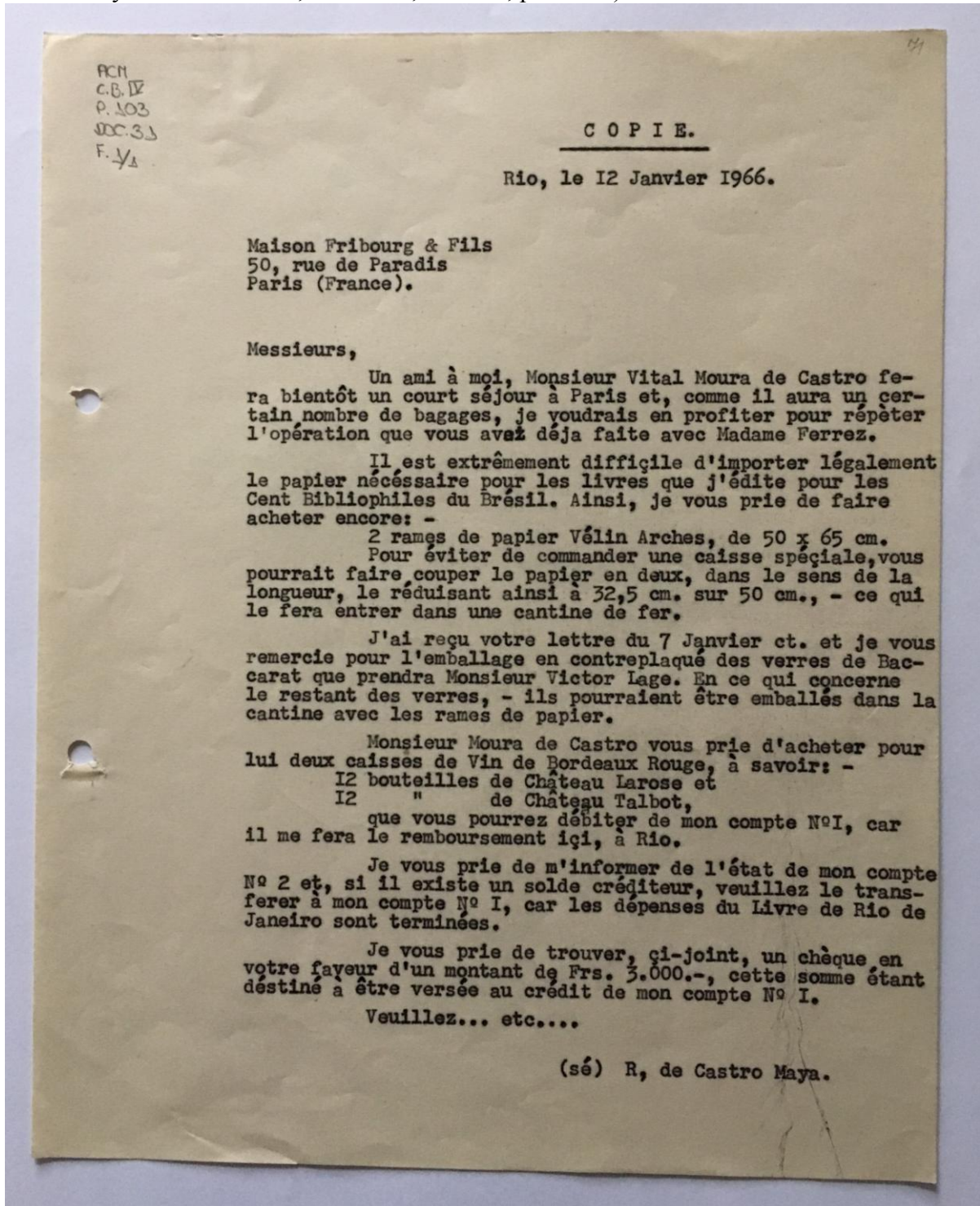
Figura 12: Carta da Platzer & Cie para Castro Maya em 17 de agosto de 1962 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 103, Doc. 24, folha 1/1)



Em outra carta, de 12 de janeiro de 1966 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 103, Doc. 31, folha1/1), datilografada em francês, Raymundo de Castro Maya se dirige à Maison Fribourg & Fils (50, rue de Paradis, Paris – França), solicitando a compra de duas resmas de papel vélinArches, 50x65 cm, que precisavam ser cortadas no sentido do

comprimento, reduzindo-as para 50x32,5cm, de forma a dispensar proteção especial na hora do transporte.

Figura 13: Carta de Castro Maya para a Fribourg & Fils em 12 de janeiro de 1966 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 103, Doc. 31, pasta 1/1)



A encomenda deveria ser entregue ao Sr. Vital Moura de Castro, o qual Castro Maya apresenta como “um amigo meu, que em breve fará um curta estadia em Paris, e como irá

com certo número de bagagens, gostaria de repetir a operação que houvera feito com a Senhora Ferrez” (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 103, Doc. 31, folha 1/1) (Tradução nossa). Logo abaixo, Castro Maya escreve que “É extremamente difícil importar legalmente o papel necessário para os livros que ele edita para os Cem Bibliófilos do Brasil” (Pasta 103, Doc. 31, folha 1/1) (Tradução nossa).

A partir destes documentos (e de outros que ainda serão apresentados no Capítulo 5), é possível dizer que, em Paris, seu principal fornecedor de insumos para a Gráfica de Artes, Castro Maya contava com ao menos dois importantes despachantes aduaneiros, a Platzer & Cie. e a Maison Fribourg & Fils, ambos responsáveis pela encomenda e a importação dos lotes de papel, mas com destaque para o primeiro.

E ainda que não se possa afirmar categoricamente que o principal método de envio utilizado por Castro Maya e seus companheiros de sociedade bibliófila era a entrada de papéis franceses no Rio de Janeiro por meio da bagagem de amigos seus vindos da região de Paris, aí está registrado que, em ao menos quatro ocasiões, o industrial carioca e fundador dos Cem Bibliófilos contou com a ajuda de conhecidos seus para abastecer os prelos da Gráfica de Artes e assim garantir as publicações do grupo.

Curiosamente, as lojas Platzer & Cie e Maison Fribourg & Fils eram inscritas no mesmo endereço em Paris (Rue de Paradis, 50), mas não se sabe se uma veio a substituir a outra ou eram empreendimentos coexistentes. No catálogo digital da Biblioteca Nacional da França não foram encontrados registros sobre o assunto.

Também chegamos a trocar e-mails com a diretora de marketing da Arches, Marie-Claire Michel. O primeiro registro consta de julho de 2017, no qual explicamos o nosso interesse em saber mais sobre a história da Arches e sua ligação com grupos bibliófilos de todo o mundo, especialmente a Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil. Mas, infelizmente, nos foi informado que a empresa não possui um arquivo organizado de documentos antigos, que poderiam ilustrar as negociações entre a Sociedade e a Arches. Um convite para visitarmos a sede da empresa, localizada na região de Remiremont, na França, nos foi feito, mas, devido a um conflito de datas, não foi possível realizá-la.

A Arches foi a principal fornecedora de papel vélin dos Cem Bibliófilos, presente em 15 das 23 publicações da Sociedade. Fundada em 1492, no interior da França, a Arches fundiu-se à Marais em 1953 e hoje pertence ao grupo sueco Munksjö.

4 FINANCIAMENTO

Imprimir estes livros requer, antes de tudo, dinheiro: dinheiro para comprar maquinário, tipos gráficos, tintas, placas e papel, mas também dinheiro para financiar toda a equipe envolvida na produção dos exemplares. Imprimir livros de luxo, como os da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil, requeria ainda mais recursos, o que não era exatamente um problema para Castro Maya e seus companheiros bibliófilos, todos membros da elite intelectual e financeira do país. Todavia, nem por isso a situação financeira do grupo – bem como da Gráfica de Artes – era das mais estáveis.

Por se tratar de uma associação bibliófila sem fins lucrativos, a Sociedade cobrava de seus membros apenas o valor suficiente para garantir a produção anual das edições. Segundo consta na carta-convite de 1942, enviada aos futuros membros dos Cem Bibliófilos do Brasil, cada edição teria um custo fixo de produção de cerca de Cr\$ 100.000,00, custeados igualmente pelos sócios, os quais deveriam contribuir anualmente com uma cota de Cr\$ 1.000,00, isto é, quase três vezes o valor do salário mínimo vigente à época, que era de Cr\$ 380,00, segundo foi estabelecido pelo Decreto-Lei 5.977 de 1943.

Figura 14: Boletim de adesão à Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 10, folha 1/1)

BOLETIM DE ADESÃO
A
SOCIEDADE DOS CEM BIBLIÓFILOS DO BRASIL

SCBB

Declaro que adiro à "Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil," assumindo a responsabilidade do pagamento anual de Cr\$ 1.000,00, que deverá ser cobrado à rua _____ N. _____ Cidade _____, por ocasião da fundação da Sociedade.

_____ de _____ de 1942

TEMA A BONDADÉ DE ENVIAR O MAIS BREVE POSSÍVEL ESTE BOLETIM DE ADESÃO AO SEGUINTE ENDEREÇO:

"SOCIEDADE DOS CEM BIBLIÓFILOS DO BRASIL"
A/C AMERIC - EDIT. LTDA.
RUA ALVARO ALVIM, 31
RIO DE JANEIRO

(TEL. 42-8583)

As cotas anuais deveriam ser pagas por meio de cheque nominativo, pelos Correios, como pode ser lido em carta de Cypriano Amoroso, membro do Conselho Executivo, aos associados em 27 de setembro de 1956: “Insistimos nessa forma de cobrança, simplificada e mais econômica e que oferece tôdas as garantias, pois o cheque nominativo constitue, por si, comprovante, além do recibo que será enviado pelo Correio” (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 18, folha 1/1).

Mais tarde, a Comissão Executiva perceberia que os valores fixados no estatuto em nada correspondiam aos valores praticados nas edições e que a situação financeira da Sociedade se tornaria insustentável muito em breve caso não fosse modificado o sistema de cobrança dos associados. *Luzia-Homem*, por exemplo, que foi a primeira edição impressa pela Gráfica de Artes, teve seu custo total avaliado em Cr\$ 214.740,00, tendo sido arrecadados apenas Cr\$ 100.000,00 com o pagamento das anuidades e mais Cr\$ 42.400,00 com o leilão das gravuras originais, deixando assim um déficit de Cr\$ 72.340,00 aos Cem Bibliófilos (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 16, folhas 1/3 e 2/3).

Provavelmente devido a isso, já no ano seguinte, o valor da cota tenha sido reajustado para Cr\$ 1.500,00, os quais também não foram suficientes para suprir os Cr\$ 167.827,00 gastos com *Bugrinha*, que ainda arrecadou Cr\$ 35.200,00 com o leilão das gravuras originais. O ano de 1950 fechou com um saldo negativo de Cr\$ 74.734,00 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 14, folha 1/1).

O valor da cota ainda seria reajustado diversas vezes – para Cr\$ 2.000,00 (a partir de *Memórias de um sargento de milícias*), Cr\$ 4.000,00 (*Canudos*), Cr\$ 5.000,00 (*Bestiário*), Cr\$ 10.000,00 (*Cadernos de João*), Cr\$ 8.000,00 (*A Morte e a morte de Quincas Berro D'água*) –, mas a verdade é que, desde 1950, Castro Maya vinha cobrindo a situação deficitária da Sociedade com recursos próprios. “[...] As assinaturas dos sócios não atingiam o volume de dinheiro necessário. A situação deficitária da Sociedade – que ele sempre cobria – é anunciada desde 1950²⁵ e reiterada em 1958²⁶, ensejando propostas de reformulação de estatutos” (BARAÇAL apud ALENCAR, 2002, p. 48).

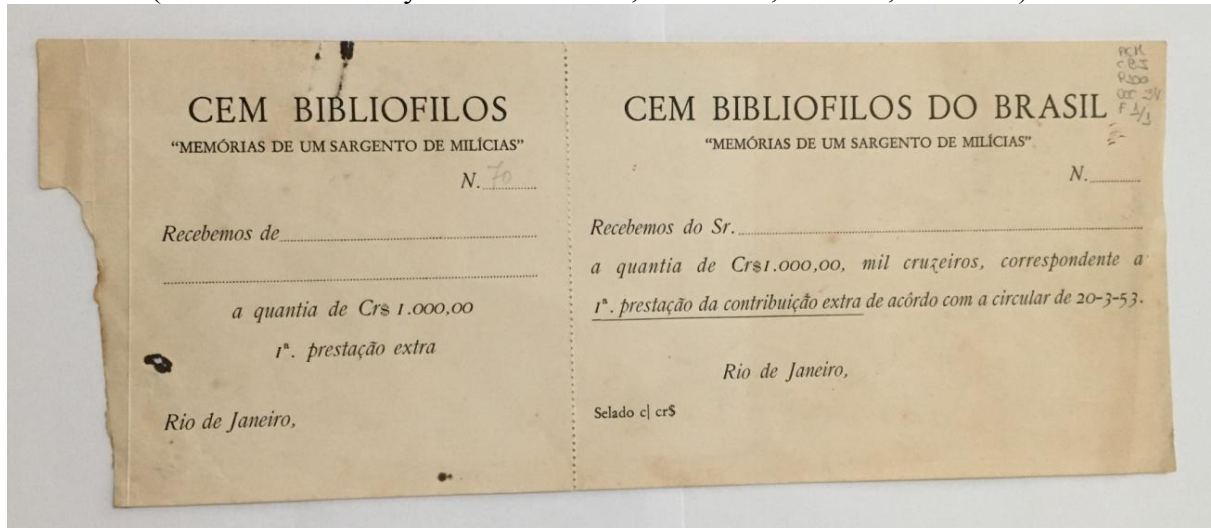
Em 1966, a Comissão Executiva propõe nova atualização do Estatuto da Sociedade, com destaque para o Artigo VI, o qual estipulava o rateio entre os cem sócios como forma de custeio das edições (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 2, folha 3/4). Ainda segundo o Artigo VI, o pagamento dessa quota deveria ser feito em duas prestações, a

²⁵ Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 16.

²⁶ Não encontramos nenhum documento dos Museus Castro Maya/IBRAM/MinC que fizesse menção a isso.

primeira logo no início do exercício e proporcional ao valor total que a Comissão Executiva julgasse necessário para o financiamento da edição e dentro do prazo marcado, e a segunda parcela na entrega do livro (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 2, folha 3/4).

Figura 15: Recibo de pagamento da 1ª prestação extra da edição de Memórias de um sargento de milícias (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 34, folha 1/1).



4.1 Balancetes da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil

Neste subcapítulo, discutiremos a situação econômica dos Cem Bibliófilos com mais profundidade, apresentando o balancete de cada uma das edições. Aqui, ao contrário do que foi aplicado ao Capítulo 2, utilizaremos o ano real de lançamento dos livros e não o ano informado nos colofões, de forma que as edições possam ser adequadamente sobrepostas aos seus demonstrativos contábeis. Serviu-nos de fonte de informação o material fotografado no Museu Castro Maya, em especial as atas de assembleia e documentos de contabilidade da Sociedade.

Devido à falta de material disponível, apenas as fichas das edições de *Bugrinha* (1950), *O caçador de esmeraldas* (1951), *O rebelde* (1952), *Canudos* (1956) e *Macunaíma* (1957) foram acompanhadas de comentários e detalhamento do balancete, discriminando lucros e dividendos.

As fichas descritivas da contabilidade ficaram assim desenhadas: **Título** (ano lançamento). Custos de produção. Cota paga por associado. Valor arrecadado com o leilão das gravuras originais. Valor pago ao ilustrador. Saldo da edição.

O valor pago ao ilustrador será informado após o valor arrecadado com o leilão porque, na maioria dos casos, negociava-se um preço inicial mais baixo com os artistas, já que, segundo previa o estatuto da Sociedade, “O produto do leilão dos originais será destinado ao pagamento de uma percentagem ao ilustrador, de gratificações e despesas várias, e constituição de reserva, a critério da Comissão Executiva” (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 2, folha 3/4).

1ª edição:

Memórias posthumas de Braz Cubas (1943). Custos de produção (não consta no balancete). Cota paga por associado (não consta no balancete). Valor arrecadado com o leilão das gravuras originais (não consta no balancete). Valor pago ao ilustrador (não consta no balancete). Saldo (não consta no balancete).

2ª edição:

Espumas fluctuantes (1945). Custos de produção (não consta no balancete). Cota paga por associado (não consta no balancete). Valor arrecadado com o leilão das gravuras originais (não consta no balancete). Valor pago ao ilustrador (não consta no balancete). Saldo (não consta no balancete).

3ª edição:

Pelo sertão (1948). Custos de produção (não consta no balancete). Cota paga por associado (não consta no balancete). Cr\$ 28.000,00 arrecadados com o leilão das gravuras originais. Valor pago ao ilustrador (não consta no balancete). Saldo (não consta no balancete).

4ª edição:

Luzia-Homem (1949). Cr\$ 214.740,00 gastos na produção. Cr\$ 1.000,00 pagos por cada sócio. Cr\$ 42.400,00 arrecadados com o leilão das gravuras originais, incluindo “gravuras que ele [*o artista*] não incluiu na ilustração e séries das águas-fortes em papel da China e do Japão”²⁷. Cr\$ 30.000,00 pagos ao ilustrador. Saldo (não consta no balancete).

5ª edição:

Bugrinha (1950). Cr\$ 167.827,00 gastos na produção. Cr\$ 1.500,00 pagos por cada sócio. Cr\$ 35.200,00 arrecadados com o leilão das gravuras originais. Cr\$ 0,00 pagos ao ilustrador. Saldo deficitário de Cr\$ 74.734,00.

²⁷ Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 16, folha 2/3.

A “(...) D. Heloisa de Faria, com desprendimento e espírito de colaboração que a Comissão Executiva já agradeceu, nada quiz receber pelos desenhos de „Bugrinha”” (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC. Pasta 100, Doc. 14, folha 1/1). No entanto, este desconto nas despesas da oficina gráfica não foi suficiente para garantir o lucro daquele ano, como ficou registrado na ata de lançamento de *O caçador de esmeraldas* (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC. Pasta 100, Doc. 14, folha 1/1). Nela, Castro Maya, em nome da Comissão Executiva, esclarece:

Na reunião de Dezembro p.p., expuzemos que o deficit da Sociedade subia a Cr\$ 96.008,00 ao qual acresceria ainda o jantar de “Bugrinha”. No entanto a Secretaria, na comunicação que enviou em 12 de Janeiro de 1951, acusando saldo de Cr\$ 71.819,00, não foi suficientemente explicita, deixando de assinalar o custo de “Bugrinha” na importância de Cr\$ 167.827,00 e de que resultava, feita a dedução, o deficit de Cr\$ 96.008,00. Êsse deficit foi ainda aumentado posteriormente com despesas do jantar, da “Bugrinha” Cr\$ 10.374, gratificações e pequenas despesas, Cr\$ 3.550,00, perfazendo Cr\$ 109.932,00. O leilão dos desenhos de “Bugrinha” rendeu Cr\$ 35.200,00, passamos portanto para o período imediato com um deficit de Cr\$ 74.734,00 (ibem).

Mais abaixo também ficamos sabendo que “Êste deficit foi coberto com as anuidades do „O Caçador de Esmeraldas”, no valor de Cr\$ 150.000,00, mais Cr\$ 1.500 de joias” (ibdem).

6ª edição:

O caçador de esmeraldas (1951). Valor gasto na produção (não consta no balancete). Cr\$ 1.500,00 pagos por cada sócio. Cr\$ 124.400,00 arrecadados com o leilão das gravuras originais, incluindo, além dos desenhos originais, “duas séries completas das gravuras, em papel do Japão Imperial, com grandes margens”²⁸. Valor pago ao ilustrador (não consta no balancete). Saldo excedente de Cr\$ 86.064,00.

O caçador de esmeraldas foi o primeiro registro de saldo positivo encontrado por nós nos balanços financeiros da Gráfica de Artes. Por ocasião do lançamento desta edição, em 28 de agosto de 1951, na sede do Jockey Club Brasileiro, a Comissão Executiva registrou em ata: “Considerando o resultado animador do leilão, é que ulteriormente foram distribuídas a todos os que prestaram os seus serviços gratificações na importância de Cr\$ 27.300,00” (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC. Pasta 100, Doc. 14, folha 1/1).

7ª edição:

²⁸ Museus Castro Maya/IBRAM/MinC. Pasta 100, Doc. 14, folha 1/1.

O rebelde (1952). Cr\$ 208.833,40 gastos na produção. Valor pago por cada sócio (não consta no balancete). Cr\$ 77.800,00 arrecadados com o leilão das gravuras originais. Cr\$ 60.000,00 pagos ao ilustrador. Saldo (não consta no balancete).

Segundo informação da Ata da Assembleia Geral da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil de 19 de agosto de 1952 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 3, folha 1/3), a produção de *O rebelde* teve a seu favor o saldo positivo de Cr\$ 86.064,00 deixado por *O caçador de esmeraldas* no ano anterior. Neste documento, Castro Maya, em nome da Comissão Executiva, também “Assinalou o aumento das despesas gerais, com a mudança da Secretaria, óra muito bem instalada à rua 1º de Março nº 6, 9º andar, sala 4 (...) e com certas despesas inadiáveis e entre estas a aquisição de uma máquina de escrever etc” (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 3, folha 1/3).

Ainda de acordo com informações apresentadas na Ata da Assembleia Geral dos Cem Bibliófilos do Brasil de 19 de agosto de 1952, as despesas com a edição de *O rebelde* foram avaliadas em Cr\$ 208.833,40, um pouco acima do valor até então praticado. O valor total foi assim discriminado (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 3, folha 1/3):

Despesas da Secretaria durante este período ..	39.113,40
Impressão (Gráfica de Artes S.A.).....	110.000,00
Ilustração (Iberê Camargo)	50.000,00
Placas de cobre	3.000,00
Estojo (Bazin & Filhos)	6.720,00
Total	208.833,40
Saldo do período anterior	86.064,00
Déficit de	122.769,40

A esse déficit ainda seriam acrescidas as despesas do jantar, porém diminuído o valor arrecadado com o leilão dos desenhos originais e dos estudos de Iberê Camargo, apurado em Cr\$ 77.800,00 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 3, folha 2/3). Dado o bom resultado do leilão, a Sociedade ainda deliberou aumentar em Cr\$ 10.000,00 a remuneração de Iberê Camargo “pelo trabalho de um ano na confecção e gravuras que ilustram „O Rebelde”” (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 3, folha 3/3), e, além disso, foi permitido ao artista “que antes de inutilizar as placas imprimisse seis cópias de cada gravura para serem de sua propriedade” (ibdem).

8ª edição:

Memórias de um sargento de milícias (1954). Valor gasto na produção (não consta no balancete). Cr\$ 2.000,00 pagos por cada sócio. Valor arrecadado com o leilão das gravuras

originais (não consta no balancete). Valor pago ao ilustrador (não consta no balancete). Saldo (não consta no balancete).

9ª edição:

Três contos (1955). Valor gasto na produção (não consta no balancete). Valor pago por cada sócio (não consta no balancete). Valor arrecadado com o leilão das gravuras originais (não consta no balancete). Valor pago ao ilustrador (não consta no balancete). Saldo deficitário de Cr\$ 115.589,70.

10ª edição:

Canudos (1956). Cr\$ 715.200,00 gastos na produção. Cr\$ 4.000,00 pagos por cada sócio. Cr\$ 314.000,00 arrecadados com o leilão das gravuras originais, incluindo a venda do Álbum Debret. Cr\$ 60.000,00 pagos ao ilustrador mais uma comissão no valor de Cr\$ 58.400. Saldo excedente de Cr\$ 19.134,60.

Canudos gerou um saldo positivo de Cr\$ 134.724,30, mas, descontado o prejuízo do livro anterior, Cr\$ 115.589,70, houve um superávit de Cr\$ 19.134,60. As despesas da edição foram assim discriminadas (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 50, folha 1/1):

IMPRESSÃO	- Pago à Gráfica de Artes S.A.	312.000,00
ILUSTRAÇÃO	- Pago à Poty Lazzarotto	60.000,00
SECRETARIA	- Despesas diversas	83.833,70
PLACAS	- Confecção de placas de cobre	18.000,00
ESTOJOS	- Confecção de estojos	14.240,00
JANTAR	- Despesas com jantar	34.002,00
COMISSÕES	- Comissão do artista	58.400,00
	- SALDO A FAVÔR DO LIVRO	<u>134.724,30</u>
		715.200,00

Figura 16: Balancete da Sociedade por ocasião da entrega do livro "Canudos" (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 50, folha 1/1)

92 ACM C.B.I. P.200 000-50 F.14		
<u>BALANCETE DA SOCIEDADE POR OCASIÃO DA ENTREGA</u>		
<u>DO LIVRO "CANUDOS"</u>		
<u>R E C E I T A</u>		
<u>ANUIDADES</u>	- Importância recebida dos sócios	400.000,00
<u>JÓIA</u>	- Idem, idem	1.200,00
<u>LEILÃO</u>	- Importância apurada no leilão	217.000,00
<u>ALBUM DEBRET</u>	- Importância apurada na venda	97.000,00
<u>D E S P E S A S</u>		
<u>IMPRESSÃO</u>	- Pago à Gráfica de Artes S.A.	312.000,00
<u>ILUSTRAÇÃO</u>	- Pago à Poty Lazzarotto	60.000,00
<u>SECRETARIA</u>	- Despesas diversas	83.833,70
<u>PLACAS</u>	- Confecção de placas de cobre	18.000,00
<u>ESTOJOS</u>	- Confecção de estojos	14.240,00
<u>JANTAR</u>	- Despesas com jantar	34.002,00
<u>COMISSÕES</u>	- Comissão do artista	58.400,00
	SALDO A FAVÔR DO LIVRO	134.724,30
		715.200,00
		715.200,00
		=====
<u>SITUAÇÃO DA SOCIEDADE</u>		
	Saldo do livro "Canudos"	134.724,30
	Deficit do livro anterior	115.589,70
	Superavit para "MACUNAÍMA"	19.134,60

11ª edição:

Macunaíma (1957). Cr\$ 666.216,00 gastos na produção. Cr\$ 4.000,00 pagos por cada sócio. Cr\$ 195.000,00 arrecadados com o leilão das gravuras originais – além dos originais, o

artista também produziu uma série de desenhos aquarelados para serem vendidos no leilão²⁹. Cr\$ 140.000,00 pagos ao ilustrador. Saldo deficitário de Cr\$ 57.481,40.

Segundo consta na Ata da Reunião da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil realizada em 23 de agosto de 1956 (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 4, folha 1/1), por ocasião do lançamento da edição de *Canudos*, Castro Maya, em nome do Conselho Executivo

Anunciou que se dera início à edição do 11º livro da Sociedade, “MACUNAÍMA”, de Mário de Andrade, com águas-fortes de Carybé, de quem já foram recebidas várias placas gravadas. Propôs que fosse mantida em Cr\$ 4.000,00 a contribuição para essa obra, considerando a alta de salários, o encarecimento geral dos preços, o elevado custo do papel.

Castro Maya ainda comunicou que a Comissão Executiva, “prevendo atrazo em consequência das dificuldades na obtenção da licença para importar papel, julgara conveniente preparar desde já a edição de outro livro, havendo deliberado fazer um „BESTIÁRIO“ (...)” (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 4, folha 1/1). O título escolhido pela Comissão foi *Tratado Descritivo do Brasil*, de Gabriel Soares de Souza, “livro esse que, por seu formato exíguo, bem poderia ser menos dispendioso que os anteriores” (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc.4, folha 1/1).

Macunaíma fechou com um déficit de Cr\$ 70.616,00, deixando um prejuízo de Cr\$ 57.481,40 para *Bestiário*, uma vez a Sociedade ainda possuía um crédito de Cr\$ 19.134,60 da edição de *Canudos* (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 51, folha 1/1).

Suas despesas foram assim discriminadas (ibdem):

IMPRESSÃO	Pago à Gráfica de Artes S.A.	400.000,00
ILUSTRAÇÃO E COMISSÃO	Pago a Héctor BernabóCarybé	140.000,00
SECRETARIA	Despesas Diversas	71.688,00
ESTOJOS	Confecção de estojos	30.000,00
JANTAR	Despesas com o jantar	24.528,00
	PREJUÍZO DO LIVRO	<u>70.616,00</u>
		666.216,00

12ª edição:

Bestiário (1958). Cr\$ 500.000,00 gastos na produção. Cr\$ 5.000,00 pagos por cada sócio. Cr\$ 186.000,00 arrecadados com o leilão das gravuras originais. Cr\$ 70.000,00 pagos ao ilustrador. Saldo (não consta no balancete).

²⁹ Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 5, folha 1/1.

Figura 17: Balancete da Sociedade por ocasião da entrega do livro "Macunaíma" (Museus Castro Maya/IBRAM/MinC, Pasta 100, Doc. 51, folha 1/1)

RCN
CBZ
P.100
DOC.51
1-1

SOCIEDADE DOS CEM BIBLIÓFILOS DO BRASIL
Rio de Janeiro
Rua 1º de Março, 6, 9º andar
Tel. 43-8118

SCBB

BALANCETE DA SOCIEDADE POR OCASIÃO DA ENTREGA
DO LIVRO "MACUNAÍMA"

R e c e i t a

<u>ANUIDADES</u>	- Importância recebida dos sócios	400.000,00
<u>JOIA</u>	- Idem, idem	600,00
<u>LEILÃO</u>	- Importância apurada no leilão	195.000,00

D e s p e s a

<u>IMPRESSÃO</u>	- Pago a Gráfica de Artes S.A.	400.000,00
<u>ILUSTRAÇÃO E COMISSÃO</u>	- Pago a Héctor Bernabó Carybé	140.000,00
<u>SECRETARIA</u>	- Despesas Diversas	71.688,00
<u>ESTOJOS</u>	- Confecção de estojos	30.000,00
<u>JANTAR</u>	- Despesas com o jantar	24.528,00
	PREJUÍZO DO LIVRO	70.616,00
		<u>666.216,00</u>
		<u>666.216,00</u>

SITUAÇÃO DA SOCIEDADE

Déficit do Livro "Macunaíma"	70.616,00
Saldo do Livro "Canudos"	19.134,60
Déficit para "Bestiário"	57.481,40

13ª edição:

Menino de engenho (1959). Valor gasto na produção (não consta no balancete). Cr\$ 5.000,00 pagos por cada sócio. Valor arrecadado com o leilão das gravuras originais (não

consta no balancete). Cr\$ 300.000,00 pagos ao ilustrador mais Cr\$ 60.000,00 pagos a Poty Lazzarotto pela gravação. Saldo (não consta no balancete).

14ª edição:

Pasárgada (1960). Valor gasto na produção (não consta no balancete). Valor pago por cada sócio (não consta no balancete). Valor arrecadado com o leilão das gravuras originais (não consta no balancete). Valor pago ao ilustrador (não consta no balancete). Saldo (não consta no balancete).

15ª publicação:

Poranduba amazonense (1961). Valor gasto na produção (não consta no balancete). Valor pago por cada sócio (não consta no balancete). Cr\$ 689.000,00 arrecadados com o leilão das gravuras originais, incluindo a venda de um exemplar todo ilustrado com aquarelas originais. Valor pago ao ilustrador (não consta no balancete). Saldo deficitário de Cr\$ 90.102,20.

16ª edição:

Cadernos de João (1962). Cr\$ 1.158.262,50 gastos na produção. Cr\$ 10.000,00 pagos por cada sócio. Cr\$ 204.000,00 arrecadados com o leilão das gravuras originais. Cr\$ 300.000,00 pagos ao ilustrador. Saldo deficitário de Cr\$ 158.262,50.

17ª edição:

A Morte e a morte de Quincas Berro D'Água (1963). Valor gasto na produção (não consta no balancete). Cr\$ 8.000,00 pagos por cada sócio. Valor arrecadado com o leilão das gravuras originais (não consta no balancete). Cr\$ 300.000,00 pagos ao ilustrador (não inclui valor da gravação). Saldo (não consta no balancete).

18ª edição:

Campo geral (1964). Valor gasto na produção (não consta no balancete). Valor pago por cada sócio (não consta no balancete). Valor arrecadado com o leilão das gravuras originais (não consta no balancete). Valor pago ao ilustrador (não consta no balancete). Saldo (não consta no balancete).

19ª publicação:

4 contos (1965). Valor gasto na produção (não consta no balancete). Valor pago por cada sócio (não consta no balancete). Valor arrecadado com o leilão das gravuras originais (não consta no balancete). Valor pago ao ilustrador (não consta no balancete). Saldo (não consta no balancete).

20ª edição:

As aparições (1966). Valor gasto na produção (não consta no balancete). Valor pago por cada sócio (não consta no balancete). Valor arrecadado com o leilão das gravuras originais (não consta no balancete). Valor pago ao ilustrador (não consta no balancete). Saldo (não consta no balancete).

21ª edição:

Ciclo da Moura (1967). NCr\$ 200.000,00 gastos na produção. NCr\$ 200,00 pagos por cada sócio. Valor arrecadado com o leilão das gravuras originais (não consta no balancete). Valor pago ao ilustrador (não consta no balancete). Saldo (não consta no balancete).

22ª edição³⁰:

Hino nacional (1968). Valor gasto na produção (não consta no balancete). Valor pago por cada sócio (não consta no balancete). Valor arrecadado com o leilão das gravuras originais (não consta no balancete). Valor pago ao ilustrador (não consta no balancete). Saldo (não consta no balancete).

23ª edição:

O compadre de Ogum (1969). Valor gasto na produção (não consta no balancete). Valor pago por cada sócio (não consta no balancete). Valor arrecadado com o leilão das gravuras originais (não consta no balancete). Valor pago ao ilustrador (não consta no balancete). Saldo (não consta no balancete).

Entre os documentos disponíveis no Museu Castro Maya não foi encontrado nenhum balanço econômico final da Sociedade dos Cem Bibliófilos do Brasil por ocasião do encerramento de suas atividades. Contudo, ainda que não seja possível indicar a situação exata de seus cofres em 1969, os balancetes acima apresentados deixam muito clara a situação deficitária do grupo, uma vez que este apresentou saldo positivo em apenas duas ocasiões, com *O caçador de esmeraldas*, em 1951, e *Canudos*, em 1956.

4.2 Balancetes da Gráfica de Artes S.A.

Por se tratar de uma Sociedade Anônima – ainda que tenha deixado de contar com um quadro de sócios a partir de 1951, quando doou sua oficina para os Cem Bibliófilos –, a

³⁰ Consta como 24ª no colofão da publicação.

Gráfica de Artes publicava seus balancetes regularmente no *Jornal do Commercio*, como era comum a todo e qualquer empreendimento comercial da época. É a partir destes balancetes que iremos detalhar as despesas das edições, incluindo os custos com diretoria, funcionários, impostos, entre outros, e também apontar os investimentos feitos em insumos e maquinário.

Nosso objetivo inicial era poder reconstituir a situação financeira da oficina ao final de cada exercício, bem como a situação financeira geral da empresa em 1969. Contudo, foram encontrados apenas os relatórios de 1949 a 1954 e os de 1958 e 1961, todos publicados no *Jornal do Commercio*, que hoje se encontra disponível no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Já em 1950, a Gráfica de Artes S.A. publica seu primeiro balanço, referente ao exercício de 1949, ano em que fora impresso para os Cem Bibliófilos o livro *Luzia-Homem*. Nessa época, seu patrimônio líquido era de Cr\$ 400.000,00 e os ativos referente a bens imobilizados somavam aproximadamente³¹ Cr\$ 332.158,70, distribuídos da seguinte forma: maquinismo (Cr\$ 213.802,10), móveis e utensílios (Cr\$ 1.130,00), instalações (Cr\$ 31.060,80) e materiais (Cr\$ 84.605,80).

Não se sabe ao certo qual foi a receita total da gráfica no período, pois tal informação está ilegível no exemplar digitalizado do *Jornal do Commercio*, mas conseguimos identificar o valor de Cr\$ 146.119,00 recebidos pela impressão dos 119 exemplares de *Luzia-Homem*. As despesas do exercício de 1949 foram de Cr\$ 223.387,50, todavia, da mesma forma, os valores discriminados dos honorários, ordenados, aluguel, impostos etc. não se encontram legíveis. O ano de 1949 fechou com um prejuízo de Cr\$ 36.514,00.

As compras dos tipos gráficos Caslon Elzevir Romano corpo 20 para a impressão de *Bugrinha* aparecem no balancete de 1950, publicado em março de 1951. Nele há uma diferença de Cr\$ 7.027,10 na listagem dos bens materiais, que neste ano somaram Cr\$ 91.632,90 – os demais itens imobilizados (maquinismo, móveis e utensílios e instalações) permaneceram com os mesmos valores. Os serviços de impressão de *Bugrinha* renderam à Gráfica de Artes Cr\$ 90.000,00.

No mesmo período, foram gastos Cr\$ 72.000,00 com honorários, Cr\$ 37.540,00 com ordenados, Cr\$ 26.040,00 com alugueis, Cr\$ 1.300,00 com impostos e Cr\$ 41.848,00 com despesas gerais, totalizando Cr\$ 215.472,00, incluído o prejuízo do ano anterior.

Em 1951, ano em que foi impresso *O caçador de esmeraldas*, a Gráfica de Artes faturou Cr\$ 100.000,00 com este livro e ainda mais Cr\$ 30.000,00 sobressalentes da edição

³¹ Por se tratar de uma edição muito antiga, os números não estão totalmente legíveis, o que pode gerar pequenas divergências na transcrição dos documentos.

anterior, *Bugrinha*. Nenhuma compra de maquinário ou insumos para a oficina foi realizada no período, no qual também houve um abatimento no valor do aluguel, que passou a ser de Cr\$ 24.000,00. As despesas com gastos gerais também caíram para Cr\$ 27.888,00, ao contrário dos impostos, que subiram para Cr\$ 8.358,80, fechando assim com uma despesa total de Cr\$ 245.268,80 naquele ano.

Figura 18: Balancete da Gráfica de Artes referente ao ano de 1949 (JORNAL DO COMMERCIO, p. 13, 18 mar. 1950)

GRÁFICA E ARTES S. A.

RELATORIO DA DIRETORIA QUE SERA APRESENTADO A ASEMBLEIA GERAL ORDINARIA CONVOCADA PARA 27 DE MARÇO DE 1950

Senhores Acionistas:

Em cumprimento aos dispositivos legais e aos nossos estatutos, vimos a vossa presença para apresentar e submeter a julgamento o Balanço Geral encerrado em 31 de Dezembro de 1949 e todos os documentos exigidos pela Lei das Sociedades Anônimas. Deveis eleger os membros do Conselho Fiscal para o próximo mandato.

Nada houve nesse nosso primeiro ano de atividades que merecesse um registro especial, mas estamos a vossa inteira disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que julgardes necessários.

Rio de Janeiro, 15 de Fevereiro de 1950. — Cypriano Amoroso Costa, Diretor-Presidente. — Luiz Perinatti, Diretor-Gerente.

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1949

ATIVO		PASSIVO	
	Cr\$		Cr\$
IMOBILIZADO		NAO ENIGIVEL	
Maquinismo	215.502,10	Capital	400.000,00
Móveis e Utensílios	1.130,00	EXIGIVEL A CURTO PRAZO	
Instalações	51.060,50	Contas Correntes	32.000,00
Materiais	64.695,50	CONTA DE COMPENSAÇÃO	
	332.388,10	Caução da Diretoria	20.000,00
DISPONIVEL			
Caixa	55.119,00		
Banco Portuguez do Brasil	5.178,30		
	60.297,30		
CONTA DE COMPENSAÇÃO			
Ações Caucionadas	20.000,00		
CONTA DE RESULTADO PENDENTE			
Lucros e Perdas	56.581,50		
	482.000,00		482.000,00

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1949. — Cypriano Amoroso Costa, Diretor-Presidente. — Léo Pavanelli, Contador.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS, REFERENTE AO BALANÇO GERAL DE 31 DE DEZEMBRO DE 1949

RECEITA		DESPESA	
	Cr\$		Cr\$
Lucro a Homens	146.119,00	Despesas de Organização	4.568,40
Lucro a Terra	24.530,00	Gastos Gerais	56.888,00
Divida Recorrente	14.400,00	Honorários	62.000,00
Imposto de Descontos	1.574,50	Ordens de	56.695,50
		Aluguel	24.000,00
		Comissões	7.000,00
Prejuizo verificado no exercício	56.581,50	Impostos	8.358,80
	223.537,50	Contribuição	1.200,00
			223.537,50

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1949. — Cypriano Amoroso Costa, Diretor-Presidente. — Léo Pavanelli, Contador.

PARER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Em 15 dias do mês de Fevereiro de 1950 reuniram-se na sede da Companhia à Avenida Rio Branco n.º 129 11 andar sala 1112 os membros do Conselho Fiscal eleitos nas eleições e celebraram que tendo examinado com toda a minuciosidade a escrita Relatoria da Diretoria e a Demonstração da Conta de Lucros e Perdas referente ao ano de 1949 assim como todos os documentos exigidos pela Lei das Sociedades Anônimas, encontraram tudo na melhor ordem e são de parecer que os mesmos sejam aprovados pelos Acionistas.

Rio de Janeiro, 15 de Fevereiro de 1950. — José Piquet Caracão. — Rui Barbo Lobão. — Alberto Franco de Faria.

Como vimos no Capítulo 1, em 1952, Castro Maya manda buscar prensas manuais e famílias de letras na França. A compra dos tipos aparece sinalizada no balancete daquele ano, em que o valor dos bens imobilizados referentes aos materiais da oficina teve um acréscimo de Cr\$ 18.502,20, totalizando Cr\$ 110.132,20. Entretanto, o valor do maquinismo permanece inalterado em relação ao exercício anterior, o que nos coloca em dúvida se realmente houve a compra de tais prensas tipográficas.

Figura 19: Balancete da Gráfica de Artes referente ao ano de 1950 (JORNAL DO COMMERCIO, p. 13, 30 mar. 1951)

GRÁFICA DE ARTES S. A.	
RELATÓRIO DA DIRETORIA QUE SERÁ APRESENTADO A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A REALIZAR-SE EM 31 DE MARÇO DE 1951.	
Senhores Acionistas:	
Cumprindo o que determinam os nossos Estatutos, vimos a vossa presença para apresentar e submeter a julgamento o Balanço Geral encerrado em 31 de Dezembro de 1950 e todos os documentos exigidos pela Lei das Sociedades Anónimas.	
Nada houve que merecesse um registro especial, mas estamos a vossa inteira disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que julgardes necessários.	
Rio de Janeiro, 22 de Fevereiro de 1951. — <i>Cypriano Amoroso Costa</i> , Diretor-Presidente. — <i>Luiz Portinari</i> , Diretor-Gerente.	
BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1950	
ATIVO	
	Cr\$
Imobilizado	
Maquinismos	215.302,10
Móveis e Utensílios	1.150,00
Instalações	31.000,80
Materiais	91.632,90
	339.125,80
Disponível	
Banco Português do Brasil	17.402,20
Conta de Compensação	
Ações Caucionadas	20.000,00
Conta de Resultado Pendente	
Lucros e Perdas	75.472,00
	482.000,00
PASSIVO	
	Cr\$
Não Exigível	
Capital	400.000,00
Exigível a Curto Prazo	
Contas Correntes	32.000,00
Conta de Compensação	
Caução da Diretoria	20.000,00
	482.000,00
Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1950. — <i>Cypriano Amoroso Costa</i> , Diretor-Presidente. — <i>Léo Pavaneilh</i> , Contador.	
DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS REFERENTE AO BALANÇO GERAL DE 31 DE DEZEMBRO DE 1950	
RECEITA	
	Cr\$
Regrinhas	20.000,00
Rendimentos Diversos	20.000,00
Lucros e Perdas	75.472,00
	215.472,00
DEPESA	
	Cr\$
Gastos Gerais	41.848,00
Honorários	72.000,00
Ordens	27.540,00
Alugueis	28.040,00
Impostos	1.800,00
Prejuízo Anterior	38.514,00
	215.472,00
Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1950. — <i>Cypriano Amoroso Costa</i> , Diretor-Presidente. — <i>Léo Pavaneilh</i> , Contador.	
PARECER DO CONSELHO FISCAL	
Aos 22 dias do mês de Fevereiro de 1951, reuniram-se na sala da Companhia à Avenida Rio Branco n. 128 11º andar sala 1.112 os membros do Conselho Fiscal abaixo assinados e declararam que tendo examinado com toda a minuciosidade a escrita, Relatório da Diretoria, Balanço, Demonstração da Conta de Lucros e Perdas referentes ao ano de 1950, assim como todos os documentos exigidos pela Lei das Sociedades Anónimas, encontraram tudo na melhor ordem e são de parecer que os mesmos sejam aprovados pelos Senhores Acionistas.	
Rio de Janeiro, 22 de Fevereiro de 1951. — <i>João Pequeto Corrêas</i> , — <i>Rosa Kocha Lisboa</i> . — <i>Alberto Pimenta de Faria</i> , 411199	

Figura 20: Balancete da Gráfica de Artes referente ao ano de 1951 (JORNAL DO COMMERCIO, p. 12, 10 e 11 mar. 1952)

GRÁFICA DE ARTES S. A.		DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS REFERENTE AO BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1951	
RELATORIO DA DIRETORIA QUE SERÁ APRESENTADO A ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA A REALIZAR-SE EM 14 DE MARÇO DE 1952		RECEITA	
Senhores Acionistas:			Cr\$
Dando cumprimento aos dispositivos legais e aos nossos estatutos, vimos a vossa presença para apresentar e submeter a julgamento, o Balanço Geral encerrado em 31 de Dezembro de 1951 e todos os documentos exigidos pela Lei das Sociedades Anônimas. Deveis eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal para o próximo mandato.		Rendas diversas	40 840,00
Nada houve durante o ano que merecesse um registro especial, mas estamos à vossa inteira disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que julgardes necessários.		Juros e descontos	1.144,80
Rio de Janeiro, de Fevereiro de 1952. — <i>Cypriano Amoroso Costa.</i> — <i>Lutz Portinari.</i>		"Buerinha"	30 000,00
		"Caçador de Esmeraldas"	100 000,00
BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1951		Lucros e Perdas:	
ATIVO		Prejuízo anterior	75 472,00
<i>Imobilizado:</i>	Cr\$	Lucros deste exercício	2 187,00
Maquinismos	215.302,10		<u>245.268,80</u>
Móveis e utensílios	1.130,00	DESPESA	
Instalações	31.060,80	Cr\$	
Materiais	91.632,90	Impostos	8 358,80
	<u>339.125,80</u>	Honorários	72.000,00
<i>Disponível:</i>		Despesas	37.350,00
Banco Português do Brasil S. A.	19.589,80	Aluguel	24.000,00
<i>Conta de Compensação:</i>		Contas correntes	27.888,00
Ações caucionadas	20.000,00	Lucros e Perdas	75 472,00
<i>Contas de Resultado Pendente:</i>			<u>245.268,80</u>
Lucros e Perdas	73 284,40	Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1951. — <i>Cypriano Amoroso Costa</i> , Diretor Presidente. — <i>José Moura Soares</i> , Contador, Reg. C.R.C. 4413.	
	<u>482.000,00</u>	PARECER DO CONSELHO FISCAL	
PASSIVO		Aos 12 dias do mês de Fevereiro de 1952, reuniram-se na Sede da Companhia à Avenida Rio Branco nº 128, 11º andar, sala nº 1.112, os membros do Conselho Fiscal abaixo assinados e declararam que tendo examinado com toda a minuciosidade a escrita, Relatório da Diretoria, Balanço, Demonstração da Conta de Lucros e Perdas referentes ao ano de 1951, assim como todos os documentos exigidos pela Lei das Sociedades Anônimas, encontraram tudo na melhor ordem e são de parecer que os mesmos sejam aprovados pelos Senhores acionistas.	
<i>Não Exigível:</i>	Cr\$	Rio de Janeiro, 12 de Fevereiro de 1952. — <i>José Piquet Carneteiro.</i> — <i>Raul Rocha Lisboa.</i> — <i>Evandro Golano Martins.</i> (124619)	
Capital	400.000,00		
<i>Exigível a Curto Prazo:</i>			
Contas correntes	32.000,00		
<i>Conta de Compensação:</i>			
Caução da diretoria	20.000,00		
	<u>452.000,00</u>		
Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1951. — <i>Cypriano Amoroso Costa</i> , Diretor Presidente. — <i>José Moura Soares</i> , Contador, Reg. C.R.C. 4413.			

Em 1952, *O rebelde* rendeu Cr\$ 150.000,00 para a Gráfica de Artes, que ainda contou com um acréscimo de Cr\$ 50.000,00 pagos pela edição anterior, *O caçador de esmeraldas*. Naquele ano, o aluguel voltou a subir (Cr\$ 38.230,50), mas não se tem notícias de que tenha havido a troca da sede da oficina, o que só aconteceria em 1955 (ver Capítulo 1). O valor dos ordenados, isto é, o valor pago aos funcionários de carteira assinada, também apresentou um pico de crescimento, indo para Cr\$ 91.700,00, o que pode ser explicado com as horas extras trabalhadas pelo trio de gráficos. No entanto, não foram encontrados documentos que comprovem tal hipótese.

As despesas com honorários, por outro lado, caíram para Cr\$ 24.000,00, o que significa que, nesse período, gastou-se menos com os trabalhadores autônomos da casa, neste caso, os membros da diretoria. Os impostos, da mesma forma, pesaram menos nas contas da

gráfica (Cr\$ 4.699,00), que fechou o ano com um total de despesas no valor de Cr\$ 206.935,00.

Figura 21: Balancete da Gráfica de Artes referente ao ano de 1952 (JORNAL DO COMMERCIO, p. 11, 26 mar. 1953)

GRÁFICA DE ARTES S. A.		BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1952	
<p>RELATÓRIO DA DIRETORIA QUE SERÁ APRESENTADO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A REALIZAR-SE EM 31 DE MARÇO DE 1953</p> <p>Senhores acionistas:</p> <p>Em cumprimento à lei e aos nossos Estatutos, temos o prazer de apresentar e submeter a julgamento, o nosso Balanço Geral encerrado em 31 de Dezembro de 1952, assim como todos os documentos exigidos pela Lei das Sociedades Anónimas.</p> <p>Deveis eleger os membros do Conselho Fiscal e seus Suplentes para o próximo mandato.</p> <p>Não houve nada que merecesse um registro especial durante o ano de 1952, mas nos colocamos a vossa inteira disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que julgardes necessários.</p> <p>Rio de Janeiro, 18 de Fevereiro de 1953. — Cipriano Amoroso Costa, Director-Presidente. — R. O. de Castro Maia, Director-Gerente.</p>		<p>ATIVO</p> <p>Imobilizado:</p> <p>Maquinário 215.502,10</p> <p>Móveis e utensílios 1.150,00</p> <p>Instalações 31.000,00</p> <p>Materiais 110.134,20</p> <p style="text-align: right;">357.827,10</p> <p>Disponível:</p> <p>Banco Português do Brasil S. A. 26.365,00</p> <p>Conta de compensação:</p> <p>Ações caucionadas 20.000,00</p> <p>Conta de resultado pendente:</p> <p>Lucros e perdas (Prejuízo anterior) 73.284,40</p> <p>(Lucro do exercício) 7.001,80</p> <p style="text-align: right;">66.282,60</p> <p style="text-align: right;">470.275,80</p>	
<p>DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS, REFERENTE AO BALANÇO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1952</p>		<p>PASSIVO</p> <p>Não exigível:</p> <p>Capital 400.000,00</p> <p>Exigível a curto prazo:</p> <p>Contas correntes 50.275,80</p> <p>Conta de compensação:</p> <p>Caução da Diretoria 20.000,00</p> <p style="text-align: right;">470.275,80</p> <p>Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1952. — Cipriano Amoroso Costa, Director-Presidente. — José Moura Soares, Contador — Reg. — C.R.C. 4.413.</p>	
<p>RECEITA</p> <p>Rendas diversas 6.935,00</p> <p>"Caçador de Esmeraldas" 50.000,00</p> <p>"O Rebelde" 150.000,00</p> <p style="text-align: right;">206.935,00</p>		<p>PARECER DO CONSELHO FISCAL</p> <p>Em 18 dias do mês de Fevereiro de 1953, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal abaixo-assinados a fim de examinarem o Relatório da Diretoria, Balanço e Demonstração de Lucros e Perdas, referentes ao ano de 1952 assim como todos os documentos exigidos por lei, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem e não se parecer que os mesmos devam ser aprovados pelos senhores acionistas. — Alberto Proença de Faria. — Euzébio Sotiano Martins. — Piquet Carneiro.</p>	
<p>DESPESA</p> <p>Impostos 4.699,00</p> <p>Honorários 24.000,00</p> <p>Ordenados 91.700,00</p> <p>Aluguéis 38.230,50</p> <p>Caixa 430,50</p> <p>Gastos gerais 40.873,20</p> <p>Lucros e perdas 7.001,80</p> <p style="text-align: right;">206.935,00</p> <p>Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1952. — Cipriano Amoroso Costa, Director-Presidente. — José Moura Soares, Contador — Reg. — C.R.C. 4.413.</p>			

Darel Valença Lins assume como diretor técnico da Gráfica de Artes em 1953, ano em que não se imprimiu nenhum livro, mas foram adquiridos insumos para a oficina no valor de Cr\$ 78.336,80. Em parte por isso, o ano de 1953 fechou com um prejuízo de Cr\$ 134.034,00, acrescido do prejuízo anterior, que fora de Cr\$ 68.282,00.

A compra dos tipos gráficos Elzevir Século XVII para a impressão de *Memórias de um sargento de milícias* não é informada no balancete de 1954, mas, como em 1953 não houve impressão de livros para a Sociedade e mesmo assim foram comprados materiais para a gráfica, pressupõe-se que no acréscimo de Cr\$ 78.336,80, informado naquele balancete, está inclusa tal aquisição.

Figura 22: Balancete da Gráfica de Artes referente ao ano de 1953 (JORNAL DO COMMERCIO, p. 12, 16 mar. 1954)

GRÁFICA DE ARTES S. A.	
RELATORIO DA DIRETORIA QUE SERA APRESENTADO A ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA	
Senhores Acionistas:	
Cumprindo as determinações da lei e dos nossos Estatutos, vimo a vossa presença para apresentar e submeter a julgamento, o nosso Balanço Geral encerrado em 31 de Dezembro de 1953 e todos os documentos exigidos pela Lei das Sociedades Anónimas. Nada houve durante o ano que merecesse um registro especial, mas estamos a vossa disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que julgardes necessários.	
Rio de Janeiro, de Fevereiro de 1954 — <i>Opriano Amoroso Costa</i> , Director-Presidente. — <i>M. O. de Castro Mays</i> , Director-Gerente.	
BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1953	
ATIVO	
Imobilizado	Cr\$
Equipamentos	225.502,10
Móveis e Utensílios	1.150,00
Instalações	31.000,00
Materiais	125.671,00
	383.323,10
Disponíveis	
Caixa e Bancos	4.350,70
Conta de Compensação	
Agos Caucionadas	20.000,00
Conta de Resultado Pendente	
Lucros e Perdas	
Prejuizo anterior	60.280,00
Prejuizo do exercicio	134.034,00
	194.314,00
	610.612,10
PASSIVO	
Não Exigível	Cr\$
Capital	400.000,00
Exigível	
Contas Correntes	80.612,10
Obrigações a Pagar	100.000,00
	180.612,10
Conta de Compensação	
Conta da Directoria	20.000,00
	610.612,10

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1953. — <i>Opriano Amoroso Costa</i> , Director. — <i>Jose Moura Soares</i> , Contador.	
DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS REFERENTE AO BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1953	
DEPESA	
Juros e Descontos	10.500,00
Gastos Gerais	49.000,00
Honorários	12.000,00
Ordens de Pagamento	125.100,00
Alugueis	25.634,00
Impostos	4.940,00
	227.174,00
RECEITA	
Receitas Diversas	100.200,00
Prejuizo desta exercicio	134.034,00
	234.234,00
Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1953. — <i>Opriano Amoroso Costa</i> , Director. — <i>Jose Moura Soares</i> , Contador.	
PAROCHER DO CONSELHO FISCAL	
Nos 10 dias do mês de Fevereiro de 1954 reuniram-se os membros do Conselho Fiscal a fim de examinar o Balanço e Demonstração da Conta de Lucros e Perdas referentes ao ano de 1953, assim como todos os documentos exigidos por lei, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem e não de parecer que os mesmos devam ser aprovados pela Assembleia Geral Ordinária. — <i>Osvaldo P. de Fozes</i> (Presidente) — <i>Flaviano de Menezes</i> — <i>Jose Figueira Cavalcanti</i> .	

Por ocasião da impressão de *Bestiário*, em 1958, nenhuma aquisição foi feita para a Gráfica de Artes, que fechou o exercicio com um lucro de apenas Cr\$ 1.284,50, dos quais tiveram que ser descontados os Cr\$ 101.848,20 de déficit do ano anterior. Naquele ano foram gastos Cr\$ 204.000,00 com ordenados e Cr\$ 12.000,00 com honorários, além de cerca de Cr\$ 10 mil com os alugueis. As despesas totais, no entanto, não puderam ser identificadas devido à falta de legibilidade do exemplar do *Jornal do Commercio* digitalizado pela Biblioteca Nacional.

O valor arrecadado com a impressão do livro não foi discriminado no relatório, mas sabe-se que o período teve um lucro de Cr\$ 55.890,00, do qual foram subtraídos os Cr\$ 200.324,50 do prejuízo anterior.

Figura 23: Balancete da Gráfica de Artes referente ao ano de 1954 (JORNAL DO COMMERCIO, p. 14, 24 mar. 1955)

JORNAL DO COMMERCIO — Rio de Janeiro — QUINTA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 1955	
GRÁFICA DE ARTES S.A.	
RELATORIO DA DIRETORIA QUE SERA APRESENTADO A ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA A REALIZAR-SE NO DIA 30 DE MARÇO DE 1955	
Senhores acionistas	
Dando cumprimento ao que determina a lei e os nossos Estatutos, vimos à vossa presença para apresentar e submeter a julgamento, o nosso Balanço Geral encerrado em 31 de Dezembro de 1954, assim como todos os documentos exigidos pela Lei das Sociedades Anónimas.	
Nada houve durante o ano, que merecesse um registro especial, mas estamos à vossa inteira disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que julgardes necessários.	
Rio de Janeiro, 8 de Fevereiro de 1955. — Cypriano Amoroso Costa. — Elisabeth Osward.	
BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1954	
ATIVO	
	Cr\$
Imobilizado	
Maquinamos	215.302,10
Móveis e utensílios	1.130,00
Instalações	31.060,80
Materiais	138.471,00
	385.963,90
Disponível	
Caixa e bancos	14,40
Conta de compensação	
Ações caucionadas	20.000,00
Conta de resultado pendente	
Lucros e perdas	
Prejuízo anterior	200.824,50
Lucro do exercício	55.890,70
	256.715,20
	642.679,10
PASSIVO	
	Cr\$
Não exigível	
Capital	400.000,00
Exigível	
Contas correntes	90.812,10
Obrigações a pagar	80.000,00
	170.812,10
Conta de compensação	
Caução da Diretoria	20.000,00
	190.812,10
	642.679,10
Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1954. — Cypriano Amoroso Costa, Diretor-Presidente. — José Moura Soares, Contador — CRC 4.413	
DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS REFERENTE AO BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1954	
RECEITA	
	Cr\$
Rendas diversas	232.389,80
	232.389,80
DESPESA	
	Cr\$
Juros e descontos	10.355,80
Honorários	12.000,00
Ordenados	128.300,00
Aluguéis	18.721,00
Gastos gerais	47.122,30
	176.499,10
Lucros e perdas	55.890,70
	232.389,80
Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 1954. — Cypriano Amoroso Costa, Diretor-Presidente. — José Moura Soares Contador — CRC 4.413	
PARECER DO CONSELHO FISCAL	
Aos 3 dias do mês de Fevereiro de 1955, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal abaixo assinados a fim de examinarem o Balanço e a Demonstração da Conta de Lucros e Perdas referente ao ano de 1954, assim como todos os documentos exigidos por lei tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem e são de parecer que os mesmos devem ser aprovados pela Assembléa Geral Ordinária.	
Rio de Janeiro, 8 de Fevereiro de 1955. — Raul Rocha Liebóia. — José Piquet Carneiro. — Evandro Solano Martins. (167391)	

Já em 1961, a impressão de *Poranduba amazonense* rendeu um saldo positivo de Cr\$ 88.042,20, já descontado o déficit de Cr\$ 101.848,20 deixados por *Pasárgada* em 1960. A compra dos tipos Grotasca Reforma Magra, utilizados na publicação de *Pasárgada*, deveria constar no balancete de 1961 (o de 1960 não foi encontrado), porém, o valor referente aos bens materiais da oficina permanece o mesmo do balancete de 1958, o que significa que nenhuma compra do tipo foi realizada nesse período.

Figura 24: Balancete da Gráfica de Artes referente ao ano de 1958 (JORNAL DO COMMERCIO, p. 8, 26 mar. 1959)

GRÁFICA DE ARTES S.A.

RELATORIO DA DIRETORIA QUE SERÁ APRESENTADO A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 31 DE MARÇO DE 1959

Senhores Acionistas.

De acordo com a lei e com os nossos Estatutos, vimos à vossa presença para apresentar e submeter a julgamento, o nosso Balanço Geral encerrado em 31 de dezembro de 1958, assim como todos os documentos exigidos pela Lei das Sociedades Anônimas.

Nada houve durante o ano que merecesse um registro especial, mas estamos à vossa inteira disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que julgardes necessários.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1959. — *Cypriano Amoroso Costa*,
— *Elisabeth Oswald*.

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1958

ATIVO		Cr\$
<i>Imobilizado</i>		
Maquinários	315.302,10	
Móveis e Utensílios	3.930,00	
Instalações	31.080,80	
Materiais	138.471,00	388.783,90
<i>Contas de Compensação</i>		
Ações Caucionadas		20.000,00
<i>Exigível</i>		
Caixa		1.294,50
<i>Contas de Resultado Pendente</i>		
Prejuízo anterior	101.848,20	
Lucro do exercício	1.284,50	100.563,70
		510.612,10
PASSIVO		
<i>Não Exigível</i>		
Capital		400.000,00
<i>Contas de Compensação</i>		
Caução da Diretoria		20.000,00
<i>Exigível</i>		
Contas Correntes		90.612,10
		510.612,10

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1958. — *Cypriano Amoroso Costa*,
Diretor-Presidente. — *José Moura Soares*, Contador.

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS REFERENTE AO BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1958

RECEITA		Cr\$
Rendas Diversas		268.568,00
		268.568,00
DESPESA		
<i>Cr\$</i>		
Ordenados		204.000,00
Honorários		12.000,00
Gastos Gerais		41.010,00
Aluguéis		10.278,00
Lucros e Perdas		1.284,50
		288.568,00

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1958. — *Cypriano Amoroso Costa*,
Diretor-Presidente. — *José Moura Soares*, Contador.

PARCER DO CONSELHO FISCAL

Aos 24 dias do mês de fevereiro de 1959, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal abaixo assinados e fim de examinar o Balanço e Contas referentes ao ano de 1958, assim como todos os documentos exigidos pela assembleia geral ordinária.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1959. — *Cláudio P. de Fozes Guimarães*. — *José Piquet Carneiro*. — *Evandro Salomo Martins*. (21319)

Figura 25: Balancete da Gráfica de Artes referente ao ano de 1961 (JORNAL DO COMMERCIO, 2º caderno, p. 3, 19 e 20 mar. 1962)

GRÁFICA DE ARTES S. A.		PASSIVO	
		Cr\$	Cr\$
RELATORIO DA DIRETORIA QUE SERÁ APRESENTADO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 30 DE MARÇO DE 1962		<i>Não Exigível:</i>	
Senhores Acionistas.		Capital	400.000,00
Dando cumprimento ao que determina a Lei e os nossos Estatutos, vimos à vossa presença para apresentar e submeter a julgamento e novo Balanço Geral encerrado em 31 de Dezembro de 1961, assim como todos os documentos exigidos pela Lei das Sociedades Anónimas.		<i>Conta de Compensação:</i>	
Nada houve durante o ano que merecesse um registro especial, mas estamos à vossa inteira disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que julgardes necessários.		Caução da Diretoria	20.000,00
Rio de Janeiro, 12 de Fevereiro de 1962. — <i>Cypriano Amoroso Costa</i> . — <i>Oswaldo Neiva</i> .		<i>Exigível:</i>	
BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1961		Contas Correntes	90.612,10
ATIVO			<u>510.612,10</u>
<i>Imobilizado:</i>			
Maquinismo	215.302,10		
Móveis e Utensílios	3.930,00		
Instalações	31.060,80		
Materiais	138.471,00		
			<u>388.763,90</u>
<i>Disponível:</i>			
Banco Português Brasil		13.806,00	
<i>Conta de Compensação:</i>			
Ações Caucionadas		20.000,00	
<i>Conta de Resultado Pendente:</i>			
Lucros e Perdas	101.848,20		
Lucro do exercício	13.806,00		
			<u>88.042,20</u>
			<u>510.612,10</u>
		DEBITO	
			Cr\$
		Saldo de 1960	101.848,20
		Gastos Gerais	75.208,60
		Honorários	21.000,00
		Ordenados	491.260,00
		Juros e Descontos	1.194,00
			<u>690.510,80</u>
		CREDITO	
			Cr\$
		Rendas Diversas	602.468,60
		Saldo para 1962	88.042,20
			<u>690.510,80</u>
		PARECER DO CONSELHO FISCAL	
		Aos 12 dias do mês de Fevereiro de 1962, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal abaixo assinados a fim de examinar o Balanço e Contas da Diretoria referentes ao ano de 1961 assim como todos os documentos exigidos pela Lei das Sociedades Anónimas e não de parecer que os mesmos devem ser aprovados pela Assembleia Geral Ordinária.	
		Rio de Janeiro, 12 de Fevereiro de 1962. — <i>Evandro Solano Martins</i> . — <i>Manoel Machado de Araújo</i> . — <i>Cezário Vilanova Freira</i> . (219766)	